



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

CURSO DE MESTRADO

RICELIO REGIS BARBOSA DA SILVA MOURA

**PEDAGOGIA DO MST E EPISTEMOLOGIA DA MÍSTICA: uma gramática
simbólica da formação de militantes**

Caruaru

2019

RICELIO REGIS BARBOSA DA SILVA MOURA

**PEDAGOGIA DO MST E EPISTEMOLOGIA DA MÍSTICA: uma gramática
simbólica da formação de militantes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva.

Caruaru

2019

Catálogo na fonte:
Bibliotecário – Raul César de Melo - CRB/4 - 1735

M929p

Moura, Ricelio Regis Barbosa da Silva.

Pedagogia do MST e epistemologia da mística: uma gramática simbólica da formação de militantes / Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura. – 2019.
189 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Everaldo Fernandes da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2019.

Inclui Referências.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 2. Educação popular.
3. Mística. 4. Reforma agrária. I. Silva, Everaldo Fernandes da (Orientador). II. Título.

CDD 370 (23. ed.)

UFPE (CAA 2019-461)

RICELIO REGIS BARBOSA DA SILVA MOURA

**PEDAGOGIA DO MST E EPISTEMOLOGIA DA MÍSTICA: uma gramática
simbólica da formação de militantes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Aprovada em: 11/10/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Allene Carvalho Lage (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Barbosa da Silva (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos/as companheiros/as do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra- MST

AGRADECIMENTOS

Agradecer faz parte da vida e de todo aquele/a que sabe que sozinho/a não se chega em lugar nenhum.

Gostaria de iniciar agradecendo a Deus, esse Ser maior, de Luz e energias indescritíveis, que tanto nos ajuda na vida, nos fortalecendo e guiando.

Gostaria de agradecer a minha família, em especial a minha Mãe Maria do Socorro da Silva Moura, que sempre buscou dar o seu melhor para minha existência.

Não poderia esquecer os anjos que Deus coloca na Terra para tornar nossos dias mais fáceis e suportáveis, nossos amigos. Agradeço aos meus amigos/as de infância e que estão comigo até hoje, aos amigos que conheci no colégio, na Universidade e na vida.

Gostaria de agradecer a meu amigo Antônio Alves de Santana (Tony), grande companheiro de luta no Mestrado. O amigo que sempre está pronto para ajudar quando precisamos dele.

Gostaria de agradecer aos professores/as que passaram em minha vida, da escola até a Universidade.

Os meus e minhas professores/as da graduação em Pedagogia e do Mestrado em Educação Contemporânea que tanto nos auxiliou e contribuiu para nosso crescimento acadêmico e pessoal.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Everaldo Fernandes da Silva, um grande mestre e ser humano iluminado, humilde e sempre disposto a ajudar. Obrigado por todos os ensinamentos, contribuições na pesquisa, respeito e paciência que sempre teve.

Gostaria de agradecer a Banca Examinadora do projeto de qualificação, profa. Dra. Allene Carvalho Lage e Profa. Dra. Jaqueline Barbosa da Silva, que contribuíram de forma linda e significativa em nossa pesquisa, ao apontarem caminhos que ainda não tínhamos pensado, indicando-os com grande humildade e sabedoria outros olhares e

caminhos. Obrigado pela dedicação que tiveram ao avaliar o projeto, e agora pesquisa de mestrado. Gostaria de destacar também a grande admiração que tenho por professora Allene e professora Jaqueline, uma vez que assumem dentro da Universidade e fora dela compromissos sociais lindos, por serem excelentes professoras e possuidoras de uma grande humanidade, humildade e respeito para com seus alunos e com o próximo.

Gostaria de agradecer a CAPES pela bolsa concedida para realização desta pesquisa, sem este auxílio financeiro ficaria mais difícil o desenvolvimento da pesquisa e o percurso no mestrado.

Gostaria de agradecer a toda equipe do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (PPGEDUC-UFPE/CAA). Meus agradecimentos a toda equipe e administração, a secretária do programa, a coordenação, os/as professores/as pelo acolhimento, atenção e cuidado que tiveram conosco, sempre dispostos a contribuir e ajudar os estudantes. Obrigado por essa oportunidade de aprender tanto com todos/as os profissionais deste programa e viver momentos que estão marcados em nossa memória.

E por fim, gostaria de encerrar os agradecimentos me direcionando de forma especial aos militantes do MST, que diretamente e indiretamente contribuíram de forma significativa e brilhante para a realização deste sonho. Obrigado pela oportunidade de aprender tanto e sair desta experiência transformado, realizado e cheio de vontade de saber mais. Obrigado por nos ter acolhido no Movimento e serem tão calorosos, pacientes e prestativos. Sem vocês e o Movimento, este sonho não seria possível e não teríamos conseguido chegar aqui.

“Há sonhos que alimentamos desde a infância, por isso, sonhar é ter propósitos. Não aqueles sonhos noturnos, inconscientes, mas os sonhos da vigília, quando estamos acordados e conscientes”. (BOGO, 2010, p. 229).

RESUMO

A Pedagogia e a Mística são elementos presentes que fazem parte da organização e das relações sociais dos Sem Terra. O objetivo desta pesquisa foi compreender a pedagogia do MST e a epistemologia da mística, dentro dos processos de luta por terra e dignidade dos sujeitos Sem Terra, com os seus potenciais mobilizadores no Centro de Formação Paulo Freire em Caruaru-PE. Tivemos como pergunta: Em que consiste a pedagogia do MST e a epistemologia da mística e quais os seus aspectos e dimensões educativos potencializadores de empoderamentos dos militantes e da práxis transformadora? Tivemos como contribuições teóricas: Freire (1987); Stedile (2013); Sauer (1998); Lage (2005); Comblin (2002); Comparato (2003); Gutiérrez (1986); Caldart (2000); Bogo (2002); Boff (1980); entre outros autores, além das produções do MST e as falas dos colaboradores do estudo. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com observação participante e entrevistas semiestruturadas. Como análise documental e dos registros de campo, servimo-nos da análise de conteúdo com recorte temático de Bardin (1977). Os resultados mostram a Pedagogia do MST como uma educação outra, subversiva, crítica e reflexiva, formada a partir da realidade vivida. A Mística como unificadora, mobilizadora e produtora de conhecimento. Ela firma uma epistemologia, pois, ela introduz a inteligência simbólica dos sonhos e imagens dos ideais coletivos de afirmação dos sujeitos e das suas emancipações no arcabouço formativo dos seus militantes, mobilizando-o nos formatos aprendentes, nas lutas pela terra e dignidade, num arcabouço teórico na contramão da razão formal e instrumental.

Palavras-chave: Movimento dos Sem Terra. Pedagogia do MST. Epistemologia da Mística.

ABSTRACT

Pedagogy and Mysticism are elements that constitute the organization of life and struggles of the Landless Movement (MST). The objective of this research was to understand the pedagogy of the MST and the epistemology of the mystical, within the processes of struggle for land and dignity of the landless blokes, with their potential mobilizers, at Paulo Freire Training Center in Caruaru-PE. We elect as a question: What is the pedagogy of the MST and the epistemology of the mystic and what are their educational aspects and dimensions that make possible the empowerment of militants and transformative praxis? We have been use the theoretical contributions of: Freire (1987); Stedile (2013); Sauer (1998); Lage (2005); Comblin (2002); Comparato (2003); Gutierrez (1986); Caldart (2000); Bogo (2002); Boff (1980); among other authors, besides the MST productions and the speeches of the study collaborators. The research is qualitative approach, serving us for data collection: participant observation and semi-structured interviews. As documentary analysis and field records, we have been used Bardin's (1977) thematic content analysis. The results show the MST Pedagogy as a transforming, subversive, critical, reflexive education formed from the lived reality, having, above all, the struggle for land as a fundamental pillar. Mysticism proved to be a unifying, mobilizing, identity mark of the Movement and a producer of knowledge. It establishes itself as an epistemology because it introduces the symbolic intelligence of dreams and images of collective ideals, contributing to the affirmation of the blokes and their emancipations, involving the subjectivities of their militants in their formative itinerary. Furthermore, this symbolic formation mobilizes its participants on the horizon of the struggles for land and dignity, in a theoretical and practical understanding that delegitimizes the exclusivity of formal, instrumental and logocentric reason.

Keywords: Landless Movement. MST Pedagogy. Mystic Epistemology.

RESUMEN

La pedagogía y la mística son elementos que constituyen la organización de la vida y de las luchas del Movimento Sem Terra (MST). El objetivo de esta investigación fue comprender la pedagogía del MST y la epistemología de la mística, dentro de los procesos de lucha por la tierra y la dignidad de los sujetos sin tierra, con sus potenciales movilizadores, en el Centro de Formación Paulo Freire em Caruaru-PE. Elegimos como pregunta: ¿Cuál es la Pedagogía del MST y la epistemología de la mística y cuáles son sus aspectos y dimensiones educativas que potencian el empoderamiento de los militantes y la praxis transformadora? Utilizamos las contribuciones teóricas de: Freire (1987); Stedile (2013); Sauer (1998); Lage (2005); Comblin (2002); Comparato (2003); Gutiérrez (1986); Caldart (2000); Bogo (2002); Boff (1980); entre otros autores, además de las producciones del MST y discursos de los colaboradores del estudio. Es una investigación de enfoque cualitativo, que nos sirve para la recopilación de datos: observación participante y entrevistas semiestructuradas. Como análisis documental y registros de campo, utilizamos el análisis de contenido temático de Bardin (1977). Los resultados muestran la pedagogía del MST como una educación transformadora, subversiva, crítica y reflexiva formada a partir de la realidad vivida, teniendo, sobre todo, la lucha por tierra como un pilar fundamental. La mística haya demostrado ser una huella de identidad unificadora, movilizadora del Movimento y un productor de conocimiento. Se establece como una epistemología, porque introduce la inteligencia simbólica de los sueños e imágenes de ideales colectivos, contribuyendo a la afirmación de los sujetos y sus emancipaciones, implicando las subjetividades de sus militantes en su itinerario formativo. Además, esta formación recubierta por lo simbólica moviliza a sus participantes en el horizonte de las luchas por la tierra y la dignidad, en una comprensión teórica y práctica que deslegitima la exclusividad de la razón formal, instrumental y logocéntrica.

Palabras clave: Movimento Sin Tierra. Pedagogía MST. Epistemología de la Mística.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ESTADO DO CONHECIMENTO.....	26
3	REFORMA AGRÁRIA: UM POUCO DE HISTÓRIA E CONCEPÇÕES.....	39
3.1	A TERRA.....	39
3.2	A LUTA PELA TERRA.....	41
3.3	A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM SEUS PLANOS, PROJETOS E GOVERNOS.....	53
4	BASES IDENTITÁRIAS DO MST: HISTÓRIA E FILOSOFIA.....	65
4.1	UM POUCO DA HISTÓRIA DO MST.....	65
4.2	OS PRINCÍPIOS GERAIS DO MST.....	76
4.3	PEDAGOGIA DO MST.....	82
4.4	EDUCAÇÃO POPULAR.....	95
4.5	TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: INSPIRAÇÃO BASILAR DA MÍSTICA DO MOVIMENTO.....	100
5	LINGUAGEM SIMBÓLICA: EXPRESSÃO DA CONDIÇÃO HUMANA E DAS LUTAS DO MST.....	108
5.1	SÍMBOLOS.....	108
5.2	A MÍSTICA DO MST.....	114
6	METODOLOGIA.....	124
6.1	TIPO DE ESTUDO E MÉTODO DA PESQUISA.....	124
6.2	O CAMPO E OS COLABORADORES DA PESQUISA.....	126
6.3	TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE DADOS.....	130
6.4	ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	135
7	EDUCAÇÃO DO MST E A MÍSTICA DO MOVIMENTO: UMA EPISTEMOLOGIA DE SUBJETIVIDADES COLETIVAS.....	137
7.1	PRÁTICAS DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	138
7.2	VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS DA MÍSTICA SEGUNDO OS SEUS CELEBRANTES.....	149
7.3	CARACTERÍSTICAS E SENTIDOS DA EPISTEMOLOGIA DA	

	MÍSTICA.....	160
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
	REFERÊNCIAS.....	176
	ANEXO A- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	179
	ANEXO B- IMAGENS DOS DOCUMENTOS DE ANÁLISE.....	180
	ANEXO C- IMAGENS EM CAMPO DE PESQUISA.....	185
	ANEXO D- AUTORIZAÇÃO DOS COLABORADORES DA PESQUISA.....	187

1 INTRODUÇÃO

As relações humanas são permeadas por variadas formas de expressão e de sentidos, a comunicação oral, visual, gestual, permite que os indivíduos possam interagir no meio social, e assim manter suas vidas. Nessa interação entre os indivíduos, encontram-se presentes o desejo e o corpo. Sendo o desejo, próprio da natureza humana, é útil para sobrevivência dos sujeitos, pois os motiva a buscar algo que ainda não tem, fazendo-o avançar e buscar outros motivos para continuar caminhando. O corpo acaba assim, por traduzir, tornar externo os desejos que sentimos para podermos assim conquistar e satisfazer a falta do objeto, que antes e depois de ser conquistado possui diversos significados.

Neste sentido, os sujeitos são constituídos de desejos e sempre buscando algo que lhe está faltando, resultando assim dessa procura a vontade de conseguir o que ainda não tem. Um exemplo disso, é a busca por alimentos para a sobrevivência dos primeiros humanos do planeta, em que a falta de alimento ocasiona a fome, que impulsiona a necessidade de se alimentar, e movidos pela falta de comida precisaram buscar alimentos. Quando perceberam que só buscando alimentos não resolveria seu problema por completo, que é ter alimento suficiente por um tempo, deixaram o nomadismo e fixaram na terra formando clãs, e assim, passaram a plantar e colher.

O desejo possibilita também a sobrevivência dos sujeitos, pois ele dá sentido a vida, dá motivos para continuar a trajetória, e faz acreditar que podemos conseguir o que está ocasionando falta. Acreditar é uma palavra muito usada para demonstrarmos que estamos convencidos do que desejamos pode ser realizado. Desejamos sempre algo que não temos, que pode estar em outros indivíduos, como experiências que estes já passaram e que pretendemos passar, desejamos também, objetos materiais, que auxiliam as nossas vidas. Por vezes é de se pensar, de onde vêm tantos desejos? Mas ao lembrarmos que estamos imersos em uma cultura, e em nossa volta diversos sujeitos, podemos deduzir que os desejos são criados, por meio de necessidade de se ter. Depositamos desejos em tudo, e precisamos deles para nos manter vivos, pois somos seres racionais, sensíveis e emocionais, logo muito complexos.

Os sujeitos próximos nos passam força, encorajando-nos para continuar com nossa ideia, e / ou intuição de que determinado fato, possibilita desenvolver sentimentos, que nos convence que estamos no caminho certo, e que assim, podemos chegar aos nossos objetivos, que foram imaginados, elaborados e discutidos com outros. A coragem que nos impulsiona para seguir adiante, também nos prepara, por vezes, e a realidade nos mostra que o resultado final dos nossos objetivos pode por vezes não se concretizar como foi imaginado, mas pode acontecer de forma diferenciada ou parecida do que foi pensado.

Buscando exemplificar um pouco, sobre o verbo acreditar, entendendo ele com o significado de: supor, crer e confiar, é uma palavra que deposita fé nos sujeitos e na realização de acontecimentos, percebemos que acreditar estar atrelado a sentimentos, construídos socialmente na relação humana por meio da cultura. Quando tentamos uma seleção para conseguirmos uma vaga de emprego, ao participar da seleção, nos preparamos anteriormente, reservamos tempo de estudar para a realização das etapas das provas, pensamos possíveis perguntas em uma entrevista, e muitas vezes supomos que podemos não ser classificados naquele momento, por diversos fatores que podem interferir na concretização desse objetivo, que pode ser devido aos outros participantes da seleção (a concorrência), ou por não termos parte dos critérios exigidos nela. Mas, conseguimos seguir firmes e ainda com a esperança de chegarmos ao objetivo final, mesmo que apreensivos, temos sentimentos que parte de dentro de nós, e também de influências por meio das relações sociais, que nos faz ter fé, de que, poderemos conseguir o que nos falta, no caso, a esperada aprovação em determinada seleção de trabalho.

A motivação que temos, e que muitas vezes não sabemos de onde vem, o que esta causando exatamente determinado sentimento, impulso e força, faz parte do mistério que existe na vida dos sujeitos, é algo que o forma, que o constitui e também o diferencia dos outros seres vivos. É algo imaginável e, ao mesmo tempo, pode ser materializado, sentido, e, por vezes, até nem explicado, por isso mesmo é um mistério, é a mística. Ela se materializa de diversas maneiras e geralmente é expressa por meio dos corpos dos sujeitos, com gestos, palavras, canções, poemas, entre outras formas de expressão, que tenta passar para as outras pessoas, o que muitas vezes não conseguimos explicar racionalmente em sua totalidade, uma vez que a mística vem desse mistério que por vezes não é descoberto totalmente. A mística para Bogo: “é o ânimo que faz o corpo

andar para que o querer seja buscar e o buscar vire acontecer.” (BOGO, 2010, p. 231). A mística é solidariedade, pertencimento, um sentimento que nos faz sentir moção interna, fazendo parte da vida humana, e se expressando de diversas maneiras, por meio de talentos e habilidades desenvolvidas pelos sujeitos. Como mostra ainda em sua obra intitulada “Identidade e luta de classes”, nos últimos capítulos, escritos sobre mística, Ademir Bogo explicita que a mística precisa de meios para se locomover e destaca três como os principais: a imaginação, a esperança e a paixão.

As canções, uma representação da realidade vivida por meio de teatro, a dança, as palavras de ordem ecoadas com entusiasmo em encontros, assembleias e marchas, os poemas que mostram as realidades vividas, entre tantos outros, são meios que encontramos para expressar nossos pensamentos, na tentativa de materializar os sentimentos. Toda essa dimensão mobiliza os desejos das pessoas, convidando-as a pensar, imaginar, refletir e assim conseguir visualizar possíveis saídas e finais desejáveis para os objetivos de uma determinada causa.

O desejo de conseguir modificar o que está atrapalhando nossa caminhada ou a busca pelo que nos falta, como a procura por uma melhor condição de vida para si e para com os outros, ou ainda problemas do cotidiano, acabam por nos motivar a lutar por emancipação, sentido, pão, terra e dignidade. Nesse sentido, percebemos que o meio externo (as relações sociais) contribui de forma significativa para que procuremos essa mudança, ou pelo menos, faz-nos percebermos que precisa mudar situações reais, contextuais e estruturais.

Sendo constituído por desejos e pelas relações sociais igualitárias, os sujeitos são assim, recheados de sentidos que buscam expressar por meio do corpo, com a fala, os gestos, criando sinais e símbolos que também representam esperanças e utopias, mitos e crenças, paixões coletivas em construção. Simbolizar para os humanos faz parte da natureza dos desejos, dos sentidos imaginados indicando pertencimentos e inquietações, bem como sonhos de empreitadas sócio-políticas transformadoras. Para Norbert Mette: “Os símbolos são formas de expressão não somente individuais, mas também coletivas, e portanto pontos de ‘entendimento’ entre si”. (METTE, 1997, p. 253). Ainda para Mette (1997) os símbolos possuem uma história que podem ser individual /ou coletiva, e estão sempre submetidos a mudanças.

Os sujeitos precisam de símbolos para a comunicação, as palavras, imagens, atitudes, expressões artísticas ou apenas um simples gesto com as mãos ou com o rosto para um/a companheiro/a possibilita sua sobrevivência. Para alguns estudiosos, o símbolo é a unidade básica do comportamento dos humanos, e estes são criados e reinventados pelos sujeitos. Para Danielle Pitta:

Símbolo: é todo signo concreto evocando, por uma relação natural, algo ausente ou impossível de ser percebido. É uma representação que faz “aparecer” um sentido secreto. Os símbolos são visíveis nos rituais, nos mitos, na literatura, nas artes plásticas, etc. (PITTA, 2005, p. 18).

De fato, como afirma Pitta, os símbolos dão sentido a algo, palavras, uma história, um grupo de pessoas entre outros, buscando transmitir de forma entendível e, ao mesmo tempo, não tão explícito assim seu significado aos demais sujeitos. Pois há símbolos que só alguns determinados grupos de sujeitos sabem seu real significado, e/ou como podem ter símbolos iguais, mas que representam sentidos diferentes, como o número 13 amado por uns, que afirmam trazer sorte, e odiado por outros que falam que esse número não dá sorte. A morte, também é um exemplo de sentidos diferentes, enquanto para uns é um momento de tristeza e do fim de tudo, para outros é um momento de (re)começo e evolução do ser humano.

Neste sentido, percebemos que as necessidades de nosso cotidiano nos impulsionam a imaginar possibilidades de resolução dos problemas existentes e para haver comunicação, o ser humano cria símbolos, atribui sentidos às coisas, por meio de gestos, palavras, músicas, signos, poemas entre outros. Percebemos de forma explícita presença dos símbolos em rituais, em cerimônias religiosas, predominantemente, que retratam e os fazem refletir os objetivos e sentidos que os unem, naquele momento, naquele movimento social e/ou instituição multissecular. Os significados de cada símbolo permitem os sujeitos um elo de pertencimento àquele determinado grupo religioso e/ou congênere. As roupas, a música, a dança, as comidas, os objetos, os procedimentos, os instrumentos permitem e reforçam esse sentimento de pertencer aquele grupo que, por meio dos significados que atribuem a cada símbolo, entendem e renovam suas energias, ocasionando sensações de renovação interior e de fortalecimento das ideias perseguidas. Entretanto, os espaços ritualísticos não só estão ligados à religião e ao misticismo¹, tendo em vista que a vida em sociedade é permeada

¹Religião: Etimologicamente, o termo derivaria quer do latim *relegere* (respeitar e, por extensão, dedicar a um culto), quer do verbo *religare*, que significa religar; a religião constitui então um laço que une o

por símbolos e rituais. Pois, os rituais esboçam comportamentos de troca de valor comunicativo e passam também a simbolizar ideologias e ensinamentos.

Sempre os sujeitos estão em busca de algo que está ocasionando falta, movidos pelo desejo de conseguir determinado objetivo, procuram e lutam por isso, visto que o alcance de determinado objetivo pode modificar qualitativamente suas condições de vida reais. Neste sentido, temos sujeitos que procuram conquistar o que é imaginado em seus desejos, percebendo que muitos desses desejos podem ser seus direitos ainda não conquistados. Esta busca por direitos básicos, como moradia, alimentação, educação e saúde pública de qualidade, acesso à cultura, entre outros, não acontece de forma igual para todos os sujeitos sendo que, muitos buscam modificar apenas seu modo de vida, visando apenas a individualidade, que é posta pelo sistema capitalista de forma consumista e solipsista.

Entretanto, temos sujeitos que por muitos motivos preferem buscar modificar não apenas sua vida e de seus familiares, mas também procuram transformar a vida de todos os outros sujeitos, de seu grupo social e também de outros grupos, pensando por uma outra lógica social, que não é a do mercado, da competição e da meritocracia, mas sim, por uma ideia coletiva, solidária e humana. Esses sujeitos movidos pela ideia do coletivo buscam modificar as regras sociais que naturalizam as desigualdades sociais existentes. Muitos desses sujeitos, de visão com mais igualdade social, estão nos movimentos sociais, que lutam coletivamente, para objetivos em comum a todos dos grupos e também por direitos dos demais sujeitos que não participam dos referidos movimentos. Segundo Lage (2013):

homem a Deus como à fonte de sua existência, principalmente de acordo com a tradição cristã. (1). Faculdade ou sentimento que nos leva a crer na existência de um ente supremo como causa, fim ou lei universal; a *religião* é amparo e conforto moral dos crentes que sofrem. (2) Expressão de sentimento do homem em relação ao que é santo ou sagrado, que acabou por exprimir através de *mitos, rituais, símbolos* e *filosofia*. A religião esteve sempre estreitamente relacionada com os valores morais e a estrutura da sociedade. (3) Acesso em: 03/02/ 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/religi%C3%A3o>

Misticismo:

1.atitude caracterizada pela crença na possibilidade de comunicação direta com o divino ou a divindade. 2.atitude essencialmente afetiva que dá prioridade às crenças intuitivas, que garantiriam revelações inacessíveis ao conhecimento racional. 3. corrente religiosa ou filosófica que considera o êxtase uma forma de conhecimento do transcendente. 4. tendência para acreditar em verdades sobrenaturais. 5. vida contemplativa. 6. devoção exagerada. Acesso em: 03/02/2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/misticismo>

De fato, o que constitui na principal função dos movimentos sociais, que é a de tensionar a democracia. Isto significa dizer que os movimentos sociais têm uma função primordial que é a de criar uma tensão no limite da democracia de modo que sua ação atue no sentido de romper este limite, ampliando-a. E quando mais restrita for esta democracia- em termos de direitos, de distribuição de recursos sociais, de controle social- mais tensão haverá para o alargamento desta fronteira. A democracia nunca foi uma concessão das classes dominantes, mas fruto de lutas protagonizadas pelos movimentos sociais e ações coletivas. (LAGE, 2013, p. 22-23).

Como podemos observar na afirmação de Lage (2013), os principais sujeitos que atuam e procuram mudanças da realidade social são os mais atingidos pelo pouco e/ou não acesso a direitos básicos sociais, como moradia, alimentação, saúde e educação pública de qualidade, entre outros direitos, que as classes privilegiadas têm livre acesso. Para conseguir ter esses direitos, a classe subalterna procura tensionar o Estado, fazendo isso com mobilizações e apoio dos movimentos sociais. A procura por direitos básicos são alguns dos principais motivos pelos quais vêm lutando os sujeitos e os movimentos sociais que procuram, pressionando o Estado, conseguir conquistar que esses direitos cheguem também para todos os grupos sociais. Tensionando o Estado, os movimentos sociais pretendem também quebrar com os interesses da classe dominante que procura manter o status quo perpetuando, valorizando o sistema capitalista e naturalizando as desigualdades sociais.

Neste sentido, o Estado é (re)produtor das ideias da classe dominante, de forma que o Estado, controlado pela burguesia, acaba mantendo assim os privilégios dessa classe, para isso, acaba passando a criar mecanismos para defender esses privilégios. Procurando por meio de imposições de ideias com uso de regras de controle sociais, que favoreçam e perpetuem a ideologia da classe dominante, acabam por interferir e (re)produzir “modelos” de comportamento social. Entendemos aqui o conceito de ideologia, não só apenas como um conjunto de ideias, mas, como uma falsa visão da realidade, como foi evidenciado no pensamento de Marx e depois também trazido por Althusser.

Para Althusser², o Estado moderno está nas mãos da burguesia, que controla e manipula ideologicamente as instituições a fim de reproduzir o status quo. Para

² O filósofo Louis Althusser, inspirado nas ideias de Marx, filiou-se ao Partido Comunista Francês em 1948, tornou-se neste mesmo ano professor na prestigiada Escola Normal Superior de Paris (École Normale Supérieure- ENS). O filósofo parte do conceito de ideologia de Marx e constrói seu próprio conceito de ideologia.

Althusser, Os Aparelhos Ideológicos do Estado³, principalmente a escola, contribui para reproduzir as relações sociais de produção capitalista, formando a força de trabalho e inculcando a ideologia da burguesia.

No artigo intitulado: “Althusser: a escola como aparelho ideológico de Estado”, texto de Linhares, Mesquida e Souza (2007), nos mostra que, inspirado no conceito de ideologia de Marx, Althusser também cria seu conceito de ideologia. Para os autores, Althusser afirma que estas ideias de falsa visão da verdade social são difundidas para a população por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), sendo eles: Igrejas, escolas, família, sistema político de diferentes partidos, sindical, e da informação (imprensa, televisão, rádio, etc). Esses Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) utilizam, por meio de inculcações de ideias, introduzir uma falsa visão da realidade, para controlar, naturalizar e criar o conformismo nas pessoas, fortalecendo os ideais da classe dominante. O repasse de ideias de dominação são transmitidas por vezes de forma explícita, com o uso do poder de coerção policial, e também de forma sutil, quando o sistema impõe certos programas educacionais, por exemplo, que privilegiam determinados conteúdos e não outros no currículo escolar, como os programas educacionais que privilegiam a transmissão vertical de conteúdos e não permitindo a reflexão dos sujeitos em sala de aula, eliminando assim a possibilidade de uma formação escolarizada de qualidade. Essas ideias da classe dominante, representadas pelo Estado, também atuam no sistema de informação, ao disseminar por meio da TV, rádio, internet, entre outros meios de comunicação, fatos ocorridos de forma distorcida, buscando naturalizar determinados acontecimentos e as desigualdades sociais existentes, para manter assim a posição de privilégios da elite.

Os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) impõem apenas um modo de ver e viver o mundo, como sendo este o ideal e o correto, e todas as outras formas de pensar, de conhecimento e de viver, como sendo absurdos e bizarros. Para Althusser, o Estado legitima usar a força de repressão, coercitiva se for preciso, para manter a divisão social do trabalho e de classe. Segundo Linhares, Mesquida, Souza (2007):

Apesar dos aparelhos de Estado, repressivo e ideológico, funcionarem a partir de duas definições bastante diferentes, a repressão (violência) e a ideologia (inculcação de ideias burguesas), [...] a manutenção da hegemonia que a burguesia exerce sobre os AIEs se transforma em uma condição para deter o poder do Estado. A função, portanto, do poder (repressivo) de Estado e dos

³ ALTHUSSER, L. P. Aparelhos ideológicos do Estado. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

aparelhos ideológicos de Estado, é assegurar a reprodução das relações de produção capitalista, garantindo a materialidade do processo (a mais-valia). (LINHARES, MESQUIDA, SOUZA, 2003, p. 1501).

De fato, como mostra o pensamento de Althusser, os AIE elegem e disseminam ideologicamente o pensamento escolhido da classe dominante representada pelo Estado, criando assim, a sociedade que se deseja ter. A disseminação de uma falsa verdade da realidade, ocorre para que, se tenha um maior controle sobre os sujeitos, a massa social, como também, para a manutenção dos privilégios de uma minoria, a classe burguesa.

Nesta direção, inconformados com tamanho abusos sociais de poder, para com a população não elitizada, e em busca de uma sociedade mais justa, com igualdade de direitos entre todos, os sujeitos percebem a necessidade de se organizar, somando forças para buscar ter os direitos e espaços historicamente negados, e os movimentos sociais, vêm em defesa desses interesses, procurando ter acesso aos espaços e direitos que também os pertence. Os movimentos sociais, travam uma luta para que os direitos básicos cheguem a todos/as sujeitos, procurando também conseguir especificidades a depender do movimento, objetivando assim, uma sociedade mais justa para todos os cidadãos. Reconhecemos o papel de grande importância de todos os movimentos sociais e suas conquistas ao avançar com seus objetivos transformando a sociedade e a realidade de muitos dos seus pares e de todos os indivíduos. Destacamos em nossa pesquisa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista que este é o campo de nossa pesquisa, de nosso interesse epistêmico.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu no fim da década de 1970. Entre as ações que vinham sendo realizadas para a construção do MST, uma delas tornou-se o marco do início deste Movimento: a organização da primeira ocupação de terra – a gleba Macali, em Ronda Alta, em 7 de setembro de 1979, realizada por um grupo de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em Janeiro de 1984, oitenta representantes de organizações camponesas de treze estados brasileiros reuniram-se próximo à cidade paranaense de Cascavel e decidiram criar um movimento nacional que congregasse camponeses para reivindicar o direito à terra, tendo como premissa a reforma agrária no Brasil.

O MST tem influenciado a organização dos processos de luta pela reforma agrária no Brasil, ao consolidar a prática de ações massivas de grande visibilidade para a sociedade ou ainda ações estratégicas que possam chamar a atenção de problemáticas sociais e assim

criar caminhos para o debate na sociedade. Dentro desse contexto a educação tem um caráter preponderante no sentido que esta é a base da formação política e tomada de consciência que a capacidade de organização coletiva pode transformar as condições profundas e passivas de exclusão social em protagonismos de luta política por transformação social e efetivação de direitos. Nessa direção, a luta pela reforma agrária tornou-se um processo inclusivo e formativo, capaz de transformar a sociedade e as pessoas, através de uma pedagogia própria que articula teoria e prática, militância e intencionalidade, fazendo do MST, também um sujeito pedagógico, tal como fala Caldart (1999) ao afirmar que “olhar para a formação dos sem-terras é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2000, p. 1999).

O MST tem como proposta ampliar o conceito de educação para além da escolaridade, na medida em que o projeto educativo trabalha com a perspectiva de que a educação deve estar direcionada para a formação de sujeitos que irão transformar a sociedade. A própria vivência da luta forja uma experiência política que os capacita a compreender a luta que estão empreendendo, e os fatores estruturantes da exclusão em que se encontram e a projetar o futuro que desejam alcançar na luta pela reforma agrária no Brasil. Num universo de pessoas, no qual a grande maioria não teve acesso à alfabetização, a educação oferece suporte, não apenas para a inserção no mundo alfabetizado, mas também para a formação de sujeitos históricos. Os elementos subjetivos presentes na construção destes novos sujeitos emergem dentro da vivência da luta, que é um processo intenso de transformação radical, no qual estão presentes elementos como a militância, a mobilização política e a mística que contribuem decisivamente para a construção de um sonho partilhado coletivamente. Entre estes elementos destacamos a Mística, como uma experiência de práxis, que se faz presente em todas as ações do MST, como atos, ocupações, formações, e demais atividades de mobilização política.

O interesse pela temática da pedagogia e a epistemologia da mística do MST surgiu por meio de minha inserção no Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, da Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). O Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina é um grupo de ensino, extensão e pesquisa, inter e transdisciplinar que procura estudar temas sobre o processo de luta, resistência e a educação dentro dos movimentos sociais,

ONGs e projetos sociais. Sua equipe é formada por professores e professoras, e estudantes da graduação e pós-graduação da UFPE.

Minha inserção no Observatório dos Movimentos Sociais se deu a partir do ano de 2014, mesmo que antes, já desejava participar dele, mas por conta do trabalho, não conseguia. Mesmo assim, acabei conhecendo um pouco do trabalho desenvolvido pelo Observatório, por cursar licenciatura em Pedagogia⁴ na UFPE- CAA, e por ser ele um dos grupos de pesquisa e extensão atuante na Universidade, desenvolvendo diversas ações, com palestras, minicursos, formações, seminários, entre tantas outras atividades, que acabam dando visibilidade, por suas importantes ações dentro e também fora do meio acadêmico, uma vez que busca realizar um diálogo entre universidade e sociedade.

Com o Observatório e também por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)⁵, consegui perceber e desenvolver o gosto pela pesquisa, que nos encanta e possibilita conhecer mais, caminharmos mais e refletir sobre a realidade. Esses primeiros passos, na extensão e na iniciação científica, foram dados com a ajuda de muitos indivíduos, dos meus professores da graduação, ao nos inspirar ao falarem nas suas aulas sobre pesquisas, aos amigos que incentivaram, mas principalmente a coordenadora do Observatório e da pesquisa do PIBIC, a professora Dra. Allene Carvalho Lage, que sempre incentivou os estudantes a buscar mais, e não parar de procurar novos conhecimentos. O Observatório possibilitou muitas experiências, entre elas, destaco aqui, o momento que conheci o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural- NE (MMTR-NE), em que, por meio de uma formação da Escola de Educadoras Feministas, que foi realizado na UFPE/CAA, durante os encontros, nós estudantes bolsistas do Observatório participamos com apoio técnico, infraestrutura e também de todas as atividades da formação.

Percebia muito nos encontros da formação, que sempre antes de iniciar uma discussão, ou explicitar o tema proposto para cada encontro, as mulheres trabalhadoras rurais, expressavam uma dimensão de sentimentos envolvidos, que transmitiam por

⁴ O curso foi iniciado em 2011.2 e concluído em 2016.1.

⁵ A pesquisa no PIBIC foi realizada a partir de dois editais da PROPESQ da UFPE. O primeiro edital foi de 2014-2015 e o segundo de 2015-2016, ambos com bolsa vigente do CNPq. Nestas pesquisas de iniciação científica buscou-se sistematizar os resultados de escolarização das pessoas por cor e raça (conforme nomenclatura usada nos censos) por regiões em Pernambuco segundo dados dos censos do IBGE. No ano seguinte procuramos ver também os resultados de escolarização no nordeste e os dados gerais do Brasil, comparando os índices de escolarização entre o urbano e o rural.

meio de suas falas ou através de gestos e cantos próprios do movimento. A preparação e vontade de realizar a mística era explícito no olhar de cada mulher, seus rostos transmitiam a força que tinham com seus ideais, seus sorrisos de contentamento de estar preparando e realizando determinada mística, impressionou-me e inquietou-me. Como conseguem ter tanta força e sentimentos num determinado ato que o corpo expressa, com canções, gestos e danças? Como uma arrumação aparentemente simples de uma mesa em um ambiente, pode ser algo tão representativo e que as fazem refletir tanto? De onde surge tamanhos sentimentos pela luta dessas mulheres? Essas são algumas perguntas que sempre surgiam-me nos encontros.

As toalhas de chita, ao serem colocadas sobre as mesas de cor cinza ofuscada, sem atrativo para nossos olhos, davam vida com o colorido e as formas da toalha de chita. Os alimentos colocados à mesa e também no chão, ao centro da sala de aula, nos convidavam a pensar e contemplar o quanto tão belos são, e o seu significado para nossas vidas enquanto consumidores, e delas enquanto produtoras e também consumidoras. O cuidado ao falar e manusear os alimentos, percebemos que ali, existe um sentido diferente, podemos pensar que talvez, seja por ter sido fruto da força de trabalho das mulheres, e de suas famílias e amigos, também por serem tratados de uma forma diferenciada e acompanhados de perto seu desenvolvimento, entre tantos outros significados, que os alimentos ali expostos eram trabalhados e compartilhados entre todos e todas que ali estavam.

Em eventos do MST, presenciei também expressões simbólicas, e o quanto elas nos permitem pensar. No local há uma intensa movimentação dos sujeitos, no tocante à preparação das atividades que são divididas, cada grupo se responsabiliza por determinadas tarefas, mas, isso não significa que os demais sujeitos não participem. A música escolhida, as palavras de ordens ecoadas fortemente, os gestos, a ornamentação do lugar, os quadros de figuras importantes na luta por igualdade, entre tantos outros, são colocados e decorados em todo o ambiente, as representações simbólicas materializam-se por meio dos sujeitos, que (re)vivem momentos importantes em suas vidas e reafirmam seus sonhos a serem buscados.

Nos seminários e congressos, a mística se faz presente, os sons ecoando dos instrumentos, muitas vezes baldes, latas, pedaços de madeira usados como baquetas, entre outros materiais, ecoando sons juntos ao ritmo de vozes, com poesias, canções e

palavras de ordem, que nos permitem pensar e, ao mesmo tempo, sentir essa energia que contagia os demais sujeitos. Foram momentos que me impulsionaram a pensar em estudar sobre a mística do MST.

Acredito também, que a escolha pela temática está relacionada às questões de desigualdade social, isso ocorre por ser de família da classe popular, em muitos momentos, mesmo antes de entrar na universidade, me questionava o porquê de alguns sujeitos terem tantos bens materiais, uma vida econômica confortável e outros quase nada. Sinto-me representado pelo MST, pela busca por melhorias de condição de vida, o encantamento pela igualdade de justiça, e a esperança que tudo poderá mudar, mesmo que demore um pouco, temos o sonho de ver a transformação social, a modificação de histórias de vida, e conseguirmos ver sujeitos da classe trabalhadora ocupando todos os lugares sociais.

Esse sentimento, ideias e razões de viver que une as pessoas em prol de uma causa comum e na vontade ativa de construir um caminho coletivo, convida-nos a procurar conhecer mais sobre suas buscas, sensibilidades e mobilizações políticas. A mística possui uma epistemologia, que encena e faz reviver em primeiro lugar uma experiência de submissão, e em seguida, encena uma experiência de libertação, na qual projeta um futuro viável que revela as possibilidades e sensibiliza os sujeitos sobre suas capacidades de transformação. Sendo assim, a nossa pesquisa se debruçará para refletir sobre a seguinte pergunta: Em que consiste a pedagogia do MST a epistemologia da mística e quais os seus aspectos e dimensões educativos potencializadores de empoderamentos dos militantes e da práxis transformadora?

Neste sentido, temos como objetivo principal dessa pesquisa: Compreender a pedagogia do MST e a epistemologia da mística, dentro dos processos de luta dos sujeitos Sem-Terra, com os seus potenciais mobilizadores no Centro de Formação Paulo Freire em Caruaru-PE.

Como objetivos específicos pretendemos:

- Identificar e caracterizar a Pedagogia do Movimento dos Sem-Terra.

- Compreender o alcance da simbólica humana produtora de sentidos nas subjetividades dos militantes do MST.

-Evidenciar a relação entre a mística, o seu teor pedagógico e o seu alcance político emancipador nos sujeitos Sem-Terra.

A pesquisa encontra-se dividida em dois momentos, em que o primeiro temos um levantamento da discussão sobre a temática e assuntos que a envolvem, buscando trazer assim, com os teóricos as principais ideias sobre o tema pesquisado. No segundo momento a pesquisa destaca o campo empírico, levantando os dados que o campo nos apresenta por meio da realidade observada, e com isso, confrontando as falas dos autores do campo com os autores das bibliografias pesquisadas, procuramos evidenciar as principais questões do tema pesquisado.

Atentando para a problemática central da pesquisa, a pedagogia do MST e a epistemologia da mística, os aspectos e dimensões educativos potencializadores de empoderamentos e de inspirações de práxis transformadora. Procuramos de início, trazer o processo de luta pela terra, como se originou a questão agrária no Brasil e como vem se estabelecendo os conflitos com o passar do tempo. Depois passamos a destacar a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, a filosofia que norteia o Movimento e sua pedagogia. Procuramos também levantar os principais aspectos da Teologia da Libertação, para compreender a perspectiva política e espiritual da mística. Posteriormente, tratamos da mística do MST como caminho epistemológico, pedagógico, emancipatório e transformador. Apresentou também, os elementos constitutivos do viés metodológico assumido pelo pesquisador no itinerário de pesquisa, os dados produzidos no presente estudo, por meio de observação participante e das entrevistas com os militantes do movimento, para assim, tecer algumas considerações sobre os achados da pesquisa. Como procedimento para analisar os dados obtidos, recorreremos a Bardin com a técnica de análise de conteúdo, chegando assim, as considerações finais do estudo.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO

Buscando fazer um mapeamento, afim de conhecer mais sobre a mística do MST, procuramos realizar uma pesquisa exploratória, em eventos científicos e repositórios de algumas universidades sobre os trabalhos que tratam da mística do MST. Essa procura possibilita ao pesquisador o conhecimento e/ou reconhecimento do que se vem sendo produzido sobre a temática, e também, ao fazermos o “Estado da Arte ou Estado do Conhecimento”, podemos perceber em que nossa pesquisa se aproxima e/ou se distância dos demais estudos realizados. O Estado do Conhecimento é um modo de estudo que vem se tornando cada vez mais frequente nas pesquisas acadêmicas. Segundo Ferreira:

Nos últimos quinze anos tem-se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas de caráter bibliográfico, elas parecem mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrados, teses de doutorado, publicação em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 258).

De fato, como explicitou Ferreira, percebemos que nos últimos anos, se tem realizado diversas pesquisas dessa natureza, denominadas “Estado da Arte e/ou Estado do Conhecimento”, por elas permitirem para além de conhecer o que vem sendo pesquisado, também possibilita aos pesquisadores observar o quantitativo e a qualidade dessas pesquisas realizadas.

Nesta direção, afim de conhecer mais sobre a temática do trabalho, procuramos fazer um mapeamento do que se tem estudado sobre a mística do MST. Para isso, pensamos em estabelecer alguns critérios para nosso caminho ao buscar essas produções.

Primeiro, levamos em consideração o tema estudado, atentando para suas perspectivas e áreas de conhecimento. Procuramos sobre a temática da mística do MST, dentro de temas transversais e interdisciplinares, tendo em vista que se trata de um tema dentro da área educacional e também social. O segundo passo, foi encontrar trabalhos

que na área da educação, uma vez que estamos trata de um estudo na área da educação, dentro de um programa de pós-graduação em educação contemporânea. Em seguida, procuramos produções de pesquisas realizadas no Brasil, uma vez que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST está organizado em todo o território brasileiro. Foi buscado trabalhos sobre o próprio movimento sem-terra, a educação do movimento e sobre a mística do MST. A necessidade de se buscar trabalhos com essas temáticas se deu principalmente pela dificuldade de se encontrar estudos sobre a mística do movimento sem-terra.

Neste sentido, procurando atender aos critérios estabelecidos, buscamos nos eventos científicos do Brasil na área de educação, nos quais poderíamos ter oportunidade de acesso a uma diversidade de trabalhos, uma vez que, por serem eventos conhecidos na área educacional temos a possibilidade de muitos pesquisadores/as de muitas ou todas as regiões do Brasil participarem.

Assim, selecionamos a ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, como uma das fontes de base de dados. Primeiro, por ser um evento de cunho nacional, podendo participar pesquisadores/as de todo o Brasil. Segundo, por ter uma rigorosidade considerável em relação aos trabalhos a serem apresentados e publicados nos seus anais do evento, prezando assim, por uma qualidade na pesquisa em educação. E terceiro, por ser um evento que tem um grupo de trabalho, voltado para os movimentos sociais, o GT03: Movimentos Sociais e Processos Educativos, um lugar, em que, podemos encontrar produções sobre os diversos movimentos sociais, incluindo o MST.

Utilizamos como forma de pesquisa: a) observar os títulos dos trabalhos, b) escolhemos como palavras-chave: mística; mística do MST e, posteriormente, MST, e também, buscamos c) ler os resumos dos trabalhos em que o título possibilitasse uma aproximação com o nosso tema. Após ler o título e as palavras-chave dos textos, quando este indicava alguma possibilidade de ter elementos sobre mística do MST, fazia-se necessário a leitura do resumo. Neste sentido, iniciamos nossa procura pelos trabalhos completos publicados pela ANPED, nas suas reuniões nacionais. Pesquisamos as 17 últimas reuniões realizadas, no GT 03: movimentos sociais e processos educativos, como podemos observar no quadro 1, a seguir. É importante ressaltar, que a escolha pelas 17 últimas reuniões foi, por causa de termos acesso apenas às 17 últimas reuniões,

tendo em vista que o próprio site do evento não permite o nosso acesso às demais reuniões. O quadro a seguir mostra de forma geral o número da reunião, o local e ano dela, e também o quantitativo de trabalhos neste GT 03, e o quantitativo de trabalhos referentes à temática da mística do MST neste mesmo grupo de trabalho.

Quadro 1- Reuniões Nacionais da ANPED- Gt03: Movimentos Sociais e Processos Educativos.

Reuniões NACIONAIS da ANPED- GT03: Movimentos Sociais e Processos Educativos			
Nº - Reunião Nacional	Local e ano	Total de trabalhos aprovados no GT 03.	Trabalhos aprovados sobre mística do MST no GT 03.
38ª Reunião Nacional	São Luiz- Maranhão/2017	21 trabalhos	0 trabalho
37ª Reunião Nacional	UFSC-Florianópolis	21 trabalhos	1 Trabalho
36ª Reunião Nacional	Goiana- GO/ 2013	8 trabalhos	0 trabalho
35ª Reunião Nacional	Porto de Galinhas- PE/2012	15 trabalhos	0 trabalho
34ª Reunião Nacional	Natal-RN/ 2011	17 trabalhos	0 trabalho
33ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2010	12 trabalhos	0 trabalho
32ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2009	7 trabalhos	0 trabalho
31ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2008	12 trabalhos	0 trabalho
30ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2007	9 trabalhos	0 trabalho
29ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2006	11 trabalhos	0 trabalho
28ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2005	19 trabalhos	0 trabalho
27ª Reunião Nacional	II-MG/2004	15 trabalhos	0 trabalho
26ª Reunião Nacional	Poços de caldas- Florianópolis/ 2003	11 trabalhos	0 trabalho
25ª Reunião Nacional	Caxambu-MG/2002	11 trabalhos	0 trabalhos
24ª Reunião Nacional	Caxambu- MG/ 2001	14 trabalhos	0 trabalhos
23ª Reunião Nacional	Caxambu- MG/ 2000	09 trabalhos	0 Trabalhos
22ª Reunião Nacional ⁶	-	-	-

Fonte: Quadro construído a partir das Reuniões Nacionais da ANPED. 2017.

Estas reuniões nacionais realizadas pela ANPED, no GT03, apresenta cerca de 194 trabalhos completos publicados nos anais das reuniões, e só apenas um trabalho deste grupo de trabalho (GT) 03 faz referencia à mística. Nos trabalhos publicados do evento, encontramos muita produção sobre movimentos sociais, sobre gênero e sexualidade, raça-etnia, e sobre o próprio MST: a educação dentro MST, agroecologia, entre tantos outros temas. No entanto, os trabalhos que tratam da mística do MST, não se fazia presentes nas produções de comunicação oral deste GT 03.

⁶ Os trabalhos da 1ª reunião até a 22ª Reunião Nacional da ANPED não está disponível no site, não é possível ter acesso aos trabalhos desses encontros, visto que estas pastas não abrem.

Nossa busca pelos trabalhos se deu, como mencionado anteriormente, por meio dos títulos dos trabalhos e com uso de palavras-chave: mística, mistério, e mística do MST. Ao perceber que os trabalhos não traziam nos títulos, palavras-chave e nos resumos alguma referência que se aproximava do nosso tema de estudo, foi decidido abrir os textos completos que tratava sobre o MST, e utilizando de ferramentas de atalhos do computador, procuramos buscar no texto completo. Feito isto, procuramos por palavras como: mística, mistério, misticismo.

Conseguimos com uso desse mecanismo digital, encontrar apenas um trabalho que se referia à mística, mas como podemos perceber, o próprio título não mostra de forma evidente que no texto, os autores também falam um pouco sobre a mística. O trabalho tem como título: “Sabenças na comunidade tradicional de Fecho de Pasto Mucambo” de autoria de Izabel Dantas Menezes. Neste trabalho, a autora procurou identificar os saberes acionados pelos moradores da Comunidade Mucambo (BA) no momento em que tiveram o seu território ameaçado. Buscou-se compreender os sentidos e lógicas das “sabenças” cultivadas nas esferas do trabalho, da religião e da família e suas implicações nas táticas de luta e regras de uso e ocupação da terra. O trabalho concluiu que os “ecossistemas socioeducativos” (casa, igreja, roça), lugares de dinâmica onde se aprendem e ensinam, o encontro socioafetivo potencializa vínculos de pertencimentos que podem também ser geradores de demandas políticas e sociais. O texto fala também de um outro saber, o de benzer as pessoas e animais, como uma prática comum do meio rural. “Assim, o desenvolvimento desse saber é baseado em toques, imposição das mãos, repetição de orações específicas para cada enfermidade, presença de objetos sagrados manipulados por pessoas dotadas de poder, determinadas, sábias dos mistérios da fé e das plantas”. (MUCAMBO, 2015, p.12). Como podemos perceber, ao benzer as pessoas, se utiliza da fé, de sentimentos, de expressões corporais, envolvendo carisma, união, em que poderá contagiar e mudar a situação que se encontra o sujeito, os mobiliza para refletir sobre a situação do momento e muitas vezes encorajando-os e enchendo-os de esperança em um amanhã diferente.

Neste texto “Sabenças na comunidade tradicional de Fecho de Pasto Mucambo, Antônio Gonçalves (BA), percebemos que possui elementos que estão também presentes na Mística do MST, sendo eles: uma força mobilizadora que une pessoas para a realização de um bem comum, que os fazem pensar estratégias se organizando para tomar decisões para comunidade. A mística do MST possibilita isso, uma reflexão sobre

determinado momento, passado ou presente, para se pensar e visualizar uma possível saída, um futuro viável. O trabalho ainda se aproxima da mística do MST no sentido em que se utiliza da natureza contemplativa da vida camponesa, pelo respeito e convívio com a natureza, nas relações sociais em que os sujeitos utilizam do espaço e tempo da comunidade para constituir suas ações políticas organizadas, como forma de responder, resistir e defender suas terras ameaçadas. Assim elementos como conflitos, paixões, frustrações, circularidade de ideias, estão presentes no meio das famílias de Mucambo, (BA) também são elementos que podemos encontrar presentes na Mística do MST.

Como conseguimos na Anped apenas essa produção de Izabel Dantas Menezes, que nos aproximava do nosso tema. Procuramos no EPEN- Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (que anteriormente ao ano de 2014, era chamado de EPENN- Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste), um respeitado evento científico na área educacional, que acontece a cada dois anos, promovido pelos Programas de Pós-graduação Strictu Sensu em Educação do Norte e Nordeste brasileiro. Neste evento, buscamos trabalhos que tratem sobre Mística do MST, utilizando dos mesmos mecanismos de pesquisa anteriormente feitos no site da ANPED, sendo um evento que também possui um grupo de trabalho sobre movimentos sociais e sujeitos. Estabelecemos como critérios a procura das produções, o título dos trabalhos, referente ao tema da mística do MST, e palavras-chave: mística, mistério e mística do MST, por ser um tema pouco discutido, optamos em fazer o levantamento do mesmo e não o levantamento sobre a pedagogia do MST, uma vez que temos uma vasta produção sobre a pedagogia do Movimento. Assim, procuramos nos grupos de trabalhos (GTs) que envolviam temas relacionados aos movimentos sociais, tendo em vista a possibilidade deste grupo de trabalho ter produções sobre o MST e, consequentemente, sobre a mística do MST.

Os encontros do EPEN acontecerem em 2016 em Teresina- PI na UFPI realizando o XXIII encontro, o XXII encontro em Natal- RN em 2014 na UFRN, o XXI encontro em Recife-PE em 2013 na UFPE, o XX encontro em Manaus- AM em 2011 na UFAM, o XIX em João Pessoa- PB em 2009 na UFPB, o XVIII encontro em Maceió- AL em 2007 na UFAL, o XVII encontro em Belém- PA em 2005 na UFPA, o XVI encontro em Aracajú- SE em 2003 na UFS, o XV encontro em São Luís- MA em 2001 na UFMA, o XIV encontro em Salvador- BA em 1999 na UFBA, o XIII encontro em Natal-RN em 1997 na UFRN, o XII encontro em Teresina- PI em 1995 na UFPI. Esses

encontros foram possível destacar devido site do evento de 2016, que disponibiliza uma tabela com todos esses lugares e encontros acontecidos.⁷

No XX encontro do EPEN que foi em Manaus no ano de 2011 de 35 trabalhos encontramos um sobre mística do MST. O trabalho de Maia (2011) constata que no MST a mística é um processo educativo, que se trabalha junto a educação, fazendo um elo que permite construir a resistência no campo, na luta por terra, reforma agrária, escola e trabalho. Mostra que a mística é conscientização política; mística é desenho e símbolo; mística é música e poesia; mística é cultura popular e criação; mística é vida, teatro e fantasia; mística é nascimento e animação; mística é mistério, criatividade e educação.

Para Maia (2011) a mística no MST é uma categoria fundante, pois acaba construindo uma organização no movimento que acaba por desenvolver as formas de lutas e resistência. Assim como para Lucíola Maia, compartilhamos de sua ideia que, a mística convoca os militantes, educandos, acampados e assentados a aprenderem a refletir sobre suas próprias vidas, utilizando para isso poesias, músicas, teatros, danças entre outros meios de expressões artísticas. Neste sentido o trabalho de Lucíola Maia apresenta direcionamentos com nosso estudo, de forma que apresenta a mística como um processo educativo, e sendo ela um elemento fundante para a identidade dos trabalhadores do campo. Entretanto nosso trabalho se distânciava no sentido de que, para além de também de entender que a mística é um espaço de resistência e formação política, pretendemos compreender como é esse alcance da simbólica que produz sentidos nos sujeitos do movimento.

Continuando a busca por trabalhos sobre mística do MST, fomos para o repositório de banco de dissertações de teses na área da educação da UFPE. Procuramos por meio da palavra-chave mística, surgiu um total de 626 trabalhos obtidos com a temática de mística, porém, sobre mística do MST, não foi encontrado nenhum resultado. Destacamos que existe uma quantidade considerável de trabalhos referentes ao MST, mas são trabalhos que tratam mais especificamente sobre a educação do MST,

⁷ No EPEN, não conseguimos ter acesso a material, tendo em vista que, só tivemos acesso ao site do evento promovido no ano de 2016 Teresina- PI e 2011 em Manaus. Ao buscarmos os outros encontros, o endereço do site sempre apresentava erro, e não conseguíamos ir para a página do evento e seus anais. Levantamos como possibilidades para este acontecimento o fato de, talvez as produções destes anos não serem acessados via internet, mas terem virados livros e não terem sido disponibilizados de forma gratuita na rede de internet.

a organização, as relações sociais, entre tantos outros temas. Mas especificamente sobre a mística do Movimento não conseguimos localizar.

Servimo-nos da base de dados da Scielo, utilizando em um primeiro momento apenas a palavra mística, restringindo a busca apenas para o Brasil, no intuito de destacar e dar mais possibilidades de trabalhos do MST sobre a mística. Ao fazer a procura, aberta pela palavra mística, obtivemos cerca de 44 artigos científicos no Scielo, apresentando textos também em espanhol e inglês. Entretanto, ao observarmos os títulos e resumos dos textos, a fim de encontrarmos trabalhos que falem sobre a mística do MST, só encontramos trabalhos referentes a terapias com a mística, místicas andinas entre outras, menos mística do MST.

Continuando o percurso da pesquisa e como sugestão da banca de qualificação, procuramos explorar o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Neste banco de dados existe um número bastante expressivo das pesquisas produzidas a nível nacional de todas as áreas de conhecimento, sendo exatamente 517.637 documentos, divididos entre 348.116 dissertações e 169.522 teses, de 109 instituições⁸ possibilitando de variadas formas de busca por estes trabalhos, desde busca simples (com uma maior abrangência) podendo ser coletado um número maior de trabalhos produzidos, até a chamada busca avançada (utilizando assim o uso de filtros) que nos permite reduzir e direcionar ainda mais o foco de procura. Assim, como foi afirmado pela própria banca de qualificação do projeto (que agora é pesquisa), teríamos uma maior abrangência de trabalhos e, conseqüentemente, maiores oportunidades de encontrar pesquisas referentes a mística do MST.

Por meio do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), consideramos como uso para exploração deste banco de dados, duas palavras-chave: mística e MST, colocadas entre aspas: “mística” and “MST”, para assim filtrar de forma mais rápida as pesquisas disponíveis nesta plataforma. Assim, ao colocarmos as palavras-chave mística and MST, obtivemos cerca de 6 trabalhos encontrados que envolvia as duas palavras-chave. Partimos então, para a leitura dos títulos dos trabalhos e ao observar que o título indicava para o objeto de pesquisa, foi feita a leitura do resumo e posteriormente do trabalho.

⁸ Informações retiradas da própria base de dados BDTD. Mais informações: bdt.ibict.br/vufind/

Procuramos montar um quadro com as produções encontradas na Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD), como uma forma de melhor visualização das produções, bem como autores/as das obras e as respectivas áreas e programas de pós-graduação. Depois de apresentar a tabela, teceremos alguns destaques a respeito das pesquisas, explicitando seus objetivos, principais questões e considerações que chegaram os autores.

Quadro 3- Teses e Dissertações sobre mística do MST

Título	Autor/a	Natureza da Pesquisa	Ano da defesa e Local	Programa de pós-graduação/ Instituição
A mística do MST como laço social	Nadir Lara Junior	Tese.	2010. São Paulo.	Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC.
A prática da mística e a luta pela terra no MST	Fabiano Coelho	Dissertação.	2010. Dourados.	Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD.
A mística do MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos	Rafael Bellan Rodrigues de Souza	Tese.	2012. Araraquara/SP.	Programa de Pós-graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista-UNESP.
A dimensão educativa da mística na construção do MST como sujeito coletivo	Giovani Vilmar Comerlatto	Tese.	2010. Porto Alegre/ RS.	Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
A força emancipadora da espiritualidade e da mística no MST: Experiências formadoras na vida dos(as) militantes como poder catalisador do movimento.	Luís Eduardo Torres Bedoya	Tese.	2012. Fortaleza.	Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará.
Interpretações socioambientais da mística do movimento dos trabalhadores rurais sem terra	Andréa Freire de Carvalho	Dissertação.	2013. São Cristóvão-Sergipe.	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA. Universidade

				Federal de Sergipe.
--	--	--	--	------------------------

Quadro 3- Elaboração própria, a partir do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A pesquisa de Nadir Lara Junior em sua pesquisa sobre “A mística do MST como laço social” vem buscar entender como essa mística do Movimento pode ocasionar nos sujeitos sem terra um momento de formação para um laço social e também de estratégia de constituição do campo político. Sua pesquisa visa entender a mística do MST a partir dos quatro discursos de Lacan: mestre, universitário, histérica e analista. Seu segundo objetivo é analisar se as diversas possibilidades discursivas podem ser estabelecidas na mística e que diferentes consequências têm para os sujeitos que participam dessa ação coletiva. O estudo foi dividido em duas partes, na primeira parte destaca a estruturação do MST, mostrando-o como movimento social, analisando o seu contexto e surgimento, as correntes teológicas e políticas que influenciaram, e mostrando como se estruturou a mística. A segunda parte do trabalho mostra a análise da mística do MST tomando como ponto de partida a teoria lacaniana, destacando os quatro discursos, e como esses quatro discursos atuam nessa ação coletiva. Nesta pesquisa de Nadir Lara Junior a mística marca os sujeitos que acabam por serem envolvidos devido a essa dimensão de mistério, que por meio dessas ações coletivas tais como: gestos, palavras, silêncios e reflexões, poderão serem externados e decifrados pelos sujeitos de acordo com suas posições em relação ao outro.

A pesquisa de título “A prática da mística e a luta pela terra no MST” de Fabiano Coelho trata-se de uma dissertação defendida em 2010, que teve como objetivo discutir como o MST pensou e sistematiza a prática da mística dentro da organização do movimento. Para isso o pesquisador utilizou de análise de um conjunto variados de fontes, entre eles: diversos materiais impressos publicados pelo próprio Movimento, imagens e fontes orais. O pesquisador delimitou um tempo para a pesquisa que vai da década de 1980 e o ano de 2009, caracterizando assim como um trabalho de história do tempo presente.

Como mostra a pesquisa de Fabiano Coelho, a mística era uma prática muito desenvolvida pelos agentes religiosos que acompanhavam o Movimento e esta tinham grande aceitação pelos sujeitos. Assim o MST se apropria da mística, mais dando outros significados trazendo mais para as suas vivências, para a luta do Movimento, fazendo

assim uma outra forma de mística. Fabiano Coelho chega à conclusão que a mística do Movimento é realizada de maneira diversa e plural; é uma prática cultural e política, sendo também um momento em que o MST consegue se comunicar de maneira eficaz com os sujeitos, pois na mística se constroem representações sobre o que pensa e quer o próprio Movimento. A mística possui uma dimensão poderosa, ela é desencadeadora da memória e assim pode-se nela ter representação e ação política.

O estudo de Rafael Bellan Rodrigues de Souza, tem como título “A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos”, defendida em 2012, procura compreender as potencialidades do MST em forjar uma consciência de classe em suas esferas. O pesquisador vê a mística como um recurso utilizado pelo movimento para demonstrar suas ideias, objetivos e princípios. As representações na mística como o cenário, as danças, músicas, entre outros, proporcionam aos trabalhadores sem-terra uma compreensão de si e do mundo que estão. Nesta pesquisa Rafael Souza realizou também uma pesquisa bibliográfica sobre as categorias relacionadas com o tema, fazendo um levantamento de produção acadêmica, se portando também para documentos, textos produzidos pelo MST, que inclui cartilhas, jornais e revistas da organização.

Na pesquisa de Rafael Souza fica evidenciado que a mística promove uma mudança de consciência nos sujeitos sem-terra, ou seja, estes passam a ter uma posição política mais enfática, percebendo-se como sujeitos de direitos. Fica destacado também nesta pesquisa, que a mística anima o sujeito e o habilita para sua práxis, dando ênfase de forma realista nos caminhos a serem seguidos. Ela ainda promove transformação de valores que são fundamentais para a construção de uma nova sociedade.

“A dimensão educativa da mística na construção do MST como sujeito coletivo” é o título da tese defendida em 2010, de Giovani Vilmar Comerlato. Seu trabalho tem como objetivo a mística no MST como prática revolucionária em busca da emancipação social, geradora de aprendizagens, questionando como se dá a dimensão revolucionária e educativa da mística no MST enquanto sujeito coletivo e de emancipação social. O seu trabalho aborda inicialmente a questão dos movimentos sociais dentro do Estado liberal mostrando os limites da legalidade, alerta para a necessidade de se repensar a democracia liberal dando razão às reivindicações desses movimentos. A pesquisa aprofunda o conceito de mística mediante um apanhado conceitual e histórico, mostra

como essa mística acontece e surgiu no MST. Em seu estudo, Giovani V. Comerlato entende a mística dentro do Movimento como uma prática contra hegemônica, contra ideológica e revolucionária, uma vez que esta é um espaço de construção de participação, de expor no que se acredita e sonha.

A mística ajuda a aumentar o sentimento de pertença para um projeto de transformação social. Ela tem despertado uma dimensão humana e solidaria, construindo também uma identidade coletiva. A mística é uma representação da vida, das lutas, das motivações, crenças dos sujeitos, despertando assim os valores e consciência. Para o pesquisador, a mística se configura como algo novo, é uma elaboração de uma proposta emancipatória em relação às opressões vividas. Ela dá o sentido da luta, e mesmo do ponto de vista do simbólico, ela pode não transformar a realidade, mas dá sentido ao real.

O trabalho de doutorado de Luis Eduardo Torres Bedoya (defendido em 2012) tem como título: A força emancipadora da espiritualidade e da mística no MST: Experiências formadoras na vida dos(as) militantes como poder catalisador do movimento. Seu estudo buscou como objetivo compreender a importância emancipadora das experiências de espiritualidade e da mística dos/as militantes do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST), enquanto experiências formadoras com implicações na construção da militância e no desenvolvimento e consolidação das lutas do movimento. O foco em sua pesquisa é abordar o que é específico nas experiências de espiritualidade e de mística na intencionalidade e significado característicos do fenômeno religioso. É uma pesquisa (auto)biográfica em educação, da fenomenologia da religião e do MST. Utilizou-se de entrevistas, de Narrativa Temática e dos Círculos Narrativos Temáticos. O estudo mostra como resultado que as experiências religiosas, espirituais e de mística fazem parte da vida dos sujeitos do Movimento, e estas experiências são formadoras e também responsáveis pela qualidade da militância e do alcance no sucesso da luta pela terra. As atividades da mística mostram as origens, expressam conhecimentos adquiridos, voltam-se para a importância do enraizamento cultural camponês, inspira a busca pela liberdade e por um novo projeto de sociedade.

A pesquisa de dissertação defendida em 2013 de Andréa Freire de Carvalho tem como título: Interpretações socioambientais da mística do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ela teve com objetivo central desvelar em que medida a mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é constituidora de elementos para formação do homem em relação ao meio ambiente. Para isso a pesquisadora buscou como a mística foi utilizada nos espaços formais e informais e quais elementos do ambiente se faziam presentes nas práticas pedagógicas em sala de aula e nos cursos de formação. Sua pesquisa teve como metodologia a fenomenologia descritiva. Seu estudo concluiu que a mística do MST é um elemento importante dentro do Movimento, uma vez que contribui de forma significativa na formação desses sujeitos historicamente excluídos, assim como também, traz importantes contribuições para a questão socioambiental, de forma que proporciona a estes conhecimentos que partem desde ocupação da terra, passando por sua preservação e conservação também de rios, o cuidado com o uso de agrotóxicos, o descarte correto de resíduos, a busca pelos direitos humanos, entre outros, que permite assim uma auto formação coletiva.

Neste sentido, podemos perceber que a relação com o mistério, é algo presente na vida dos sujeitos sem-terra. Compreendendo que o mistério é aquilo que não é totalmente exposto, claro e objetivo, mas que mesmo assim, contribui na construção da formação do ser humano, de forma que com a utilização da simbólica, os sujeitos podem se (re)encontrar, em determinados momentos de suas vidas e refletir sobre elas ao observar determinados símbolos presentes.

As pesquisas mostram que a mística contribui para a formação de uma consciência crítica, que por meio dessa força que permeia as relações entre os sem-terra reuni forças e os anima em sua caminhada. Fica explicito nos escritos deixados pelas pesquisas que, a mística possui uma dimensão educativa, que nos ensina a preservar valores, construir respeito e refletir visões de mundo, assim como também, de que forma e porque a sociedade se estrutura de determinada maneira, quais as intenções existentes de uma classe social sobre a outra, qual o mundo que os sujeitos do Movimento querem, entre tantas outras perguntas, os fazem aprender e ensinar todos os dias dentro dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, pois nessa medida que busca lutar pela a terra, passam também a lutar por dignidade humana, passam a valorizar também o cuidado com a natureza e com os outros.

As pesquisas aqui mostradas se aproximam de nosso estudo na medida em que percebemos a mística como um elemento de grande importância para os militantes do

movimento, essas pesquisas ainda se aproximam no sentido de mostrarem a dimensão educativa desta prática e, também ao identificar as diversas linguagens em que a mística se apresenta. Assim, como nas pesquisas de Nadir L. Junior e Rafael Souza também utilizamos de cartilhas, textos e sujeitos do movimento para acessar informações a respeito da temática. Nosso estudo se diferencia dos demais no sentido de compreender o alcance dos símbolos nos militantes e sua produção de sentidos nas subjetividades do MST, bem como evidenciar as relações das vivências da mística do movimento com a história e lutas dos sujeitos Sem Terra, que se encontram nas formações do centro de formação Paulo Freire.

3 REFORMA AGRÁRIA: UM POUCO DE HISTÓRIA E CONCEPÇÕES

3.1 A TERRA

A terra é um elemento central para a vida dos seres vivos, pois ela nosso habitat, possuidora de características físicas e químicas que possibilita nossa estadia nela. Generosa, nos oferece tudo que se é preciso para vivermos bem, água, temperaturas, relevos, ar, minérios, toda uma fauna e flora diversificada e apropriada para nossa utilização. Ela é nossa casa, onde podemos tirar nosso alimento e permanecer até os últimos dias de nossas vidas.

A terra podemos dizer assim, que é o principal meio para a existência de todos os seres vivos, pois dar-nos condições para o surgimento e permanência de todos aqui. Partindo desse pressuposto, é de se concordar em parte com algumas afirmações de estudiosos sobre o surgimento dela. Segundo muitas religiões, é da terra que viemos e por isso é para ela que retornaremos ao morrer.

Nosso planeta é um organismo vivo que surgiu em condições dinâmicas para nos oferecer condições de aparecer vidas e abriga-las nela. Pensando assim, a Terra como o importante e central meio de nos propiciar vida por causa de seus elementos naturais e físico-químicos como afirma diversas teorias. Diria que, seja explicada por meio da ciência com a grande explosão do big bang, ou explicada por meio do Criacionismo através da religião, seja qual for a busca para explicação de seu aparecimento e todos os elementos e condições climáticas, químicas, físicas e biológicas, que deram origem ao planeta e aos seres vivos que nela habitam, a depender das leituras de mundo de cada sujeitos, uma questão é certa: sem esse complexo de elementos articulados e todas suas condições naturais oferecidas, não existiríamos.

Levantando pensamentos como estes, é que nos leva a desorganizar nossas ideias, que às vezes é tão “prontas e acabadas” frutos de um racionalismo positivista, em que as coisas ou é isso, ou é aquilo e não pode ser meio termo, pois não conseguimos ainda confortavelmente compreender o meio termo, precisamos sempre classificar, colocar no lugar e denominar tudo que se existe. O bom desse exercício de desorganizar

o pensamento, é que nos permite pensar ainda mais e assim conseguir refletir as contradições em que estamos imersos, como por exemplo: se a Terra comporta todos que nela estão e oferece condições naturais para nossa permanência e vivência nela, porque mesmo assim ela as vezes parece ser tão pequena? Quando falamos pequena estamos indo do ponto de vista de conseguir mesmo um espaço nela para sobreviver. Seria o quantitativo de seres vivos que aumenta cada vez mais, de forma acelerada, que nos faz sentir que o espaço está ficando menor nela? Seriam os recursos que estamos utilizando sem nenhuma preocupação com sua extinção? A ganância pelo dinheiro do mundo contemporâneo, ou tudo isso junto?

Percebemos depois de pensar nestas e em outras questões, que envolve a procura pela sobrevivência humana, e fica explícito que se manter vivo mesmo sendo ofertado pelo planeta as condições necessárias, não é nada fácil. Pois envolve questões que não são naturais; pelo contrário, são condições que os humanos mesmos foram criando ao decorrer de sua existência na Terra.

As sociedades foram sendo formadas, por meio de grupos, tribos e clãs, nesse processo de formação de sociedade foram se criando códigos e regras para sobrevivência. Quando olhamos para a história da formação das primeiras civilizações⁹ e suas grandes organizações, na Mesopotâmia (que significa “entre rios” do grego, meso= no meio; potamos= rio), ligada aos rios Tigre e Eufrates, o Egito ao Nilo, a Índia ao Indo, a China ao Amarelo, quando os humanos passam ao sedentarismo e inicia o trabalho com agricultura, desenvolvem técnicas e habilidades para melhor sobrevivência, travam guerras com outros povos e, ao mesmo tempo, pensam uma forma de organizar e reservar os alimentos cultivados, pois a natureza os colocavam nessa situação de buscar se organizar, períodos de secas e de cheias, acabam por impulsiona-los a construir reservatórios de água, canais de irrigação, desenvolvem a escrita e formas de se guarda os alimentos.

As civilizações antigas, instiga-nos a pensar o quanto desafiante foi para eles e ao mesmo tempo gratificante tudo isso, pensar estratégias para viver em meio ao início de uma mudança de estilo de vida, agora no sedentarismo. E mais uma vez, é visto o quanto somos ligados e dependentes da terra, ela nos une e nos afasta, nos faz crescer à medida que nos ensina a observar e interagir para poder melhor trabalhar e conseguir

⁹ Ver: PINSK, Jaime. As primeiras civilizações. Editora: Atual. 1994.

boas colheitas. É na Terra que nascemos, é por causa dela que vivemos e por ela que lutamos.

3.2 A LUTA PELA TERRA

A nossa ligação com a terra é algo incontestável, como percebemos a partir do momento que o bebe está se formando e/ou quando nascemos, é por meio dela que tiraremos nosso sustento. Ela produz o alimento, que a mãe consome e passa as vitaminas e nutrientes necessários para o feto e posteriormente o leite que amamenta os/as filhos/as. Nesse sentido, podemos dizer que estamos em constante relação ser vivo-terra, terra- ser vivo. Não é à toa que, quando precisamos mudar de determinados lugares para outros, sentimos tanto, ficamos ansiosos por pisar em terras novas e, ao mesmo tempo, apreensivos por deixar nosso lugar para trás.

Acreditamos que este apego advém de nossa conexão com nossos antepassados, algo cultural, preocupações e/ ou medo do desconhecido, tudo isso construído socialmente. Pois, se nos voltarmos os olhares aos povos ciganos¹⁰, por exemplo, perceberemos que estes têm sua relação com a terra diferenciada, estes não ficam muito tempo em um determinado lugar, pois se acostumaram a andar pelo mundo. Embora, este costume, não foi algo natural, mas sim imposto historicamente pela sociedade, por estes serem um povo altamente discriminado pela sociedade, eram obrigados a viver andando de cidades em cidades, sem se fixar muito tempo em um só lugar. Diferentemente dos povos indígenas, que têm a terra e elementos da natureza como sagrados; pois é nela que estão seus guerreiros, seu passado, memória e encantados.

Devido à sua cultura e apego a seu território, muitos povos indígenas foram assassinados e/ ou cometeram suicídio coletivo, por não suportarem as violências sofridas pelo homem branco europeu, quando estes invadiram e decidiram explorar a

¹⁰ Ver: MOONEN, Frans. Políticas Ciganas no Brasil e na Europa. Subsídios para encontro e congressos ciganos no Brasil. 2 ed. Revista e ampliada. Recife. 2003.

América e os povos nativos, para saquear toda a riqueza dos bens naturais e minério do lugar que chamaram de Brasil.

Inconformados com a imposição de uma determinada forma de vida, língua, religião, roupas, cultura, que desconsiderava por completo toda sua existência, vida e religiosidades, milhares de indígenas lutaram e resistiram por um bom tempo aos massacres e abusos cometidos pela Coroa Portuguesa. Alguns estudiosos relatam que muitos chegavam a morrer de tristeza, por serem acostumados com sua forma de viver e contemplar a natureza, e passar a ver toda ela ser explorada e desrespeitada, sendo obrigados/as a trabalhar sobre regime de escravidão para a Coroa Portuguesa, não suportavam vivenciar tudo isso. E por não terem armas de fogo, muitos povos indígenas foram eliminados, o que causou uma nova reestruturação do plano da Coroa, que passaram a sequestrar os povos africanos e escraviza-los aqui no Brasil.

O período Colonial foi um momento de muitas atrocidades, as Senzalas eram verdadeiros campos de concentração. Se pararmos para observar com calma, é entendível este tipo de afirmação, tendo em vista que, as pessoas que estavam ali presas, eram escolhidas pelo fenótipo, e assim, deveriam servir a outras pessoas, no caso, a raça branca, autodeclarada superior e detentora do conhecimento. Caso as pessoas tidas como inferiores se recusassem a submeter a todo regime da época e, quando estas não estavam mais apta a servidão e/ou doentes eram eliminadas de diversas formas. Segundo afirma Quijano:

[...] Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, p. 227-228).

E como consequência dessa mentira criada para buscar a dominação do povos nativos e posteriormente dos povos africanos, se perpetuou e justificou as diversas perversidades cometidas com os povos indígenas e africanos no período colonial, que deixou como herança tristes marcas até os dias de hoje, materializado por meio do racismo vigente.

Falar da luta pela terra é lembrar, de diversas lutas que antecederam os movimentos sociais, como a resistência indígena e negra no período de Colonização da América. Muitos autores trazem, em seus escritos que é quase impossível falar de

concentração de terras no Brasil sem tocar no período colonial, momento esse da história decisivo para compreendermos bem o porquê da legitimidade da ocupação de terras improdutivas atualmente. Segundo Feliciano:

Com a implantação das capitanias hereditárias e seus donatários (século XVI), as terras brasileiras foram distribuídas à nobreza portuguesa ou a quem proporcionasse serviços à Coroa. Logo após, os donatários implantaram o sistema das sesmarias, por meio do qual adquiriram o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania a quem lhes interessasse, de preferência aqueles com intuito de explorar seus recursos naturais. Advêm daí as origens de grande parte dos latifundiários no Brasil. (FELICIANO, 2006, p. 27).

De fato, com a implantação das capitanias hereditárias no período colonial, se tem a primeira divisão de terras brasileiras. Entretanto, essa grande divisão de terras não foi justa, e não envolveu todas as pessoas do país; pelo contrário as terras foram distribuídas à nobreza portuguesa e àqueles que proporcionassem serviços à coroa. Sendo assim, em 1534, dividiu-se o Brasil em 15 grandes lotes, criando 14 capitanias, ficando o donatário com o compromisso de desenvolver elas com os seus próprios recursos, embora não sendo seu proprietário. Nessa direção, o donatário recebia a posse da terra, e poderia transferi-las aos seus filhos, mas não vender elas.

Nesta direção, é perceptível a desigual forma de distribuição de terras, que não levou em consideração os verdadeiros donos dela, os povos indígenas que aqui estavam quando o país foi invadido. Assim, foi neste modelo que o processo de divisão de terras no Brasil foi feita, surgindo dessa forma os grandes latifúndios brasileiros.

Carlos Alberto Feliciano, em sua obra intitulada “Movimento Camponês Rebelde. A reforma agrária no Brasil” de 2006, ao estudar o processo contraditório da agricultura brasileira, a geografia dos assentamentos rurais e as políticas de reforma agrária, destaca um outro marco de concentração de terras que aconteceu logo após a independência do Brasil. Segundo Feliciano:

Um outro marco de concentração de terras deu-se logo após a nossa independência. Em 1850, com a Lei de Terras ficou estabelecido o acesso à terra somente àqueles que tivessem dinheiro ou posses para adquiri-la. Essa medida já conjecturava o processo de “libertação” dos escravos. Dessa forma, libertou-se o escravo para escravizar o acesso à terra, impossibilitando que os trabalhadores negros/pobres tivessem também a possibilidade de algum benefício ou sobrevivência. A terra é, então, transformada em mercadoria, assumindo um caráter de renda capitalizada e alterando as bases de ordem política e social no Brasil. (FELICIANO, 2006, p. 27).

A Lei de Terras de 1850, também conhecida como lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, de fato foi a primeira iniciativa criada no Brasil para organizar a propriedade

privada. Pois anteriormente a esta lei, não se tinha vestígios de nenhuma outra documentação que regulamentasse a posse de se ter uma terra. Nesta lei, ficava estabelecido que apenas a compra das terras era o caminho para se ter posse de terras. Nela também fica específico a extinção do regime de sesmarias. Conforme mostra a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850,

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessórios entre heréos confiantes. [...]

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e moradia habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas. [...]

Registrada a ft. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negócios do Imperio em 2 de outubro de 1850. Bernardo José de Castro.

Inicia-se a partir de então no Brasil o processo de propriedade privada da terra, e o latifúndio uma característica desse poder. Com esse poder as disputas e vários conflitos foram travados. Pois, “A luta pela terra e pela democratização da propriedade fundiária é uma tentativa de mudar as bases do atual modelo social, econômico e político, criando condições para interiorizar um desenvolvimento sustentável.” (SAUER, 1998, p. 14).

É importante destacar que, com a Revolução de 1930, a Lei de Terras sofre um acréscimo, e autoriza-se a desapropriação de terra com interesse público e a propriedade deveria ser indenizada. Em 1934, obteve-se ganhos sociais consideráveis, mas, com o

Governo de Getúlio Vargas e a instalação do Estado Novo as conquistas não se consolidaram. E apenas em 1946, é considerada e atribuída a terra uma nova função, ela deve cumprir sua função social, ou seja, ser produtiva. Todos esses ganhos e avanços conseguidos pela população se deram por meio de muitas lutas, como percebemos desde o processo de colonização que a resistência era travada para conseguir a terra. Segundo Sauer:

O processo de colonização consolidou uma oligarquia rural forte que tem estado no poder ou influenciado profundamente os pactos políticos que governaram o país através da história até aos nossos dias. O povo pobre do campo foi totalmente excluído desses pactos políticos, mas essa exclusão não aconteceu sem resistência e lutas. O Estado brasileiro foi confrontado por movimentos rurais messiânicos em diferentes momentos da história na forma de expressões que político central. Esses movimentos geraram revoltas camponesas importantes, como Canudos (1896-1897) na Bahia e Contestado (1912-1916) em Santa Catarina, que, combatidas e dizimadas violentamente por ações militares, não foram capazes de alterar as relações de dominação no campo brasileiro. (SAUER, 1998, p. 20).

Avançando na história da luta pela terra, percebemos que diversas outras formas de resistência contribuíram para movimentação da população rural em busca de condições para viver no campo. A formação de uma consciência crítica foi uma das principais fontes para mover a população camponesa e fortalecer suas lutas.

Em sua obra intitulada: “A questão agrária no Brasil. O debate na década de 1990” João Pedro Stedile, organiza esta obra contendo diversos artigos de pesquisadores bastantes empenhados na problemática da reforma agrária no Brasil. Esta obra é dividida em quatro partes, em que permite observarmos por diversos olhares atentos como a questão agrária foi emergindo em nosso país. Em cada parte, mostra os caminhos detalhados da luta pela terra, desde a inserção do capitalismo no campo brasileiro, a importância da reforma agrária, a crítica a esta reforma, e os desafios dos movimentos sociais e a luta de classe no campo.

Compartilhamos da ideia de Ricardo Abramovay que, em seu artigo intitulado “Agricultura familiar e capitalismo no campo”, texto que está nesta obra de Stedile (2013), que definir a questão agrária envolve um olhar para a história e os contextos vividos da época. Segundo Abramovay:

Em minha opinião, a definição da questão agrária está longe de ser uma expressão mais ou menos geral, universal, de um determinado corpo teórico da teoria marxista, por exemplo; muito mais que isso, é a expressão de conflitos políticos e só pode ser aplicada no seu contexto político. Nesse

sentido, compreender a questão agrária exige um trabalho de história das ideias e da sociologia do conhecimento. (ABRAMOVAY, 2013, p. 112).

Neste sentido, não podemos falar de reforma agrária sem tratar da história das ideias e o que se passava em determinados momentos da vida em sociedade. Assim, é importante destacar o porquê da importância de se fazer uma reforma agrária, qual o tipo de reforma agrária atende aos conflitos do campo brasileiro, quem procura essa mudança, quem contribuiu e contribuem para essa mudança, os principais desafios encontrados e o que se espera dessa reforma.

Lendo sobre a temática, percebemos que diversos países buscaram fazer a reforma agrária e encontramos um ponto em comum entre eles, a questão principal é a visão de desenvolvimento econômico, tendo em vista que este favorece o sistema vigente, o capitalismo. Muitos países se preocuparam em resolver essas questões do campo de forma mais imediata, promovendo políticas de distribuição de terras e condições para os trabalhadores viver no campo, como foi o caso dos Estados Unidos e Japão, por exemplo. Em seu estudo sobre “Reforma agrária e distribuição de renda”, Ademar Ribeiro Romeiro, destaca como essas duas grandes economias do mundo se portaram diante da reforma.

Em primeiro lugar o pesquisador aponta que as elites do Estado Unidos, assim como no Japão, tinham consciência de um país em nação em formação, logo precisava ser vistos os problemas existente no campo. Enquanto no Brasil, se teve o movimento contrário, a elite brasileira, que na época ainda escravocratas procuraram fechar as fronteiras agrícolas, conforme mostra Romeiro:

O exemplo das duas maiores e mais desenvolvidas nações capitalistas, Estados Unidos e Japão, é bastante ilustrativo. São dois casos opostos no que concerne à forma que tomaram os processos de ocupação do solo e de modernização agrícola, mas que tiveram em comum a garantia de amplo acesso à terra aos que dela necessitavam para sua sobrevivência. Nos Estados Unidos, onde as oligarquias escravocratas foram derrotadas militarmente, as elites formadas por imigrantes e descendentes tinham uma clara consciência do país como uma nação em formação. Esta consciência se expressa claramente com o “Homestead Act” de 1862, que visava garantir legalmente a abertura do oeste para as levas de imigrantes que começavam a fluir em massa da Europa. [...]no Brasil, as elites escravocratas procuravam fechar a fronteira agrícola, através da “Lei de Terras” de 1850. [...] nos EUA os fatores de atração para as cidades preponderam sobre os fatores de expulsão do campo. O indivíduo sai do campo para a cidade não porque foi expulso pelo proprietário de terras ou porque não tem as mínimas condições de sobrevivência, mas porque esta última oferece todo um leque de opções profissionais melhor remuneradas, além dos demais atrativos [...]ao estilo de vida citadino, [...] inexistentes no campo. No Japão, as elites que assumem o poder, com a restauração Meiji, em 1862, têm também uma clara consciência

de fazer parte de uma nação. Não [...], como nos EUA, de construir uma nação, mas de modernizar uma que já existia e se sentia ameaçada pelo Ocidente em expansão. [...] A absorção dos conhecimentos científicos e tecnológicos ocidentais era condição indispensável, e esta poderia ser feita de duas maneiras diferentes: a) incorporados em máquinas e equipamentos importados; b) através da criação de instituições de pesquisa capazes de absorver os princípios científicos e tecnológicos fundamentais. [...] Também se importaram no início máquinas e equipamentos agrícolas americanos. No entanto, [...] a utilização destes teria um impacto devastador na estrutura produtiva japonesa, baseada em pequenas unidades de produção. [...] a expulsão em massa de camponeses em direção a um setor urbano-industrial. [...] a importação pura e simples do modelo americano de mecanização agrícola foi rejeitada, [...] A regra de ouro das relações comunitárias tradicionais no Japão era garantia de emprego. (ROMEIRO, 2013, p. 128-132).

Conseguimos perceber com esta fala de Romeiro (2013) que, a questão da reforma agrária nos países mencionados, foram distintas ao ver de cada país, mas ao mesmo tempo mantiveram um elemento em comum, que foi a procura da distribuição de terra para a população. Mesmo que se tenha travado conflitos entre os povos indígenas norte-americanos, os EUA visavam a distribuição de terras pensando no crescimento do país economicamente e territorialmente falando, pois, viam a importância de ocupar os lugares pouco habitados para não perderem terras para outros países, bem como também, observavam uma expansão econômica.

Assim, criando a “Homestead Act” (Ato da Propriedade Rural) de 1862, criou-se o processo chamado “Marcha para o Oeste”, em que essa Lei determinava que fosse ofertada 65 hectares de terra arável para quem nela ocupasse e utilizasse por cinco anos, o que acabou trazendo imigrantes europeus que fugiam da miséria e das perseguições religiosas e políticas. O número de imigrantes foi grandioso, o que acabou por favorecer o crescimento das indústrias do país, proporcionando o progresso. Enquanto no Japão, a distribuição de terras também trouxe diversos benefícios para população, que assim como os EUA, também entenderam a importância dessa medida.

No Japão, a distribuição de terras foi pensada de forma diferente desde seu início, como bem mostrou a fala de Romeiro (2013) no artigo apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SC). O pesquisador nos mostra que no país havia uma grande preocupação com a inserção do maquinário na agricultura, principalmente como isso afetaria os pequenos produtores. Neste sentido, acaba por optarem em não reproduzir de forma fiel a mudança no campo, como aconteceu com os EUA, para justamente não acarretar a expulsão em massa de camponeses de seu lugar. Para isso, se pensou em inserir o maquinário no campo mas,

mantendo o laço de solidariedade comunitária tradicional da população camponesa, mantendo assim uma perspectiva da herança feudal, em que se tem um vínculo que une as classes dominantes e subordinadas em uma relação de compromisso.

No entanto, vale destacar que nos EUA, a expulsão dos camponeses se deu de forma que a cidade permitia atrativos diferentes do campo, como melhores salários, e lugares culturais que no campo não se tinham. E no Japão, o êxodo rural foi mais equilibrado. Realidades diferentes que se cruzam no aspecto de ofertar condições de sobrevivência e avanços para o país, algo que no Brasil ocorreu de forma ainda mais diferente, tendo em vista que, ao invés de oportunizar e distribuir terras para quem nela trabalha, e assim gerar condições de vida e movimentar o crescimento do país, esse processo aconteceu de forma contrária a estes dois países citados.

Percebemos que nestes países como EUA e Japão, se tinham em mente um plano de um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico que visava locar camponeses em terras improdutivas. Para eles, o processo de crescimento e desenvolvimento desses países só seria possível e mais eficiente se houvesse uma distribuição de renda, com isso a importância de dar oportunidade para todos/as, colocando assim o acesso a terras, a educação e formação como elementos chave para o avanço desses países.

Infelizmente no Brasil essa questão de se pensar em uma distribuição de terras para quem nela trabalhava ou queria trabalhar não aconteceu da mesma forma, uma vez que o país possuía ainda um forte pensamento de dominação, mesmo terminado o período de escravidão. Nesse sentido, foram se criando barreiras para com os imigrantes que vinham em busca de trabalhar com a terra, que não foi ofertada, mas sim restrita, em que só teriam acesso a terras os sujeitos que por ela pagassem. Como nos mostra ainda Romeiro:

Com o declínio da escravidão, as elites dominantes tratam de assegurar o controle da terra, de modo a evitar principalmente que os imigrantes que aqui começavam a afluir em massa se estabelecessem como produtores independentes. Foi nesse contexto que surgiu a “Lei de Terras” de 1850, pela qual as terras devolutas não mais seriam passíveis de livre apropriação, mas somente mediante o pagamento de uma certa soma em dinheiro. Com exceção de certas regiões no extremo Sul do país, onde a imigração foi promovida pelo Estado por razões estratégicas de povoamento, a própria elite escravocrata se encarregou de organizar a imigração, com o intuito de resolver o problema da mão de obra diante do declínio da escravidão. (Romeiro, 2013, p. 142).

A lei de terras de 1850 provocou uma barreira para os imigrantes que vinham dispostos a trabalhar nas terras, tendo em vista que essa lei estabelecia a compra de terras como a única forma de se ter acesso e poder trabalhar a terra. Observando também a falta de mão de obra, pois “chegara ao fim da escravidão”, o Estado passa a tentar conseguir suprir essa necessidade de trabalhadores no campo e nas fazendas, buscando meios de se conseguir ter esses trabalhadores e também garantir que essas terras não fossem “doadas gratuitamente”.

Como nos mostrou Romeiro (2013), em seu artigo, tentou-se no início uma parceria entre o imigrante e o fazendeiro, em que o imigrante reembolsasse o fazendeiro pelas instalações e os gastos das viagens. Mas, esta tentativa veio a fracassar, pois o imigrante não aceitou a proposta. Para conseguir melhorar a imagem do Brasil no exterior, e não perder os imigrantes, observaram que a mudança de planos seria de extrema importância, foi quando tomaram a solução de isentar o imigrante do reembolso dos custos com viagem e instalação aos fazendeiros. Depois era preciso passar do sistema de parceria para o de colonato, em que, para além da remuneração paga em dinheiro, o colono também podia ter um pedaço de terra ofertado para seu cultivo de subsistência. O pesquisador também menciona que em algumas regiões do Brasil em que a imigração não foi significativa, estabeleciam-se outros tipos de arranjos, que eram geralmente tipos de contrato de parceria.

Entretanto, a concentração de terras e a estrutura agrária permanecem nas mãos de poucos, baseada no grande latifúndio. Esse processo de concentração de grandes extensões de terras para poucos sujeitos, não foi suficiente para cumprir o seu devido papel enquanto setor no processo de desenvolvimento do capitalismo, e assim, acompanhar os países desenvolvidos nesse caminho desenvolvimentista. Assim, “a reforma agrária passa a ser vista como uma pré-condição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna.” (ROMEIRO, 2013, p. 143).

Mas como ocorreu todo esse percurso da reforma agrária no Brasil? Quais os principais envolvidos e empenhados em prosseguir com essa ideia? E o que realmente se pretende com a reforma agrária? Estas são algumas de muitas outras perguntas que sempre vêm em nossos pensamentos, ao nos referirmos sobre esse outro caminho.

João Pedro Stedile, ainda nessa organização de sua obra “A questão agrária no Brasil. O debate na década de 1990” publicado em 2013, vem trazer no seu último

capítulo um texto de sua própria autoria, que surgiu a partir de uma fala sua em uma palestra no Seminário promovido pelo Cepis, do Instituto Sedes Sapientiae, em julho de 1991, em São Paulo. Este seminário teve como tema o Socialismo, ao qual João Pedro Stedile discorreu sobre “A questão agrária e o socialismo” título este colocado em texto publicado nesta obra.

Stedile logo de início afirma o contentamento de se poder discutir reforma agrária e socialismo, e ver que ali estão muitos sujeitos em busca de discutir essa temática por várias razões, e entre elas por serem do campo ou estarem envolvidas com as lutas populares em busca de um novo caminho para a sociedade. Ele reafirma seu contentamento também por estar falando em socialismo em tempos de crise, e por perceber que este último, ao seu ver parece que não mais interessa as pessoas atualmente. Nesta sua fala, Stedile se concentra em destacar a evolução do pensamento sobre a questão agrária, o problema agrário hoje, as consequências sociais do capitalismo na agricultura e a reforma agrária socialista, seguindo exatamente nesta ordem mencionada.

Como destacamos anteriormente, a questão agrária no Brasil é alvo de diversas polêmicas, como por exemplo a discussão de quem é a reponsabilidade por esse problema ainda existir no país? Essa responsabilidade seria dos poderosos ou da própria classe trabalhadora? Como nos mostra Stedile, esta polêmica se insere nos setores progressistas e da própria esquerda brasileira, só iniciando posições a partir de 1950 a respeito do problema agrário brasileiro. Segundo Stedile:

[...] as principais posições que existiram foram as seguintes: primeiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), [...] até os dias atuais, defende a tese de que, para fazer o socialismo no Brasil, há que resolver uma contradição fundamental que existiria entre setores da burguesia nacional com o imperialismo. Que, para as forças progressistas, democráticas e populares, seria necessária uma aliança com a burguesia nacional, que tinha essas contradições com o imperialismo, e, com essa aliança, fazer a revolução ou fazer as reformas democráticas, e aí implantar a reforma agrária. [...] O PCdoB, que surgiu do PCB a partir de 1962, [...] não rompe com essa tese. [...] O PCdoB rompe com o PCB, ideologicamente, e [...] passa a adotar como estratégia política para o Brasil a “guerra popular prolongada” [...] eles passaram a priorizar naquela época o trabalho de organização dos camponeses, porque, afinal de contas seria no campo que se daria o conflito da guerra popular prolongada. [...] A partir da década de 1960, apareceu uma terceira corrente de pensamento que formulou teses sobre a questão agrária e as suas mudanças sociais, que foram as ideias desenvolvidas pelos economistas que trabalhavam na Cepal- um organismo da ONU para América Latina, [...] ficou conhecido como pensamento cepalino. Eles defendiam a ideia de que era necessária a reforma agrária [...] mas essa reforma tinha um caráter nitidamente capitalista; que o papel dela era

oportunizar que mais gente tivesse propriedade da terra e pudesse, assim, se inserir no mercado interno capitalista e se transformar em consumidores de bens industriais. [...] na cabeça deles, a tese não era para resolver o problema do campo; era para resolver o problema da indústria nacional. [...] A quarta corrente que se formou sobre a questão agrária surgiu em torno de um grande intelectual oriundo do PCB, que foi Caio Prado Junior. Ele escreveu vários livros e, nos anos 1960, defendeu uma tese contrapondo a três anteriores, fazendo uma análise de que as relações de produção e sociais, tipicamente capitalistas, já eram predominantes no campo; portanto, se houvesse uma reforma agrária, deveria ter o caráter anticapitalista. [...] considerava que a burguesia nacional já estava aliada ao capital estrangeiro e que uma revolução brasileira aconteceria com outro tipo de aliança. (STEDILE, 2013, p. 366-369).

Como nos mostra Stedile, a questão de formação do pensamento agrário brasileiro não foi rápido e tampouco fácil. Pois, a questão agrária foi passando por diversas correntes e opiniões, que em alguns momentos se encontram, e muito também se divergem. Stedile fala das quatro correntes de pensamentos, como podemos ver nesta citação acima.

Conforme Stedile, a primeira corrente de pensamento do problema agrário brasileiro, teria iniciado com o surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia ser necessário a união das forças populares com a burguesia nacional, para com as contradições do imperialismo, para assim se fazer socialismo no país. Nesta direção, tinham em vista que o interesse era mútuo, a burguesia nacional e a burguesia industrial queriam a reforma agrária no campo para o desenvolvimento. Assim, seria preciso a derrubada dos grandes senhores e coronéis, que tinham as terras em suas posses, eram vistos como senhores feudais, e que precisaria acabar com os resquícios do feudalismo para o desenvolvimento do capitalismo adentrar no campo.

Em uma segunda corrente de pensamento da reforma agrária, o autor João Pedro Stedile destaca o aparecimento do PCdoB (1962), que vem do PCB, mostrando que o PCdoB não rompe completamente com a tese do PCB, de que para se fazer o socialismo no Brasil é preciso resolver a contradição existente entre setores da burguesia nacional e o imperialismo. Ou seja, juntar forças entre as burguesias nacional e industrial, para derrubar os coronéis e senhores “feudais” para desenvolvimento do capitalismo no campo. Mas, o PCdoB rompe com o PCB ideologicamente, agora passa a adotar a estratégia política de “guerra popular prolongada”. Para eles, era necessária uma demorada guerra, de muitos anos como aconteceu na China, em que os camponeses iam ganhando espaço e devagar conquistando a cidade, e assim, isolando a burguesia, até

tomar o poder dela. Foi então, que adotaram o trabalho de organização dos sujeitos camponeses.

A terceira corrente de pensamento sobre a reforma agrária, ocorreu a partir da década de 1960, sendo ideias desenvolvidas por economistas que trabalhavam na Cepal, um organismo da ONU. Esse pensamento, conhecido como cepalino, destacava que a reforma agrária no Brasil e na América Latina, tinha um caráter capitalista, tendo em vista que, o ponto principal dela era dar oportunidade dos sujeitos terem propriedades da terra e assim se inserir no mercado capitalista, consumindo os bens industriais, na compra de ferramentas, matérias para plantar e colher, entre outros, ajudando assim, a movimentar a indústria, com a compra e venda de bens. Neste sentido, podemos perceber, como mesmo aponta o autor, que o pensamento Cepalino estava mais voltado para resolver o problema da indústria, desenvolver o mercado capitalista, e pouco se importando para resolução do problema do campo.

A quarta corrente segundo Stedile foi formada a partir de um grande intelectual do PCB, Caio Prado Junior, que defendeu a tese de uma reforma agrária no Brasil de caráter anticapitalista. Conforme percebemos neste artigo “A questão agrária e o socialismo” de João Pedro Stedile (2013), é por meio desse pensamento defendido por Caio Prado Junior, que inicia uma avaliação sobre a reforma agrária a partir de um caráter socialista, posição que está deveria assumir.

3.3 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM SEUS PLANOS, PROJETOS E GOVERNOS

Em seu livro intitulado “Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural” publicado em 1998, Sergio Sauner, nos apresenta também como aconteceu o processo da formação da questão agrária no Brasil, e detalha como esse problema veio se apresentando e foi tomando forma com o passar dos anos, destacando em sua opinião que a questão que envolve terras é parte da história da América Latina. Fazendo parte também dessas questões de distribuição de terras uma longa luta, que vem das Capitanias Hereditárias, com a exploração dos escravos e formam assim, a base histórica da concentração fundiária e dos problemas agrários. Segundo Sauner:

A herança colonial de dominação estendeu-se no meio rural inicialmente pelo uso de escravos e depois por meio do sistema de peonagem-, onde a apropriação da terra pelos latifúndios se tornou uma condição fundamental para a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras livres. (SAUNER, 1998, p. 19-20).

Nesse sistema de peonagem forçava as famílias trabalhadoras a cultivarem plantações por meio de alguns mecanismos como de favor e apadrinhamento, não assegurando nenhum direito, em que a relação consistia em uma dominação social do proprietário das terras com seus trabalhadores, tendo em vista que, na visão do proprietário, já que os trabalhadores viviam de graça nas terras dos patrões, estes deveriam retribuir o favor, eram controlados politicamente pelos proprietários.

Como podemos observar, o processo de colonização como afirma Sauner (1998) e outros estudiosos, acabou por consolidar uma oligarquia rural muito forte que tem se mantido no poder ou influenciando os pactos políticos até os dias atuais. Reservando à população pobre do campo a exclusão nesses pactos políticos, o que acaba por mobilizar essa população, que apresenta formas de resistência em muitas lutas travadas com o Estado brasileiro. Sendo por meio dos movimentos sociais, mais precisamente os movimentos rurais messiânicos a grande expressão de enfrentamento dos/as trabalhadores/as rurais pobres contra o poder político.

Como aponta Sauner (1998), Stedile (2013), Feliciano (2006), Martins (2004) e diversos autores a construção do entendimento da reforma agrária brasileira foi acontecendo aos poucos, com diversas dificuldades, enfrentamentos e incansáveis lutas, de um lado uma minoria possuidora das terras, que busca não perder seu patrimônio econômico, e de outro uma grande massa de trabalhadores/as que lutam por acesso a terra para assim viver com dignidade. Stedile, Sauer, Feliciano, e tantos outros pesquisadores e estudiosos da área, enfatizam as diferentes concepções existentes sobre o problema agrário e as interpretações das lutas camponesas pela reforma agrária. Concordamos com estes estudiosos, que é preciso passarmos pela história da formação social brasileira para assim conseguirmos entender os interesses existentes sobre as terras brasileiras e o que envolve a questão agrária.

Para isso, conseguimos por meio desses estudiosos destacar alguns levantamentos históricos sobre esta temática. Sauer também faz essas observações a respeito das mudanças que foram ocorrendo no Brasil em relação à questão agrária por meio de algumas décadas trabalhadas por ele em sua obra “Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural”. Para o autor, a questão agrária assumi uma perspectiva nova a partir dos anos 50, pois é mediante esse período que os programas de modernização começam a ser implantados em muitos países da América Latina.

Nos anos 50 tem-se uma modificação da questão agrária brasileira, assumindo uma outra perspectiva por meio dos programas de modernização: é um período denominado desenvolvimentista, que começou com a revolução de 1930. Como afirma Sauer:

A implementação do desenvolvimentismo- que começou com a revolução de 1930, mas atingiu seu auge entre 1955 e 1960- diminuiu o poder da oligarquia devido à estratégia governamental de transferir recursos da agricultura para o setor industrial como uma forma de desenvolver o país. A política governamental era baseada na ideia de criar uma economia industrial nacional utilizando, para tantos recursos do setor agrícola. Essa estratégia acelerou a industrialização, mas também fez crescer a pobreza e o êxodo rural. Por outro lado, provocou um enfraquecimento do poder oligárquico, abrindo espaço para mobilizações e reivindicações camponesas por terra e melhores condições de vida. Essas transformações econômicas levaram à expropriação e a expulsão dos trabalhadores rurais, mas também ao fim da peonagem e das obrigações do favor, (SAUER, 1998, p. 21-22)

Como explicita Sauner (1998) o desenvolvimentismo de fato mexeu com o modo de ver e pensar economia, passando agora a um trabalho acelerado com os recursos do setor industrial, bem como também levando um acúmulo de concentração

de riquezas, o que proporciona o crescimento da pobreza e do êxodo rural. Com o processo de aceleração industrial no campo, o poder oligárquico tem um enfraquecimento, o que também proporciona um espaço para as mobilizações dos trabalhadores do campo, que buscam melhores condições de vida, e passam a cobrar dos responsáveis políticas que os favoreçam. Mas como explicita Sauner, Feliciano, Martiz, Stedile, entre outros estudiosos, isso ocorreu também mediante a aproximação das ideias de uma parte da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ainda segundo Sauner:

Influenciados pelas concepções e práticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os camponeses começam a organizar-se nesse período e, pela primeira vez na história do país, foram capazes de romper os laços pessoais e políticos com a oligarquia. Quando o líder populista João Goulart assumiu a Presidência em 1961, as organizações camponesas, especialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, estavam disseminados por todo o país. Nesse momento várias categorias entraram em greve, [...] Havia mobilizações e lutas no meio rural, sob orientação do PCB e da Igreja Católica, e a principal reivindicação estava diretamente relacionada com a distribuição de terras e a realização da reforma agrária. O Brasil vivia um momento de grande efervescência, favorecido inclusive pelas posturas populistas do governo Goulart. O programa econômico do governo Goulart era baseado nas reformas de base, que também incluíam uma reforma agrária. (SAUNER, 1998, p. 22-23).

De fato, como mostra Sauner, o período de 1961 possibilitou uma abertura maior para os trabalhadores rurais conseguir se estruturar e organizar seus objetivos. Isso se deu, primeiro por causa de um governo populista, Goulart, que ocasiona abertura para as mobilizações que aconteceram na época, em busca de melhores condições de trabalho e salários, e procura fazer reformas de base, que nada mais é que desenvolver o capitalismo no Brasil e distribuir as riquezas de forma mais equitativa. Depois incentivados pelas ideias do Partido Comunista Brasileiro, e uma parte da Igreja Católica que, preocupada com as desigualdades sociais na América Latina, procuram ajudar esses sujeitos a se organizarem, despertando neles a esperança de que eles podem e merecem ter uma vida digna, e se conscientizar do que estava se passando em sua volta, com isso, por meio do MEB- Movimento de Educação de Base, a Igreja Católica passa a assumir a tarefa de conscientizar e ajudar os trabalhadores a se organizarem. No entanto, a preocupação e ação da Igreja Católica não teve início por meio do MEB, mas sim, o seu pensamento sobre questão agrária no Brasil foi despertado com mais destaque em 1950, quando o Partido Comunista teve na época uma grande expressão de votos, o que mobilizou o setor conservador da Igreja, que preocupados com as ideias do

partido decidem se inserir na discussão e produzem o primeiro documento formal da Igreja sobre a reforma agrária. Como afirma Stedile:

Em 1950, assustados com o resultado eleitoral do Partido Comunista nas eleições de 1945, 1946 (quando o Partido Comunista fez muito mais votos [...] o setor conservador promoveu uma reunião de bispos e fazendeiros na cidade de Campanha, em Minas Gerais, e produziram o que seria então o primeiro documento formal da Igreja sobre a questão agrária. Na prática, esse documento reproduz a visão europeia de que cada um deveria ter a sua pequena propriedade capitalista. [...] era um documento mais de defensiva do que para propor uma solução para o problema do campo. Posteriormente, com o surgimento da Ação Católica e com os efeitos na Pastoral Social que teve o Vaticano II no Brasil, surgiu, um movimento que era um serviço aos camponeses, patrocinado pela CNBB na década de 1960, muito importante, que foi o MEB (Movimento de Educação de Base). Estava ligado diretamente à CNBB e existe até hoje, [...] com uma visão libertadora a partir do Vaticano II. O MEB, mais do que ter uma tese de que iria salvar o campo, assumiu como principal tarefa o seguinte: “nós temos que conscientizar os camponeses e ajudar que eles se organizem, porque somente haverá uma reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la”. (STEDILE, 2013, p. 370).

Nesse período da década de 1960, em muitos momentos, teve vários agentes de pastorais e militantes engajados no MEB, que saíram pelo Brasil organizando sindicatos, ligas camponesas e também efetuando programas de alfabetização pelos campos. Como deixa claro a fala de Stedile, parte da Igreja Católica, o lado conservador dela, com medo do que poderia acontecer por causa das ideias do Partido Comunista de grande repercussão na época, e com as buscas por melhorias de condição de vida e de emprego dos trabalhadores, ver a necessidade de dar início a discussão sobre a reforma agrária, criando às pressas um documento oficial da Igreja que nada beneficia os trabalhadores. Com uma ideia totalmente burguesa e de origem europeia, que nada tem haver com as necessidades dos trabalhadores rurais do Brasil, e que só beneficia os capitalistas, cria-se esse documento. Posteriormente, outra parte da Igreja Católica, de um lado progressista, influenciado por uma visão de mundo justa e solidaria, busca por meio de projetos auxiliar esses trabalhadores rurais, que necessitam de instrução para conseguirem se organizar melhor e lutar por seus ideais.

No entanto, veio o período de ditadura militar, ocasionando diversas mudanças na sociedade e na forma de se observar ela, nessas circunstâncias esses anos duros ditatoriais, pressionou, caçou, sumiu e assassinou diversos sujeitos que não concordavam com as mordanças impostas nesse período. Foi nesse momento também, que essas mudanças ocorridas no Brasil pressionou e fez que essa parte da Igreja Católica não prosseguisse com seu trabalho de base com o MEB. Segundo Stedile:

O trabalho do MEB ficou barrado pela ditadura militar, [...] Nos anos duros da ditadura, houve uma repressão violentíssima que a imprensa não registrou, que os livros ainda estão para registrar. O setor que mais sofreu a repressão da ditadura militar, sem dúvida nenhuma em 1964, foi o campo. No meio urbano, a ditadura só foi aparecer depois do AI-5, em 1968- quando houve a repressão maior de 1968 a 1973, nas cidades-, mas, de 1964 a 1968, quem levou a maior “porrada” foram os camponeses. (STEDILE, 2013, p. 371).

Muitos estudiosos assim com Stedile, falam que os sujeitos do campo sofreram diversas perseguições nessa época dura do regime militar, destacam que os latifundiários, exército e polícia militar praticavam horror no campo. Além de também impedir um programa de reforma agrária para os sujeitos camponeses, como afirma Sauer:

O regime militar evitou a necessidade de implantar um programa de reforma agrária para atender as demandas dos camponeses por meio da repressão política, da edição do Estatuto da Terra e da criação dos projetos de colonização. O programa de modernização tinha como objetivo aumentar a produção agrícola através de dois projetos principais: o de industrialização da produção agrícola, e o de abertura de novas áreas através dos projetos de colonização no Norte do país. (SAUNER, 1998, p. 37).

Como mostra Sauner, a criação dessas novas áreas ou fronteiras agrícolas eram para receber posseiros e sem terras, o que iria desloca-los para essas áreas, e assim, diminuiria a pressão social nas regiões mais populosas, facilitando essas terras deixadas para o processo de modernização e aumento de concentração de terras. Essas fronteiras significavam terras e trabalho para quem não conseguia emprego nas cidades. No entanto, essas áreas ocupadas no Centro -Oeste e Norte do país faziam parte do programa de colonização criado pelos militares que, por sua vez, esse projeto impedia a realização da reforma agrária. Sauner explicita o porquê esse projeto do governo militar impedia a reforma agrária, Segundo Sauner:

Estes projetos também eram concebidos como parte da doutrina de segurança nacional e de sua estratégia de integração de regiões periféricas, através da ocupação de terras desocupadas da Amazônia e toda a fronteira noroeste. A partir desses pressupostos, o governo militar levou milhares de famílias para o Centro-Oeste e Norte do país. [...] O programa de colonização, concebido como uma estratégia de ocupação dos espaços vazios e de inviabilização da reforma agrária, constituiu-se num movimento social complexo que criou mecanismos de controle social e político e de dominação sobre a população rural. [...] As áreas de colonização se tornaram cenários de violência, porque os antigos posseiros eram expulsos e as populações indígenas, frequentemente dizimadas. [...] Por outro lado, as famílias que conseguiram terra foram abandonadas no meio de um ambiente estranho, isolado e sem infra-estrutura. Tal população era afetada por doenças tropicais como malária e, após muito trabalho para abrir a mata e preparar o solo, não tinha condições de comercializar a produção. Muitos foram forçados a abandonar suas áreas, deslocando-se novamente para as cidades ou de volta para suas regiões de origem, deixando as terras prontas para a criação extensiva de gado de corte. (SAUNER, 1998, p. 39-40).

Como percebemos, o projeto de colonização militar estava mais para intervir que a reforma agrária ocorresse, do que mesmo para auxiliar nesse processo. Os anos duros da ditadura militar procurou prender as possibilidades de lutas das pessoas contra suas ideias militaristas, reprimindo fortemente todos/as aqueles/as que apresentassem uma ameaça a seu projeto de governo. Por isso, a Igreja Católica, por meio dos seus membros de grupos que ajudavam no despertar da criticidade dos sujeitos do campo, levando seus projetos de alfabetização com o MEB foram duramente reprimidos e perseguidos. Por isso, o MEB foi, praticamente, extinto.

O governo militar veio intensificando sua repressão para com os movimentos do campo, e foi se modelando e mudando com o passar dos acontecimentos nesse período, chegando a abandonar o Estatuto da Terra e modificando os objetivos de colonização. Passando a ter como nova política de colonização uma aliança renovada entre o latifúndio e o capital, proporcionando assim, a implantação de grandes empresas capitalistas no campo.

Nesse sentido, como bem imaginamos, a aliança entre o latifúndio e capital não trouxe resultados significativos para os mais necessitados, ou seja, a classe trabalhadora do campo só veio a sofrer ainda mais com essa aliança. Pois, as reformas modernas no campo proporcionaram ainda mais a expulsão de milhões de trabalhadores/as rurais e eliminaram fortemente as populações indígenas.

O processo de modernização do campo provou a dependência da renda da terra ao capital, que não expandiu o trabalho assalariado no campo, mas criou o trabalho familiar camponês, que reproduz o processo de exploração e acumulação. Como mostra Sauner:

[...]as relações de trabalho foram permeadas por elementos pré-capitalistas de exploração. Esse quadro não se alterou significativamente nos anos 80 com o processo de abertura política e restabelecimento da democracia formal no país. O modelo político e econômico brasileiro, baseado na propriedade de grandes extensões de terra, manteve-se através de novos arranjos políticos e novas alianças entre os setores da classe dominante e oligarquia. [...] Os acordos políticos em torno da nova Constituição (1988) bloquearam, mais uma vez, a possibilidade de democratizar o acesso à terra e o próprio poder. [...] Prevaleceu uma política de intensificação da modernização do campo via valorização da agricultura empresarial, de consolidação do direito inalienável da propriedade privada e de integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola. (SAUNER, 1998, p. 43-44).

Inconformados com as políticas públicas voltadas para o campo que não beneficiam de forma nenhuma o território e tampouco os sujeitos, também por meio do

trabalho de base realizado com a Igreja por meio do MEB, e posteriormente com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), os trabalhadores rurais aprendem a se organizar melhor e não param de resistir, iniciando assim, uma luta constante entre trabalhador-governos e latifundiários para que se tenha efetivamente uma distribuição de terra justa.

Nesse sentido, surgem movimentos no campo que buscam conseguir terras, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST vem com o intuito também da busca por uma reforma agrária. Entretanto, quando o movimento fala de reforma agrária atualmente, não é essa reforma agrária burguesa, eles/as não lutam apenas por uma distribuição de terra e só isso. Os sujeitos Sem Terra querem algo mais que um pedaço de terra, querem uma mudança social, querem condições para as pessoas viverem no campo, buscam dignidade humana, querem poder ter seus direitos garantidos. Por isso, procuram conseguir por meio de seus esforços, com suas marchas, militância e muita luta, vislumbra uma reforma agrária popular, em que, a distribuição de terras para quem nela trabalha, seguida de direitos e condições de vida para esses trabalhadores, como acesso à educação e saúde de qualidade, investimentos para as famílias com créditos para desenvolver o seu trabalho no meio rural, políticas públicas voltadas para as necessidades dos sujeitos do campo. E isso só será possível com a reforma agrária popular.

A reforma agrária popular é uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista que temos. O programa de reforma agrário popular visa mudanças estruturais na sociedade, é algo de medidas mais amplas, que representam e sistematizam as principais ideias que o MST defende e tem sobre a agricultura do país.

No VI Congresso Nacional do MST, que aconteceu em 2014, que teve como lema: Lutar, construir reforma agrária popular! Teve como resultado, um conjunto de ideias e de acordos que resultou em um programa de Reforma Agrária popular, encontrado na cartilha produzida pela Coordenação Nacional do MST. Segundo o MST:

III. Fundamentos de nosso programa de Reforma Agrária Popular. Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. [...] Nossa proposta de programa de reforma agrária popular reúne medidas amplas, abrangentes, que representam e sintetizam as principais ideias sobre o modelo de agricultura que defendemos para o país e pelo qual lutamos. Esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como

objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. Para isso precisaremos lutar e fortalecer nossa organização e a qualificação das nossas lutas para promovermos, junto com toda classe trabalhadora as mudanças estruturais da sociedade capitalista. (MST, 2014, p. 35-36).

A proposta do MST com a reforma agrária popular busca reparar erros cometidos e/ou não pensados lá na história. A reforma agrária popular objetiva hoje ultrapassar a distribuição de terras improdutivas, e sim, procurar dar subsídios para que as pessoas tenham condições de trabalhar e viver. A busca por cidadania, saúde, educação, produção, entre outros como se pode observar em alguns trechos aqui destacados do programa que defendem:

Assim, através de nosso programa de reforma agrária popular, defendemos:

- 1) A democratização da terra. 1.1. democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura, a todos os camponeses. [...]
- 1.3. Garantir a todos/as os trabalhadores/as brasileiros/as o direito de ter acesso à terra para morar e/ou trabalhar. 1.4. Garantir o direito a posse e uso da terra a todos os povos indígenas e quilombolas, ribeirinhas, pescadores e comunidades tradicionais. 1.10. Expropriar imediatamente todas as fazendas que se utilizam de trabalho escravo, narcotráfico e contrabando de mercadorias. E, destiná-las ao programa de reforma agrária. [...]
2. Água: um bem da natureza em benefício da humanidade. [...] 2.2. Lutar para que a água não seja uma mercadoria, portanto, não pode ter propriedade privada. Deve-se garantir seu acesso a todas as pessoas da sociedade. [...] 2.4. Garantir o abastecimento de água potável, promovido pelo Estado e suas empresas públicas, em todas as comunidades rurais e nas cidades. 2.7. Lutar pela promoção de um desenvolvimento sustentável adaptando as especificidades de cada um dos seis biomas do território brasileiro, a saber: Amazônia, caatinga, mata atlântica, cerrado, pantanal e pampas. [...]
3. A organização da produção agrícola. 3.1. priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos. [...]
4. Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura. 4.1. Exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza. [...]
- 5.1. O programa de reforma agrária popular deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país para: a) promover o desenvolvimento equilibrado entre as regiões; [...]
- 6.2. Garantir, através de políticas públicas, que todos os camponeses tenham acesso aos meios de produção- máquinas, equipamentos, insumos,- necessários para atividades agrícolas e preservação ambiental. [...]
- 6.6. Reivindicar do Estado atuação para ampliar o maior número possível de cursos técnicos e superiores de agroecologia em todas as regiões do país. [...]
7. A educação do campo. A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem e respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais. [...]
- Lutamos por escolas públicas e gratuitas para que o Estado cumpra seu papel de garantir a todos os/as trabalhadores/as, do campo e da cidade, uma escola com as condições materiais necessárias à realização de sua tarefa educativa. [...]
- 8.3. Implantar a organização de bibliotecas, serviços de informática, espaços culturais e de lazer em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais. 8.4. Assegurar o transporte público e estradas vicinais em condições descentes e seguro, para a população das áreas rurais. 8.5. Garantir

o acesso aos serviços de saúde pública e de qualidade e gratuita, [...] 9. Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa. (MST, 2014, p. 40-48).

O projeto de reforma agrária popular possui dentro de si vários sonhos a ser buscados e com a finalidade de consegui-los. Percebemos entre as leituras realizadas desse programa atual de reforma, um enorme desejo de uma outra sociedade, uma sociedade mais justa e igualitária, liberta de toda opressão e dominação de anos e anos.

Sabendo que o Estado brasileiro protege os interesses da classe dominante, claramente ele irá incentivar cada vez mais a entrada do capitalismo no campo por diversas formas, entre elas é manter os interesses dos monopólios e das multinacionais, perdurando no campo as três formas clássicas do capitalismo que são: acumulação, concentração e centralização. O que acaba favorecendo e incentivando o agronegócio¹¹ e dificultando esse projeto de uma reforma agrária popular.

Como vem mostrando muito bem os trabalhadores do campo brasileiro, procura-se influenciar as pessoas por meio de mídia e projetos, uma imagem de que esse modelo do agronegócio é um bom caminho para os brasileiros; no entanto, ao observarmos mais de perto como funciona e as condições que são colocados e impostas por meio desse modelo, é mostrado um outro lado: percebemos o desemprego, má distribuição de renda e ausência de justiça social de direitos. A cartilha intitulada “A natureza do agronegócio no Brasil” é uma publicação da Via Campesina Brasil, publicada em maio de 2005, nela é apresentado a evolução histórica da agricultura brasileira e a natureza do agronegócio no Brasil, e nos mostra as principais características desse modelo para agricultura. Segundo a cartilha da Via Campesina Brasil:

[...]as características principais desse novo modelo vem sendo aplicado nas últimas duas décadas, sob a égide do capital financeiro internacional. a) Controle do comércio agrícola pelos grandes grupos transnacionais; b) Estímulo à importação de grandes fazendas para grãos e exportação; c) Mudanças na agricultura; d) A destruição do papel do setor público agrícola; e) um novo modelo tecnológico. (Cartilha da Via Campesina, maio de 2005, p. 16-22).

Como podemos observar nesta cartilha da Via Campesina, esse modelo denominado agronegócio vem prejudicando o pequeno proprietário rural e beneficiando

¹¹ Agronegócio é qualquer operação comercial realizada com produtos agrícolas, mas no Brasil, virou a denominação de um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de grandes fazendas modernas, com pouca mão-de-obra, com monocultura, que se especializam nas exportações. (MST, Cartilha: A natureza do agronegócio no Brasil”, publicação da Via Campesina Brasil. Maio de 2005.p. 5).

os grandes latifundiários e empresários do país. Pois, essas diversas transformações na agricultura acaba por afetar diretamente o modo de vida dos sujeitos do campo, causa êxodo rural, migração, e prejudica também a saúde de toda população com o uso intensivo dos agrotóxicos, para poder se produzir em grande escala para exportar e atender as exigências internacionais.

Com pensamento contrário do agronegócio, vem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em busca de justiça social e igualdade de direitos, procura por meio da luta pela, uma reforma agrária que leve em consideração uma massiva distribuição de terras para aqueles que nela trabalham, e junto com essa distribuição de terras, uma política agrícola que combata o modelo atual na agricultura. Para isso, busca por meio de sua luta conscientizar toda a população e sociedade que o programa de reforma agrária é interessante para a sociedade em geral, uma vez que, um programa de reforma agrária popular, além de conseguir ofertar terras para quem nela trabalha, traz consigo também um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Conforme explicita o caderno de formação nº 36 “O Brasil precisa de reforma agrária: as propostas dos movimentos e as promessas e compromissos do governo Lula” produção do MST pelo setor de formação, mostra a reforma agrária que se deseja implantar ultrapassa a distribuição de terras. Segundo o MST, a reforma agrária tem como objetivos:

- a) Garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais Sem Terra, combinando a distribuição de terra com a distribuição de renda e desenvolvimento cultural.
- b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, [...]
- c) Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros. [...]
- d) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual.
- e) Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero.
- f) Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais.
- g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc. de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável.
- h) Implementar a agroindústria e indústria como principal meio de se desenvolver o interior do país.
- i) Gerar emprego para todos os que queiram trabalhar na terra. (MST, Caderno de Formação N°36, 2005, p. 8).

É nesta perspectiva, de uma modificação de ideias e um outro olhar para com o trabalho e trabalhadores/as do campo, que vem reivindicando os sujeitos Sem Terra, procurando de uma forma justa e igualitária, adotar medidas e estratégias de se trabalhar e poder viver no campo, por meio de um novo modelo agrário, contrário do agronegócio e das ganancias do capitalismo. Segundo o MST:

A reforma agrária significa um conjunto de medidas necessárias que consiga alcançar aqueles objetivos. Esse conjunto de mudanças representa a criação de um novo modelo agrário e agrícola que garantam desenvolvimento econômico, político e cultural para toda a população do campo e beneficie a população urbana. (MST, 2005, p. 9).

A reforma agrária é esse conjunto de medidas explicitadas, para que se consiga alcançar estes objetivos mencionados. A reforma agrária busca ao alcançar esses objetivos, promover uma mudança estrutural na sociedade, no intuito de promover justiça social, oportunizar qualidade de vida para todos os sujeitos sejam eles do campo ou cidade. Segundo afirma João Pedro Stedile:

O que avançamos então como movimento, na concepção de nossa luta pela reforma agrária, é que partimos da nossa realidade e vimos que há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Portanto, os objetivos estratégicos do MST são pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. E, para alcançá-los, é necessário começar pela distribuição da terra. A democratização da terra cria condições para que as pessoas saiam da pobreza e se eliminem as desigualdades sociais. [...] Então, para alcançar nossos objetivos, é preciso democratizar também o capital. [...] criar condições para que o camponês assentado tenha acesso ao capital. Capital, em resumo, significa meios de produção acumulados. Ou seja, tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização- enfim, que se democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização. Daí nossa proposta de cooperativas nas agroindústrias e na comercialização, porque é impossível o camponês individualmente ter agroindústria ou controlar o comércio. E, finalmente, achamos que na nossa realidade a reforma agrária precisa vir casada com a redemocratização da educação. Não é possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos. [...] resumidamente, dizemos que nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância. (STEDILE, 2012, p. 163-164).

Como conseguimos ver, existem vários conceitos de reforma agrária ao longo da história e que se transformam a depender do lugar de fala e dos sujeitos que o pensam. João Pedro Stedile e alguns outros autores em suas obras, destacam essa mudança e a dificuldade das pessoas que não são da luta de compreender a diferença existente nos conceitos.

Stedile aponta os três principais conceitos que devemos compreender, para assim não existir mais dúvidas em nossas cabeça a respeito da temática. O primeiro conceito sendo aquele da reforma agrária do tipo clássico, realizado pela burguesia industrial, em

que a terra era distribuída para os camponeses tornando-os pequenos produtores autônomos, foi a que ocorreu em alguns lugares como França, EUA e o Japão.

O segundo conceito vem sendo a confusão criada entre a reforma agrária e a política de assentamentos. Cria-se a ilusão que, ao assentar famílias se está fazendo a reforma agrária brasileira, o que é um equívoco. De certo, a distribuição de terras é o principal meio para a democratização da estrutura fundiária, e devemos reconhecer a importância dessa distribuição de terras acontecer. Mas, é importante destacar que só assentar famílias não é fazer reforma agrária; a reforma agrária vai além disso. Concordamos com Stedile e alguns outros estudiosos que, atualmente, no Brasil temos sim uma política de assentamentos, que Stedile chama de uma política de assentamento social. E, de fato, se torna uma política de assistencialismo social, necessário, porém que precisa ser bastante visto e pressionado, para que se torne uma política de reforma agrária de fato.

Os sujeitos precisam entender que a reforma agrária no Brasil enfrenta um grande problema, que é a enorme concentração de terras nas mãos de poucos. Perceber a existência desse problema, que desencadeia a pobreza e a desigualdade social, é o caminho para despertar do entendimento do terceiro conceito de reforma agrária, que os movimentos sociais e o MST usam e defendem. Por isso, ter em mente que, a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais, junto com a democratização da terra, da educação, e do capital, se tem a essência do conceito de reforma agrária popular.

4 BASES IDENTITÁRIAS DO MST: HISTÓRIA E FILOSOFIA

4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu a partir da luta dos sujeitos do campo, (posseiros, migrantes, pequenos agricultores, entre outros trabalhadores rurais), por direitos de produzir seus alimentos, e contra as investidas de políticas públicas voltadas para o campo, no intuito de mecanizar o campo, criando um modelo seletivo de agricultura, que exclui a pequena agricultura, ocasiona êxodo rural e provocando pouca oportunidade para as famílias do território campesino conseguir ter rendimento nos seus trabalhos.

O uso intensivo de venenos e a grande concentração de terras para alguns, enquanto para outros pouco e/ou nenhuma terra, acaba por não deixar as famílias terem uma vida digna. A implantação e o favorecimento de políticas neoliberais para o campo, a falta de direitos básicos previstos na constituição, que não conseguem atingir a todos, são alguns dos principais motivos que vem lutando os oprimidos contra os opressores, como podemos perceber na obra intitulada: “Construindo o caminho” uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que afirma:

O modelo econômico em implantação pelas classes dominantes induziu e induz pelas políticas macroeconômicas, em função dos interesses econômicos hegemônicos e na obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa, a uma forma de uso da terra em que a monocultura de produtos destinados à exportação é a prioridade. A monocultura conduz à homogeneidade agroambiental, portanto contrária à biodiversidade, e contribui para a degradação do solo do meio ambiente. Por outro lado, a monocultura de cereais tem contribuído aceleradamente para a degradação de biomas como o Cerrado, a Floresta Amazônica, o Pantanal e, amplo senso, a Mata Atlântica. Tal modelo agrícola agroexportador é altamente dependente, não apenas de insumos importados de empresas monopolistas multinacionais, como altamente excludente do uso da força de trabalho direta. (MST, 2001, p. 32).

De fato, o modelo econômico industrial vem servindo ao capital e às multinacionais, gerando com isso dívida externa e busca por uma homogeneização do modo de vida dos sujeitos, que poucos são vistos como sujeitos de direitos, mas sim, como um exército de uma massa de trabalhadores, como se não tivesse particularidades,

modos de ver e viver a vida, diferentemente do modo de vida capitalista. Esse modelo de sociedade baseada no capital acaba por ocasionar diversos problemas, como a perda da diversidade de cultura, das subjetividades, aumento da violência e desigualdades sociais. Nesse sentido, contra a essas desigualdades sociais, fruto do sistema capitalista, reforçado pela burguesia para manter seus privilégios, é que vem lutando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Comparato:

O MST é um movimento social que surgiu da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de oitenta. Oficialmente, a fundação do MST aconteceu em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por ocasião da realização do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados da federação, e é capaz de organizar manifestações em duas dezenas de capitais simultaneamente. (COMPARATO, 2013, p. 23-24).

Os sujeitos do movimento contaram com o apoio de vários outros grupos, entre eles com destaque, a Pastoral da terra, da Igreja Católica, que no período da ditadura militar passou a dar suporte ao movimento. Segundo Lage:

Sob a influência da Teologia da Libertação, em 1975, surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra), também da Igreja Católica, que, juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos camponeses durante o regime militar, livrando-os do “mal do comunismo” e trazendo a possibilidade de viver o paraíso no próprio pedaço de terra. No início, a CPT esteve voltada para as lutas dos posseiros do Centro-Oeste e Norte. Mais tarde, com a eclosão de conflitos pela terra em todo o país, tornou-se uma instituição de alcance nacional. A sua actuação nas lutas do Sul do país, deram origem ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de onde saíram muitos militantes. O MST surge então, a partir da organização da primeira ocupação de terra, a gleba Macali, em Ronda Alta a 7 de setembro de 1979, realizada por um grupo de agricultores sem terra no estado do Rio Grande do Sul e apoiados pela Comissão Pastoral da Terra. Após este evento, novas ocupações foram acontecendo paralelamente em Mato Grosso e em São Paulo. À medida que foram surgindo novas ocupações de trabalhadores em vários estados do Brasil, o Movimento começou a ganhar alcance nacional para lutar pela Reforma Agrária. (LAGE, 2005, p. 466).

Como afirma Lage, a influência da Teologia da Libertação, uma corrente teológica que surgiu na América Latina, em que nela está presente a ideia de que não precisamos esperar a morte para ganhar uma vida de bonança e felicidade no céu, pois segundo a Teologia da Libertação, o céu começa aqui na terra e, por isso, todos têm o direito a uma vida digna. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) criadas nas décadas de 70, 80 foram espaços importantes para os trabalhadores se organizarem, perceberem a violação e negação de seus direitos e assim irem lutando pelos direitos que vêm sendo negado historicamente a eles. Como afirma o MST:

Na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram o lugar social onde os trabalhadores encontram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Esse espaço político havia nascido no começo dos anos sessenta, quando começaram a surgir as primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Nessas comunidades, começa a ganhar importância a reflexão sobre a realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal. Para a execução dessa prática, foi preciso construir, nesse lugar, um novo espaço, novas dimensões e novos valores. As comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de "paz" para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas sobre a vida. (MST, 1998, p. 29-30).

Como percebemos, as CEB's e o trabalho desenvolvido com as ações da Igreja, estavam dentro de uma visão nova de evangelização, uma perspectiva de libertação dos pobres, que deixam a posição de lugar de espera, e passam para uma outra posição, a de atuantes, conscientizados, transformadores de sua própria história. Nos espaços das CEB's, aprendiam que podiam falar e serem ouvidos, a pensar no que estava acontecendo em sua volta, socializar e fortalecer princípios humanizadores, tudo isso em coletivo. Como mostra o MST:

As CEB's tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização sobre a realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em "espaços de liberdade", no sentido que ali se podia falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, através da ampliação desse processo pedagógico, onde os sujeitos refletiam sobre as suas histórias, também começou-se a articular ações de resistência contra as injustiças. As celebrações passaram a contar com a participação dos leigos, que deixavam de ser meros espectadores. Os sacerdotes motivavam as pessoas a se manifestarem, abrindo a palavra em determinado momento da homilia. A leitura do evangelho era associada à realidade da luta da comunidade. Desta forma, as celebrações, também, passaram a ser momentos de reflexão sobre a vida concreta, ou seja, a leitura do evangelho era calcada no real, havia uma relação direta com a história, com a cultura e com a situação econômica daquelas pessoas na sua trajetória de vida e de espaço de vida. (MST, 1998, p. 31).

Como mostrado na citação, a CEB's acabou tornando-se um espaço para encontros em que podia-se falar, ser ouvido, e principalmente refletir sobre a realidade vivida, e (in)posta para os pobres. Com as reuniões, as famílias conseguiam se reconhecer enquanto sujeitos, possuidores de problemas iguais, de lugares iguais e de desejos iguais. A luta pela sobrevivência, o sonho da terra para o trabalho e a conquista de seus direitos básicos, são motivos também que os moviam até as reuniões.

Nas CEB's se tratava de colocar em questão diversos temas, às vezes orientados pelas campanhas da fraternidade, outras vezes orientados por ações da própria

comunidade. Segundo mostra os registros do Movimento, “as pessoas participavam das mais diversas formas: ensinando a partir da sua própria história, ou associando com o conteúdo dos livretos ou da Bíblia” (MST, 1998, p. 31). Os sujeitos participavam a partir de suas realidades individual e coletiva. Ainda segundo o MST:

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, onde a participação praticamente inexistia e os cidadãos estavam tentando se organizar para lutar pelo direito de ter direito, as CEBs propiciavam um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reuniam para aprender através do método ver, julgar e agir. As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e valorização das pessoas motivava a participação de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. [...] No caso da luta pela terra, o livro Êxodo era uma das referências para que os trabalhadores compreendessem melhor sua história. Nas comunidades, durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estavam em movimento a “fermentação” da caminhada à “terra prometida”. Diante das leituras de suas condições sociopolítica-econômico-culturais, os trabalhadores rurais iniciavam o confronto contra o modelo econômico de desenvolvimento da agricultura. (MST, 1998, p. 32).

A igreja exerceu um papel importante na construção do MST, contribuindo para sua afirmação social, e reconhecimento dos trabalhadores enquanto sujeitos históricos, ganhando força no contexto político, econômico e sociocultural. Assim, o Movimento produz e se torna símbolo de contestação social, adquirindo espaço, visibilidade e conquistas. Segundo Comparato:

A importância da Igreja como ator político, no Brasil, foi evidenciada durante o processo de redemocratização. Com efeito, no final dos anos setenta e começo dos anos oitenta, todos os que lutavam contra o regime militar encontravam apoio em setores importantes da Igreja. [...] O fato de a Igreja, tradicionalmente alinhada com as posições mais conservadoras das elites ao longo de toda a história do Brasil, ter-se empenhado na defesa de causa dos camponeses, a partir da década de sessenta, pode parecer paradoxal. É preciso considerar, contudo, que naquele momento a Igreja se opunha ao comunismo. Tornava-se preferível, portanto, aproximar-se dos camponeses a vê-los transformados em revolucionários. [...] Tomar em mãos as reivindicações dos camponeses permitiria também a Igreja propor um modelo de reforma agrária que fosse mais conservador e menos radical. [...] Quanto aos camponeses, o resultado do engajamento da Igreja em defesa de sua causa trouxe benefícios consideráveis, pois “... o confronto entre católicos e as esquerdas, para mobilizar e organizar os camponeses, politizou as lutas rurais e as demandas da população do campo”. (COMPARATO, 2003, p. 161-164).

De fato, com intenções particulares, o apoio da Igreja foi importante para a formação do perfil do MST, desde as primeiras formações políticas dos sujeitos do campo, ao auxílio nas negociações com o governo. Ancorada na teologia da libertação,

propôs pensamentos reflexivos a respeito da realidade vivida pelo campesinato, durante o processo de redemocratização.

No período de redemocratização, uma parte da Igreja Católica passa a defender os interesses dos camponeses, se compromete com a causa do Movimento e se coloca à disposição dos trabalhadores, em uma posição de negociação com o Estado. E esse acompanhamento da Igreja com o movimento é reconhecido pelos trabalhadores, ainda segundo Comparato:

A importância da Igreja na formação do MST é confirmada pelo próprio movimento. João Pedro Stedile destaca três fatores importantes na gênese do MST: o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970, o aspecto ideológico relacionado ao trabalho a pastoral e o processo de democratização do país. Ao se referir, mais detalhadamente, ao aspecto pastoral, Stedile destaca a importância da CPT na organização contra a violência no campo, na conscientização dos camponeses e na reunião das lutas dos camponeses em um só movimento. (COMPARATO, 2005, p. 168).

Como explicitou Comparato, utilizando-se da fala de João Pedro Stedile, de fato, o emergir do Movimento, se deu, a partir do aspecto socioeconômico das transformações da agricultura brasileira (década de 1970), o aspecto ideológico do trabalho da pastoral e o processo de democratização do país. A expansão do capitalismo no campo ocasionando a expropriação e a exploração, os projetos de dominação e repressão dos governos militares para a questão agrária no país, a procura e tentativas diversas dos governos militar de enganar e controlar os/as trabalhadores/as do campo, com a desculpa da inserção da tecnologia e do discurso de “espaços vazios”, em que, propõe a população para ocupar as terras da Amazônia, sob a ideia de um projeto de colonização. Os privilégios das grandes empresas, os incentivos financeiros, o Estatuto da Terra (que mostrou-se estratégico e contraditório para inviabilizar as lutas sociais), acaba por tratar da modernização tecnológica do campo, em que, a agricultura passa a depender menos dos recursos naturais e mais da indústria produtora de insumos, isso causando desigualdades socioeconômicas e intensos conflitos. As alianças e cooptação de sujeitos no intuito de repreender as formas de organização, projetos de educação com o intuito de controlar os sujeitos para que não tivessem uma consciência crítica da realidade, mediante a inserção e propagação do projeto de alfabetização denominado de MOBREAL, são alguns dos principais fatores que contribuíram para a manutenção desse modelo de modernização do campo, e o surgimento do Movimento. Segundo o MST:

O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessas décadas de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. [...] Alguns fatores da crise desse modelo são; por exemplo: a não realização da reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista; a política de privilégios à agricultura capitalista e a consequente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc. (MST, 1998, p. 7).

Com todos esses fatores contribuíram para o surgimento de diversas resistências, tendo em vista que, somando-se tudo isso ao governo militar e toda sua repressão sentida primeiramente no campo, ocasionou a insustentável vivência dos sujeitos nestas condições.

A inserção do regime militar, acelera a busca pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a concentração de terras, favorecendo as grandes empresas por meio de incentivos financeiros e impedir as resistências que viam se fazendo nos campos brasileiros pelos camponeses. No intuito de “segurar” e “parar” os sujeitos que resistiam aqueles planos de governo para campo, o mesmo – governo militar, tentava impedir as forças resistentes, seja por meio da força do Estado, e/ou também utilizando-se de projetos que se dizia ser de reforma agrária que nada favoreciam ou seriam realmente implantados e alcançados pelo camponês, como no caso do Estatuto da Terra, defendido antes do golpe militar, pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses grupos eram compostos por sujeitos estudiosos de diversas áreas, eram escritores, jornalistas, advogados entre outros. O Estatuto não seria implantado, pois o Estado manteve a questão agrária sobre o controle do poder central, impossibilitando a terra aos camponeses, à propriedade familiar, e passando a favorecer e facilitar para aqueles que tinham interesse de propriedade capitalista.

Como o acesso à terra era negado as famílias do campo, estas intensificam ainda mais suas lutas. Preocupados com o avançar das ideias desses sujeitos, o governo tenta desviar a atenção dessas pessoas, com a criação de projetos, entre eles destacamos aqui o projeto de colonização da Amazônia, com o intuito de transmitir para as pessoas que

se deveriam ocupar os “espaços vazios” do Brasil. Essa ideia ocasionou grandes tensões e conflitos: primeiro, porque em algumas áreas já estavam ocupadas por povos indígenas; segundo, porque estas terras destinadas aos sujeitos que não tinham terras, foram praticamente entregues às grandes empresas capitalistas beneficiadas das políticas de incentivos fiscais; e por último, que este projeto nunca visou realmente a reforma agrária, e sim, o desenvolvimento financeiro naquela área, acabando assim, não resolvendo a questão agrária. Segundo o MST:

[...] os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonização e não a reforma agrária, o problema da terra jamais foi resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, [...] era uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais e internacionais. [...] Em 1968, o governo Costa e Silva interveio militarmente no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) órgão responsável pela política agrária e que havia substituído juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criada no governo democrático de João Goulart (1961-1964). A razão da intervenção foi um relatório preparado pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre denúncias de corrupção, grilagens e venda de terras a estrangeiros. Contudo a intervenção militar era “fachada moral” que escondia uma estratégia geopolítica, [...] Em 1969 o governo criou o Grupo Interministerial de trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA) para analisar os problemas que impediam o desenvolvimento de medidas de reformulação fundiária (sic). [...] Dessa forma, os governos militares com sua política agrária praticavam mudanças no campo sem modificar o regime de propriedade da terra. Em 1970, o governo militar, [...] fundiu e acabou com o IBRA e o INDA e criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). [...] Em 1971, incrementando a sua estratégia geoeconômica, [...] criou, ainda, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). [...] Em 1972/73 [...] o governo militar trocou algumas pessoas favoráveis à reforma agrária que ocupavam cargos em ministérios, por pessoas contrárias à reforma [...] A política de privilégios ao capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos por terras se multiplicaram. [...] Em 1980, criou-se o Grupo Executivo das Terras do Araguaia- Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), para ocupar o espaço vazio criado pela repressão [...] o governo criou algumas instituições com o objetivo de controlar os espaços vazios de poder. É o caso Ação Cívica Social (ACISO), criada pelo Exército na época do combate à guerrilha, da Operação Rondon criada pelos militares através do Ministério do Interior, e o MOBREAL: projeto de alfabetização criado pelo poder central com o objetivo de controlar as comunidades no campo. (MST, 1998, p. 9-13).

Como é possível notar, por meio dos relatos dos militantes sem-terra, e dos documentos que o Movimento nos apresenta, os governantes tinham um lado de escolha, e este lado não era o do povo, e muito menos os favorecia. Os governos com seus planos de “progresso tecnológico” passavam por cima de tudo e de todos, principalmente do povo, da classe trabalhadora da zona rural, daqueles que não tinham

nada, nem dignidade, nem casa, nem direito a poder trabalhar, mas que estavam buscando conquistar e que mais tarde viriam ter.

Os diversos planos desses governos em favor da bancada ruralista e dos interesses do capital, foram se moldando com o avançar das lutas, que mesmo parecendo no início ser difícil alcançar o que se desejava, eram motivados a seguir em frente. Motivados pela triste realidade que viviam, o descaso para com suas vidas, as inspirações de outras lutas, o acompanhamento de membros da Igreja, estudiosos e o desemprego marcante, torna esse cenário de miséria e tristeza em uma força de luta e resistência para conquista da terra, mas não é só ela que se deseja. Para o MST:

[...] a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra de trabalho- a propriedade familiar. Vai em direção à construção da propriedade coletiva dos meios de produção [...] Durante o regime militar foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima de casas e das lavouras, [...] Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais: posseiros, sem-terra e assalariados, organizaram-se para transforma-la. [...] A luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito da propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia-a-dia pelos trabalhadores sem-terra. Mexer no direito de propriedade implica mudanças de poder. Esta é a essência da questão, [...] As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas cidades, e sobretudo os “grupos de famílias” no interior, surgidas a partir do início dos anos setenta, foram os lugares sociais onde se constituíram os espaços de reflexão sobre a realidade e, onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão. (MST, 1998, p. 18-20).

A partir desse cenário de autoritarismo e violação de direitos e avanço do capital, a falta de emprego e/ou a exploração dos sujeitos nele, fizeram membros da Igreja auxiliar a população pobre, e viram por meio de reflexões realizadas através de textos bíblicos, com interpretações próximas dos mesmos, o caminho a ser seguido. O despertar para a leitura da realidade em suas voltas era urgente para assim, conseguir pensar estratégias de saídas. Então, podemos dizer que, o trabalho da pastoral da CPT foi decisivo para o surgimento do MST. Mas, que também foi impulsionado pelas mudanças políticas, inspirados e também parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil, como a resistência em Canudos, Contestados, Porecatu, Trombas e Formoso. Segundo o MST:

[...] O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. [...] As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações realizadas no Estado do Rio

Grande do Sul, em 1979; as ocupações efetuadas no Estado de Santa Catarina, em 1980, ainda nesse ano, no Estado do Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Governo Federal que, com a construção da barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas. O Estado propôs apenas a indenização em dinheiro, enquanto os camponeses exigiam outras terras. No Estado de São Paulo a luta dos posseiros representava a retomada da luta dos sem-terra e no Estado do Mato Grosso do Sul, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nas outras regiões do País. Na cidade a luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves que interromperam no processo de redemocratização do país. [...] Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular, emerge o “novo sindicalismo”, cuja potencialidade e reconhecimento político eram destacadas, de diversas formas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Outra luta que se desenvolvia era a da criação de um partido que defendesse os interesses dos trabalhadores: o Partido dos Trabalhadores- PT. Essas lutas representavam a reconquista de direitos, da dignidade da classe trabalhadora e, portanto, motivavam as lutas que se realizavam no campo. (MST, 1998, p. 26-28).

É interessante notarmos, que o MST desde que vem emergindo, preocupa-se com sua organização. É um movimento que, de fato, vai se construindo e tomando forma por meio de inspirações de outras lutas e força popular, como no caso a Igreja, os sindicatos e partidos, que vão contribuindo para a sua formação, por meio das alianças realizadas, para assim, caminhar para conquista da terra. Mas, o MST não pretende parar sua luta com a conquista da terra, os sem-terra querem mais, procuram uma transformação social que vai além da posse da terra.

O percurso para conquistar esses sonhos é recheado de altos e baixos, de momentos com facilidades e momentos de extrema dificuldades. Assim também é a conquista da terra por eles. A caminhada é longa, difícil e não termina quando se chega ao fim, pois é preciso pensar no coletivo, muitos outros ainda podem não terem alcançado as suas terras e precisaram da força do coletivo para conseguirem.

É isso que torna o MST um movimento diferente dos outros. Sua consciência fraterna, de pensar nos outros, os que ainda estão por vir, e/ou os que estão lutando para conseguir suas terras. Os sujeitos Sem-Terra pensam que é preciso uma força coletiva para se conseguir o que deseja, e só terão vencidos se todos conseguirem o que precisam. Segundo o MST:

Territorialização é o processo de conquista da terra. [...] O assentamento é um território dos Sem-Terra. A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. [...] a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. (MST, 1998, p. 33).

A busca constante por seus sonhos é algo marcante e definidor de característica do MST, pois, a luta não termina quando se consegue a terra. A conquista da terra é o começo de muitos outros sonhos a serem realizados. O pensar em coletividade é o pensamento central que permeia as relações dentro do movimento, uma vez que, se procura uma transformação social deve-se iniciar deixando de pensar só em si mesmo e começar a ajudar os demais, isso significa dizer que, não é porque um grupo de famílias conseguiram a tão disputada terra, que vão parar ali, e deixar que o restante busque sozinhos conseguirem as suas.

Lembro-me bem da fala de uma das militantes do curso de formação do Centro de Formação Paulo Freire, enquanto estávamos no intervalo dos estudos, Helena dizia assim: “não é porque eu consegui ser assentada que vou deixar meus companheiros e companheiras lutarem sozinhos para conseguir suas terras. Eu paro com meu serviço, vou até eles ajudar a ocupar. Eu consegui e quero que eles também consigam”. (Diário de Campo, 10/09/18). Observamos a consciência de classe permeando a fala de Helena, o desejo para que todos os demais consigam, a procura por não parar e sempre na ideia de mudar e criar condições melhores para ela e para todos.

É nessa perspectiva que o MST se diferencia dos demais movimentos do campo, a luta não acaba com a conquista da terra, com isso temos a territorialização. Já os movimentos que iniciam a luta pela terra e param na conquista dela, o MST chama de movimentos localizados.

O MST é um movimento articulado, com ideias embasadas, e que vive uma relação entre teoria-prática constantemente, por isso, que foi e é, um movimento que enfrentou os mais duros tempos e os mais pesados canhões e repressões desde seu emergir até os dias de hoje. O movimento procura estudar e refletir o que se passa em sua volta, e escutando diversas vozes juntos criam as suas estratégias para permanecerem ativos e fortes.

As ocupações e os protestos são as suas estratégias de luta mais conhecidas pela sociedade em geral. Primeiro porque são sempre noticiadas nos jornais, revistas, TV, rádio e agora internet, sejam para apoiar eles, ou apenas para manchar a imagem dos trabalhadores sem-terra, o que é mais comum acontecer, tendo em vista que a mídia é formada e mantida pelos grandes empresários, que como vimos, os latifundiários hoje, são em sua maioria os grandes empresários. Segundo, porque, as ocupações e protestos

é preciso acontecerem porque com eles conseguem ganhar visibilidade para aquele momento e conseguir expor suas reivindicações, mostrando o por que estão ali, fechando rodovias e ocupando prédios públicos e / ou terras que não estão cumprindo sua função social. Segundo o MST:

A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. A ocupação é movimento. Nela, fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiriam sem essa ação. A ocupação é a condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam continuamente a sua história. Não concebê-la é não ser concebido. Com a ocupação, cria-se a condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem-terra sem ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação. [...] As ocupações que aconteceram nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, marcaram o nascimento do mais amplo movimento social da América Latina: o MST. [...] o MST surgia para ocupar um espaço político importante na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. A Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra foi a principal articuladora das diferentes experiências da luta pela terra, proporcionando a reunião dos sem-terra para discutirem a conjunturas de suas realidades. (MST, 1998, p. 25-34).

Esse acompanhamento com o auxílio da Igreja e das lutas de outros movimentos incentivou e inspirou ainda mais a busca do Movimento pela autonomia política. Os sujeitos foram estudando e reunindo, percebendo cada vez mais, a importância de se articular com mais e mais pessoas, e observaram que, apenas os sujeitos do campo não dariam conta de resolver essa transformação social que deseja o movimento. Mas sim, que era necessário também, conscientizar as pessoas da cidade, e convocar a cidade a também ir buscar essa mudança na estrutura social. Assim o Movimento vai ganhando força e inicia uma série de encontros, reuniões, e congressos nacionais, regionais e locais sobre as questões referente à reforma agrária e à luta por uma outra sociedade.

4.2 OS PRINCÍPIOS GERAIS DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem como princípios fundamentais a busca por uma transformação social, uma sociedade mais justa e igualitária, sendo possível por meio da queda do sistema capitalista. O Movimento é de inspiração Marxista e também do Cristianismo progressista (um movimento do Cristianismo contemporâneo, caracterizado por questionar a tradição, aceitar a diversidade humana, incluindo sujeitos homossexuais, bissexuais e transgêneros, e sua busca por justiça social), que luta em busca Reforma Agrária, mas não só apenas por ela. O Movimento também levanta outras bandeiras que o aproxima desse horizonte da busca pela transformação social.

Para conseguir o horizonte utópico, uma sociedade mais justa e igualitária, o MST também se encarrega de lutar por Cultura, buscando o acesso e a democratização e popularização da cultura. Procura combater a violência sexista, democratizar a comunicação, educação e saúde pública de qualidade, políticas de desenvolvimento para melhoria das condições de vidas de toda a população do campo, o respeito e a valorização da diversidade étnica, um sistema político renovado utilizando de participação mais direta da população, defendendo uma ampla reforma política, políticas e práticas governantes que garantam a plena soberania do povo. Como podemos perceber no próprio site do Movimento que destaca as seguintes bandeiras:

Cultura: A educação e o acesso à cultura, ao conhecimento, a valorização dos saberes populares, é condição fundamental para a realização dos brasileiros como seres humanos plenos, com dignidade e altivez. [...] Fortalecer os espaços de trocas culturais promovendo o acesso popular aos teatros, cinemas, exposições, sinfonias, amostras, apresentações folclóricas e festas tradicionais que celebrem a vida, a luta, a solidariedade e a diversidade do povo brasileiro. **Reforma Agrária:** [...] É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. [...] **Combate à violência sexista:** [...] Diversas são as formas de opressão de gênero que se projetam, sobretudo, sobre as mulheres. [...] Lutamos para transformar a sociedade e entendemos que a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo. **Democratização da comunicação:** O povo tem o direito de organizar seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa. E o Estado deve garantir os recursos para que exerça esse direito. É preciso democratizar os meios de comunicação, [...] acabar com o monopólio privado dos meios. [...] **Saúde pública:** O Estado deve garantir e defender a saúde de toda a população,

implementando políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças. [...] **Desenvolvimento:** As políticas de desenvolvimento da economia devem estar baseadas fundamentalmente nos interesses de melhoria das condições de vida de toda a população, em especial dos mais pobres. [...] **Diversidade Étnica:** Queremos ser uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos os brasileiros. [...] é fundamental a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão de grupos historicamente excluídos. **Sistema político:** Queremos um país que crie e utilize permanentemente mecanismos de participação e decisão direta da população, nas várias instâncias de decisão do poder político e social, construindo uma verdadeira democracia popular participativa. [...] **Soberania nacional popular:** Precisamos de políticas e práticas dos governantes que garantam a plena soberania de nosso povo, sobre nosso território, nossas riquezas naturais, minerais, nossa biodiversidade, a água e as sementes. (SITE DO MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/> Acesso em: 12/01/18).

Como podemos perceber, o Movimento tem como objetivos centrais: lutar pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária. Para conseguir manter-se firmes em seus ideais, o movimento tem como princípios organizativos, os métodos de direção política, que envolve: Direção coletiva, formando grupos de sujeitos e de famílias para desempenhar determinada tarefa. Essas tarefas são realizadas por meio de divisão, de forma igual para todos. O movimento exige que se tenha uma disciplina para respeitar o que ficou estabelecido pelo grupo. Precisa também de planejamento de todas as ações a serem tomadas, atentando para se ter uma crítica e autocritica a respeito do que está ocorrendo, mas isso só deve ser falado em reuniões. Deve-se ter também incentivo ao estudo e vinculação permanente com as massas.

Como método de organização social, o Movimento enfatiza: o trabalho de base que é conscientização e de organização do povo; deve-se também ter lutas de massa em que o povo deve manifestar e pressionar o Estado para conseguir seus objetivos. Elege a formação dos militantes, de quadros reservando tempo, recursos e planejamento nas atividades de formação; desenvolve a mística, pois, ela deve expressar os sentimentos que se têm, quando as palavras não conseguem alcançar, tentando exteriorizar os sonhos coletivos que almejam materializar uma nova sociedade. A prática de valores baseados na igualdade e justiça social, a democracia participativa prezando para que sempre exista um diálogo com o povo; a autonomia financeira também faz parte do estado organizativo deste movimento social rural. Para Medeiros:

Ao contrário da maioria dos movimentos camponeses históricos que apenas lutavam por terra, o MST desde a sua formação sempre lutou por terra, pela reforma agrária e por mudanças estruturais na sociedade. Destaca-se por ser um movimento camponês *Sui generis* com três características marcantes: a) é um movimento popular com livre acesso a qualquer um que deseja fazer

parte dele ao contrário de movimentos camponeses tradicionais que só permitem a filiação daquelas que efetivamente trabalham na terra. A exigência é a luta viabilidade da vida no campo; [...] b) sem possuir um componente organizativo de viés corporativo no sentido que a luta por um pedaço de terra e posteriormente por créditos para a produção e outras vantagens interessa à categoria dos agricultores. Porém, tem que ir além disto, a luta pela terra tem que se transformar na luta pela reforma agrária, agregando à luta pela terra um componente político necessário à toda sociedade, isto é, para além da categoria; c) componente político de luta pela reforma agrária onde se consegue conciliar os interesses particulares e corporativos com o interesse da classe. Visão de que a luta não é contra um grileiro e sim contra a classe de latifundiários, caracterizando assim a luta de classes. A luta também se estendia contra o Estado que não democratizava a estrutura fundiária e também não levava o desenvolvimento para o meio rural. (MEDEIROS, 2014, p. 75-76).

De fato, como explicita Medeiros, o MST luta pela terra, mas não só procura fazer a reforma agrária, mas sim modificar as estruturas sociais, isso implica dizer que, ao buscar quebrar as estruturas já tão consolidadas, o Movimento mobiliza uma série de objetivos como: a busca permanente por justiça social, igualdades de direitos econômicos, políticos, culturais e sociais, desenvolvimento sustentável e geração de emprego, uma economia solidária, entre outros. Como podemos ver nos objetivos gerais do MST que foram criados com o 1º Encontro Nacional em janeiro de 1984 em Cascavel- Paraná. “Esse encontro reuniu doze ou dezesseis estados. Todo mundo que tinha luta pela terra (Na fala de João Pedro Stedile)”. (MST, 1998, p. 35). Esse encontro foi muito importante, pois foi a fundação e a organização do Movimento. Segundo o MST:

Neste encontro foram elaborados os objetivos gerais do MST:

- 1- Que a terra só esteja nas mãos de que nela trabalha;
- 2- Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3- Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
- 4- Organizar os trabalhadores rurais na base;
- 5- Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- 6- Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 7- Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina. (MST, 1998, p. 35-36).

Neste encontro, percebemos os direcionamentos e a construção de estratégias para se avançar no caminho. Esse encontro, não foi apenas mais um encontro, ele não como os outros encontros em que se pensava na luta. O encontro nacional foi a própria luta como o próprio João Pedro Stedile mesmo falou.

Desse Encontro Nacional, também saiu as reivindicações dos trabalhadores/as sem-terra. Segundo o Movimento, as reivindicações foram (são) as seguintes:

- 1- Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;
- 2- Estabelecimentos da área máxima para as propriedades rurais;
- 3- Desapropriação de todos os latifúndios;
- 4- Desapropriação das terras das multinacionais;
- 5- Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em área da região;
- 6- Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;
- 7- Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;
- 8- Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor;
- 9- Fim da política de colonização. (MST, 1998, p. 36).

Nesse sentido, a Reforma Agrária que o MST pretende é levando em consideração todos esses objetivos citados acima, criando assim, um conjunto de mudanças para um novo modelo agrário e agrícola, que possibilite o desenvolvimento econômico que beneficie toda a população rural quanto urbana. A questão da reforma agrária que o movimento repetente ultrapassa a simples distribuição de terras, é preciso manter essa distribuição, mas, o movimento objetiva também uma outra realidade social, mais justa e igualitária para todos/as.

Como mostra o 36º caderno de formação do MST: “A terra deve ser entendida como sendo um bem da natureza a serviço de toda a sociedade. Um bem de todos para atender as necessidades de todos. Ou seja, a terra é um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionada”. (MST, 2005, p. 9).

Um ano após o 1º Encontro Nacional ocorrido em Cascavel, em janeiro de 1985, em Curitiba, no Paraná, o MST realizou o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Depois de 15 anos na luta, em 1995, o movimento realiza o seu 3º Congresso Nacional, em que apresentou uma nova reformulação de seus objetivos gerais. Segundo o MST nesta nova elaboração dos objetivos pretende-se:

- 1- Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2- A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
- 3- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5- Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (MST, 1998, p. 39-40)

A elaboração destes novos objetivos mantém os mesmos princípios na busca de transformação social. No entanto, amplia o pensamento na medida que repensa de maneira mais atual seus objetivos, por meio de suas vivências construídas por todos esses anos de lutas. Nesse mesmo congresso nacional, o MST apresenta também uma síntese de seu programa de reforma agrária¹².

Durante sua trajetória de luta, os trabalhadores rurais sem-terra foram construindo a sua organização, percebendo desde seu início a importância de traçar caminhos para conseguir alcançar seus objetivos. Assim, observou a necessidade de criar comissões, deliberar tarefas e envolver os sujeitos do movimento. Como sendo um movimento que preza pela coletividade, foi necessário se ter uma descentralização administrativa, que os sujeitos tivessem disciplina, respeitando os objetivos e as deliberações do coletivo. Para isso adotou-se o trabalho de base como sendo fundamental para a organização do movimento.

Para o MST o trabalho de base é “entendido como a metodologia de reunir em pequenos grupos todas as pessoas que fazem parte e realizar com elas um processo contínuo de democratização das informações, de conscientização”. (MST, 1998, p. 39). O trabalho de base prepara os sujeitos para a militância, mostrando toda a trajetória do movimento e seus objetivos na luta pela terra e reforma agrária, destacando as questões que permeiam todo o processo e o que atingem a organização da luta. Segundo Ranulfo Peloso:

O trabalho de base é parte indispensável da luta popular. O trabalho de base é a condição e o sustento do trabalho político e do trabalho de massa; o trabalho político e o trabalho de massa devem ser a expressão e a consequência do trabalho de base. O trabalho de base é a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta à luta geral contra a opressão. (PELOSO, 2012, p. 10).

Como percebemos em sua afirmação e em seu livro intitulado “Trabalho de base”, Ranulfo Peloso (2012), aponta para a necessidade de fazer o trabalho de base no movimento, destacando também que o trabalho de base só pode ser feito por militantes, uma vez que, é o militante que é reconhecido pelo povo, e coloca sua vida a disposição

¹² A síntese do programa de reforma agrária pode ser encontrada na página 40 do Caderno de formação nº 30. Gênese e desenvolvimento do MST. Bernardo Mançano Fernandes. Setembro de 1998.

de trabalhar para seu povo, unindo seu projeto de vida pessoal ao projeto de vida da luta coletiva.

Nesta direção, podemos dizer que, desde 1985 até os dias de hoje o MST foi se transformando pensando e repensando seus caminhos de acordo com a realidade da luta vivida. E essa realidade veio fortalecendo e ajudando a construir toda a estrutura do movimento. Segundo o MST, a estrutura das instancias deliberativas do Movimento são compostas por: Congresso Nacional (realizado a cada 5 anos), coordenação nacional, direção nacional, coordenação estadual, direção estadual, coordenações regionais e coordenação dos assentamentos e acampamentos.

Sua forma de organização das atividades é composta por instâncias deliberativas: secretaria nacional e secretarias estaduais, mais os setores de atividades que são: setor de produção, setor de formação, setor de educação, setor da frente de massa, setor de comunicação, setor de finanças, setor de projetos, setor de relações internacionais e setor de direitos humanos.

4.3 PEDAGOGIA DO MST

A busca pela valorização da experiência do modo de vida Sem Terra, como sujeitos dono de sua própria história e a luta pelos seus ideais, contribuem para firmar suas identidades e ampliar o conceito de educação e escola no Movimento. Para o MST, o olhar com a educação é de considerável importância, pois com ela se poderia firmar seus propósitos e ler o mundo de uma outra ótica, de forma crítica e reflexiva. Nessa perspectiva, o MST busca ampliar e modificar o conceito de educação e escola no Movimento. Segundo Caldart:

O eixo da elaboração da proposta pedagógica foi no início, e continua sendo hoje, a prática dos sujeitos Sem Terra, desdobrada em questões do cotidiano pedagógico, da escola e do Movimento como um todo. A primeira necessidade foi a de ter mais clareza sobre o próprio sentido da escola nessa nova realidade (definir a diferença e o que se quer com ela) e ter algumas orientações gerais sobre o que ensinar e como valorizar a experiência de vida das crianças sem-terra e de suas famílias. (CALDART, 2012, p. 267).

A proposta pedagógica advém do contexto vivido dos sujeitos, do próprio Movimento, por isso a preocupação e a necessidade de se ampliar o conceito de escola e de educação. Nesta mesma obra intitulada “Pedagogia do Movimento Sem-Terra”, fruto de sua tese de doutoramento, Roseli Caldart, mostra que, desde início do Movimento se teve a preocupação das famílias com a educação dos filhos, seja no acampamento ou no assentamento. De início, perceberam que as professoras que não eram do Movimento acabam por desconstruir os aprendizados que as crianças vinham obtendo quando estavam em casa. Após algum tempo verificou-se a necessidade de formação para essas professoras passarem a valorizar as vivências dos sujeitos do Movimento. Segundo o MST os princípios da pedagogia do Movimento são:

1. A relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora.
2. A realidade e seu movimento como base da produção do conhecimento.
3. Seleção de conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral.
4. Educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação.
5. Construção de um ambiente educativo, que vincule a escola com os processos econômicos, políticos e culturais.
6. Gestão democrática da escola, incluindo a auto-organização dos educandos para sua participação efetiva nos processos.
7. Práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e reflexão sobre os valores centrados no ser humano.

8. Formação para a postura e as habilidades de pesquisa.
9. Cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história.
10. Vínculo orgânico da escola às comunidades do campo.
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores.
12. Avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolva todos os momentos do processo educativo. (MST, 2001, p. 128).

A pedagogia do Movimento está diretamente voltada para uma formação humana do sujeito, trabalhando o seu contexto social, de maneira crítica e reflexiva, com valores do MST, nestes valores a busca pela dignidade humana, justiça social, solidariedade, respeito e comprometimento pelo trabalho e seus companheiros/as de luta, ser participativo, entre outros valores que acaba por educar, conscientizando e preparando os sujeitos do Movimento para as lutas diárias e as conquistas.

Nesta direção, percebemos que o Movimento possui uma pedagogia própria, em que busca por meio desta a formação do sujeito social, um sujeito dono de sua própria história de vida e modificador dela. A pedagogia do MST tem como base principal cultivar valores humanistas e socialistas, ou seja, sua concepção de educação é a formação humana, transformando a vida dos sujeitos que antes não tinham nada e a partir do Movimento passam a sentir que são cidadãos com identidade Sem-Terra. Segundo o MST:

1. Em nossa trajetória de luta e organização dos trabalhadores do campo fomos construindo uma concepção de educação; mais do que inventar o que estamos fazendo é recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da luta social, pedagogia da práxis...
2. Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta, é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade. Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia a dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso temos chamado de Pedagogia do Movimento. (MST, 2004, p. 26).

A educação dentro do Movimento acontece por meio dos princípios da educação popular. Pois, mais do que conseguir a Reforma Agrária, o MST quer uma transformação social, valorizar o ser humano, os subalternizados, oprimidos, o não lugar, o território do campo, construindo assim os sujeitos enquanto sujeitos históricos, formando uma identidade política, e militante, em meio a uma dinâmica de tensão permanente entre ação- reflexão, prática e teoria, sem deixar de crer no ser humano. Para isso, a Pedagogia do Movimento está ligada à Educação Popular, de forma que

ambas comungam dessa dialogicidade, procurando ter clareza de opção política, uma pedagogia crítica, participativa, sendo teórica e também prática.

Nesta direção, a escola e a educação assumem papéis bem distintos da escola e do tipo de educação fornecidos pelo governo e que estamos acostumados. O Movimento entende que é preciso uma outra forma de conceber o processo educativo, uma vez que, são sujeitos outros, deve-se ter novos olhos, outros olhares, então assim, outras pedagogias. O boletim da educação produzido pelo próprio Movimento, que faz um balanço da educação no MST de 20 anos, afirma que:

3. Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental deste processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos está é uma das lutas do MST.
4. Desde o começo do MST existiu a luta pela criação de escolas nos próprios assentamentos. Primeiro por uma certa intuição de que isto também era um direito, e pela consciência de que se as escolas não fossem no assentamento, muitas crianças continuariam fora delas. Aos poucos esta exigência foi se tornando uma convicção, um princípio do MST.
5. Estudar na cidade, só em último caso. Consideramos que a educação no meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento. O ensino nas escolas dos assentamentos e acampamentos do MST deve preparar os estudantes para ficar e transformar o meio rural. (MST, 2004, p. 26).

Por esse motivo, de serem sujeitos outros, se exige uma outra pedagogia, uma pedagogia própria, que leve em consideração toda a luta e dinâmica do Movimento, para que se firme e não se perca os objetivos da luta. Esta Pedagogia contribui para formação de uma identidade própria dos sujeitos, da escola e de educação. É neste sentido, que o MST pensa e compartilha sua concepção de educação e escola. Segundo o MST:

6. Por isso passamos a trabalhar por uma identidade própria das escolas do campo, com um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida, e na valorização da cultura camponesa.
7. Ao dizer *escola de assentamento* (ou de acampamento) estamos afirmando a necessária vinculação da escola com a realidade local e o desafio de participar efetivamente da solução de seus problemas. Ao dizer *escola do MST*, afirmamos a relação que a escola deve ter com a luta pela Reforma Agrária, que vai além das questões localizadas em cada assentamento. Ao dizer *escola do campo*, estamos assumindo um vínculo mais amplo com o destino do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo, o que exige da escola que também leve novas questões à comunidade, ajudando em seu engajamento a um projeto mais amplo, histórico, de futuro. Em qualquer das expressões, o *de* ou o *do* pretendem-se afirmativos de uma identidade construída. Não basta ter escola *no* assentamento; ela tem que ser uma escola *de* assentamento. Não basta ter escola *no* campo; tem que ser uma escola *do* campo, que

assuma as causas e a cultura de quem ali vive e trabalha. (MST, 2004, p. 27).

O MST possui um projeto de educação que está estruturado nos torno dos princípios do Movimento, ou seja, o projeto de educação trabalhado, discutido e posto em prática visa a busca pelo projeto de sociedade que almeja. Uma sociedade justa, igualitária, com respeito às diferenças, respeito às diferentes realidades existentes, coloca em questão as problemáticas do cotidiano: pensar sobre o que está em sua volta, estimular a reflexão crítica, partindo da realidade para que o conhecimento se torne significativo. Ou ainda, construir uma pedagogia adequada aos desafios vividos, ou seja, assumir o vínculo com o Movimento, com suas lutas, com sua organização, com seus princípios identitários de sujeito Sem Terra. Segundo Lage:

Dentro desta pluralidade de contextos e historicidades, expandir as fronteiras convencionais dos projetos educativos até os espaços de luta onde estão atuando os movimentos sociais, cria formas articuladas de espaços nos quais é possível conjugar processos pedagógicos com trajetórias sociais. Neste sentido, o projeto político é outro aspecto que permeia qualquer atividade do Movimento e no qual tem trazido significativos avanços para o movimento dos Sem-Terra, a partir da formação de uma consciência política, adquirida tanto nas vivências coletivas, principalmente no período dos acampamentos, como nos processos de formação política ou técnica. Isso resulta na formação de uma identidade revolucionária, na qual se forja um novo sujeito, capaz de confrontar a classe dominante sobre sua própria condição de opressora, por meio da luta pela reforma agrária, que capacita seus sujeitos a questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que, violentamente, os colocam na condição de oprimidos. (LAGE, 2008, p. 498).

De fato, como afirma Lage (2008), dentro desses contextos e historicidades plurais, é necessário ultrapassar os projetos educativos convencionais, combinar os processos pedagógicos com as trajetórias sociais, para assim, conseguir confrontar a classe dominante e questionar as questões estruturais na sociedade que privilegiam poucos e violentam e oprimem muitos.

É nesta direção, que a pedagogia do Movimento assume um importante papel, o de vincular o processo educativo com os objetivos da luta dos sujeitos Sem-Terra. Pois, ao buscar fazer a relação entre prática e teoria, preocupar-se com a formação humana integral, bem como uma educação para o trabalho e pelo trabalho, destacando a cooperação, a vinculação, a escola e com os processos econômicos, políticos e culturais. Outro aspecto é uma gestão democrática, uma auto-organização dos educandos, em práticas pedagógicas que destacam, vivenciam a reflexão, o cultivo da memória coletiva do povo, a formação permanente dos educadores e a avaliação permanente. Estes e outros são princípios fundamentais da pedagogia do Movimento, que contribuem para a construção do ser Sem-Terra. Ainda segundo Lage:

Lutar por um novo projeto político pressupõe, antes de tudo, lutar pela formação de novos sujeitos políticos capazes de refletir sobre suas lutas, questionar os processos geradores de desigualdades e exclusões sociais e inseri-los dentro de um movimento maior de transformação da sociedade. No caso dos Sem Terra e de sua luta pela reforma agrária, a formação desse novo sujeito, o Sem Terra, dá-se por meio de processos de formação política. [...] a função da formação política é aperfeiçoar a formação da consciência para que os militantes se transformem em quadros com elevado nível de conhecimento e reflexão, com segurança e firmeza ideológica para agirem, pois acreditam que uma revolução precisa também da libertação das consciências. [...] Considerando a diversidade e extensão territorial da abrangência do MST e dos seus inúmeros assentamentos e acampamentos, a criação de uma estrutura de formação política necessita partir da própria ideia de descentralização, mas com alguma perspectiva de unidade. Neste sentido, a formação política perpassa todas as atividades de formação que são promovidas pelo MST e pelos seus parceiros ou conveniados. Quando se verificam os conteúdos das formações, inclusive as mais técnicas, ou se pergunta a algum assentado que passou por tais processo, é fácil perceber que as transformações que envolvem questões de produção, por exemplo, têm formação política, quando se fala de educação também tem uma componente de formação política muito visível. [...] Desde os cursos mais técnicos – teóricos ou práticos – até aos mais políticos, desde encontros locais até aos nacionais, a formação política é parte integrante do escopo formação como um todo. (LAGE, 2005, p. 480-483).

De fato, como afirma Lage (2005), a formação política perpassa todos os cursos e formações do Movimento, dos mais teóricos até os mais técnicos. A própria ação do Setor de Educação do MST cuida disso, quando se elenca as principais linhas de ação para a educação¹³ do Movimento, conseguimos perceber a ênfase no teor político, que vai das principais bandeiras de luta que levantam, passando pela educação infantil até o ensino médio e EJA.

São muitas as bandeiras de luta levantadas pelo MST, que abrange a Reforma Agrária, passando pela Cultura, pelo combate à violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional popular e educação. O Movimento percebe a importância de levantar essas bandeiras e defende-las, pois apontam problemas e levantam questionamentos, criando assim pontos de reivindicação, traçando objetivos e estratégias. Em relação a educação, o MST levanta como principais bandeiras de lutas as seguintes:

Nossas principais bandeiras de luta em relação às políticas públicas...

1. Escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.

¹³ As principais linhas de ação do Setor de Educação do MST se encontra composta por 28 pontos estratégicos que visa fortalecer a luta pela Educação, a identidade Sem Terra, o sentimento de pertença ao Movimento entre outros. Estes 28 pontos estabelecidos pelo MST como principais linhas de ação do Setor de Educação podem ser encontrados no site do Movimento, em produções do próprio MST, e também nas páginas 28 e 29 do Boletim da Educação, nº 9 de dezembro de 2004. Organização e Edição de Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

2. Direito de estudar no próprio assentamento, no próprio meio rural, com uma proposta pedagógica voltada às questões da sua realidade, e com educadores engajados neste contexto. [...]
3. Garantia de escolas também nas áreas de ocupações ou de acampamentos, com estrutura e currículo flexível à realidade específica.
4. Escolas em condições de desenvolver também o ensino técnico e a formação profissional para atuação no campo.
5. Gestão democrática dos processos educativos pela comunidade Sem Terra e sua organização, que é o MST.
6. Recursos do Estado para iniciativas que visem desenvolver o direito roubado ao povo sem-terra de escolarização. Apoio especial para chegarmos a eliminar o analfabetismo nas áreas de Reforma Agrária.
7. Apoio à produção e à edição de materiais didáticos que tratem de questões de interesse de quem vive no campo.
8. Política específica para seleção e formação de professores para atuação nos assentamentos e acampamentos.
9. Valorização profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação. (MST, 2004, p. 29).

De fato, ao observarmos esses pontos principais da educação sobre a relação com as políticas públicas, percebemos que os sujeitos Sem Terra têm suas ideias e estratégias muito explícitas para o que se busca. Eles sabem que não basta reivindicar escolas das autoridades competentes. Mas sim, reivindicar escolas e educação que venham a contribuir para sua formação enquanto ser humano, enquanto sujeitos que estão imersos numa realidade conflituosa e em sua volta todo um contexto social diferente. Por isso, a luta por uma educação crítica e libertadora. Segundo Fernández:

Os Sem Terra descobrem que não basta uma escola para os camponeses, querem uma escola dos camponeses, que respeite sua luta, sua identidade, seus valores, sua mística. Escolas construídas por práticas educativas onde dominam o trabalho coletivo, a cooperação, a solidariedade, o incentivo para que a criança aprenda a tomar suas próprias decisões e a ser responsável por elas. Escolas que respeitam e dignificam o trabalho manual e o trabalho da terra. Escolas que se colocam contra o individualismo, o autoritarismo, a obediência cega, o machismo e o racismo. Em suma, reivindicando terra e educação, o MST engajou-se num processo que Florestan Fernandes chamou de revolução dentro da ordem, uma revolução cultural cujos desdobramentos serão plenamente desfrutados pelas próximas gerações. (FERNÁNDES, 2008, p. 65).

O Movimento sabe bem o tipo de educação que procura e defende para os sujeitos Sem Terra. De fato, este texto de Fernández (2008) demonstra de que lado da história, que tipo de educação, das escolas, e de vida que os sem terras protagonizam. Pois, com essa educação é que se consegue a liberdade de pensamento, o abandono das amarras perversas do sistema desigual, cruel e matador da sociedade. É necessário um outro tipo de pensar; colocar em questão pensamentos tidos como certos, inverter a ordem das coisas, é levar em consideração o todo e não uma leitura superficial dos fenômenos socioculturais.

Com esta educação, que parte do contexto e das realidades vividas dos sujeitos, se consegue avançar e romper as correntes da ignorância. Os Sem Terra entendem que é

preciso se apropriar dos códigos, das leis, das palavras, da leitura e da escrita, para que se tornem mais críticos e propositivos e não ser enganados. Esta educação proporciona um reconhecimento do sujeito como um ser capaz de modificar e interferir nessa realidade, que não está pronta e acabada, mas sim, ela é construída, e se ela é construída pode ser desconstruída e reconstruída quantas vezes forem necessárias. Essa educação permite o sujeito conhecer a si mesmo, e não ter vergonha de ser quem você é. Como afirma Fernádes:

Estive na Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis (RS), que ministras cursos de 1º e 2º graus para alunos do MST e encontrei adolescentes, filhos da primeira geração de assentados, jovens bonitos, alegres, decididos, confiantes, querendo entender, debater, argumentar, tudo olho no olho, um retrato bem diferente daquele trabalhador rural paralisado, olhando mudo para o chão, envergonhado e submisso. [...] Aliás, auto-estima e dignidade são traços constitutivos desse sujeito coletivo chamado MST. (FERNÁNDES, 2008, p. 65-66).

De fato, como explicita Fernádes (2008) em sua fala, relatando o que viu quando chegou para visitar uma escola técnica com aulas para adolescentes e jovens do MST, é de impressionar muitas pessoas. Adolescentes e jovens alegres, de auto-estima elevada, dispostos e interessados a aprender, procurando discutir e se inteirar de todo o assunto ali proposto, é algo que chama atenção de quem não é do Movimento. Pois, infelizmente se esperava encontrar adolescentes e jovens cansados e desinteressados nas aulas e nos cursos, já que se tem uma rotina de trabalho dura, horários, distancias muitas vezes das escolas para suas casas, entre outros motivos que contribuem para o entendimento da pouca vontade de estar ali aprendendo. O que acaba por desconstruir vários conceitos pré-concebidos de nossa sociedade. Então, acreditamos que é por meio desta pedagogia própria e que perpassa todo o Movimento nas suas variadas formas, que faz despertar e convidar essas pessoas para a luta, para o enfrentamento das barreiras e das cercas que tentam prender e retirar a possibilidade de se ter uma vida digna. Segundo Lage:

A abrangência do MST e de sua luta, traduzida em seus inúmeros assentamentos e acampamentos, exige a criação de uma estrutura de formação política descentralizada, dentro de uma unidade ideológica. Quando se verificam os conteúdos das formações, inclusive os mais técnicos, percebe-se logo sua importância enquanto projeto político-pedagógico de formação de consciência dentro de um projeto de educação. [...] A luta pela reforma agrária tornou-se um processo inclusivo e formativo, capaz de transformar a sociedade e as pessoas através de uma pedagogia própria, que amalgama teoria e prática, militância e intencionalidade, fazendo do MST, também, um sujeito pedagógico, tal como afirma Caldart (1999)[...] Despertar as capacidades de lutas latentes em todos os seres humanos, mas frequentemente adormecidas por processos de opressão e exclusão, que retiram essas possibilidades do imaginário das pessoas, requer processos políticos-pedagógicos que despertem novos sujeitos, ao mesmo tempo em

que dá visibilidade às contradições das sociedades atuais, tornando possível perceber as possibilidades de transformação. (LAGE, 2008, p. 501-505).

De fato, como afirma Lage (2008), é preciso um projeto político-pedagógico para o despertar desses novos sujeitos. Acreditamos assim como o Movimento, que esse projeto político-pedagógico deve estar articulado com os princípios e objetivos do MST, para que este despertar de novos sujeitos aconteça, bem como, firmando sua identidade que dará possibilidade para o processo de atuação dentro da causa, e assim, buscar a transformação social e histórica necessária.

Para que esse despertar da consciência e da luta aconteça é preciso levar em consideração o importante papel que ocupa a educação dentro do movimento. É relevante que os militantes busquem se apropriar dos conhecimentos que a escola oferece, para que não se enganem mais com as palavras bonitas faladas por muitos políticos, advogados, patrões e até mesmo familiares que tentam enganar e tirar vantagem da sua não escolarização. É importante a instrução das escolas para que se consiga ler e escrever, para se saber o que está assinando e acontecendo em sua volta e no mundo. Por esses e outros motivos que o MST buscou escolas para dentro do Movimento.

É bem verdade que a inserção da escola no Movimento se deu por meio de muita luta e resistência, primeiro entrave aconteceu dentro do próprio Movimento, em que se discutia se seria realmente necessário ou não a inserção de escolas nos acampamentos. Pois, se pensava que poderia desviar o foco da conquista da terra. Depois, percebendo a necessidade de se ter escolas nos acampamentos, devido aos longos períodos que ficavam acampados sem saberem quando iam ser assentados, e todas aquelas crianças sem estar na escola e com tempo ocioso. As mães que eram professoras procuravam fazer o papel da escola, mas logo enxergou-se que deveriam exigir dos governantes escolas para os acampados, uma vez que o acesso para educação é um direito constitucional. Mas que não podia ser qualquer escola, teria que ser uma escola que levasse em consideração as especificidades daquele povo. Iniciando-se assim, um processo de luta dentro da luta. Segundo Caldart:

Na gênese do trabalho do MST com a educação escolar aparecem pelo menos cinco elementos ou fatores que podem ser identificados como aquelas circunstâncias que pressionaram o seu nascimento. O primeiro elemento diz respeito ao contexto social [...] é preciso considerar a realidade educacional do país para entender por que um movimento social de luta pela terra acaba tendo que se preocupar com a escolarização de seus integrantes. O mesmo modelo de desenvolvimento que gera os sem-terra também os exclui de outros direitos sociais, entre eles o de ter acesso à escola. [...] O segundo elemento foi a preocupação das famílias sem-terra com a escolarização de seus filhos. [...] encontravam-se muitas famílias que traziam como herança o

valor da escola, [...] que ela pode ser a porta de entrada para um futuro melhor, menos sofrido. [...] algumas lideranças da época consideravam, que iniciar nos acampamentos uma luta específica por escola poderia desconfigurar a luta principal que era pela terra. [...] O terceiro elemento ou circunstância que pressionou [...] o início do trabalho do MST com a educação escolar foi a iniciativa de mães professoras (e em alguns lugares de religiosas que viviam nos acampamentos) em levar adiante essa preocupação que aparecia nas famílias sem-terra. Essa iniciativa incluía, com intensidade maior ou menor em diferentes tempos e lugares, três dimensões principais: 1ª) A organização de atividades educacionais com as crianças acampadas. [...] 2ª) A pressão exercida para a mobilização das famílias e lideranças de cada acampamento e assentamento em torno da luta por escolas. [...] 3ª) A preocupação das professoras com sua própria articulação e formação para assumirem a tarefa de educar as crianças sem-terra de um jeito diferente. [...] O quarto elemento a ser considerado [...] tem a ver com as próprias características do MST, que acabaram produzindo as condições para que uma necessidade das famílias fosse transformada em tarefa da organização. [...] O quinto e último elemento [...] trata-se do perfil das pessoas que ajudaram a organizar o MST e que se tornaram suas principais lideranças. Para a maioria delas, o estudo sempre foi visto como um valor, tão importante a ponto de ser destacado como um dos princípios organizativos do Movimento. (CALDART, 2012, p. 231-240).

De fato, como explicita Caldart (2012) na obra intitulada “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, livro resultado de sua tese de doutorado, e no segundo capítulo deste livro, acaba nos apresentando os cinco principais fatores que contribuíram para o despertar do Movimento com a educação. Roseli Caldart, escreve com detalhes a trajetória da questão da educação escolar no MST, e assim como outros autores, aponta os motivos.

Como bem explicitou Cadart (2012), o mesmo contexto social (modelo de desenvolvimento) que faz surgir o MST é o mesmo que nega e retira direitos básicos para estes sujeitos, entre esses direitos, o acesso a escolarização. É fato que, no início do surgimento do MST os militantes pouco prestaram atenção nessa causa educacional, é de se entender, estava no início de tudo, e a preocupação primeira era conseguir terras para sobrevivência de suas famílias. Por esse motivo, o início da ideia de reivindicar educação para as crianças do Movimento, produziu tensões entre militantes, pois tinham a preocupação de que isso poderia acarretar em uma dispersão de seu objetivo maior naquele momento que era central a conquista da terra. Mas ao decorrer da situação e observando quanto tempo essas crianças ficavam nos acampamentos e/ou quanto era distante os acampamentos de escolas regulares, começava a se ver a importância de uma escola dentro e do Movimento, uma vez que, se estavam imersos no Movimento, a relação com o conhecimento deveria atender à realidade vivida, e não uma realidade distante de suas famílias.

Com o auxílio de mães professoras, algumas religiosas e outras pessoas do MST que vinham com a ideia de promessa da educação, o Movimento foi ficando cada vez mais

pressionado e se sentindo no dever de também lutar por escolas. Surgindo assim o Setor de Educação, que por meio das primeiras experiências da escola primária nos acampamentos emergiu sua concepção e metodologia de educação. Segundo o MST:

Foi na educação fundamental que nasceu o setor de educação do MST. [...] as primeiras experiências do setor ocorreram organizando escola primária nos acampamentos. Estes foram os passos iniciais da Escola Itinerante, [...] A necessidade dos primeiros acampados era possibilitar o acesso de suas filhas e filhos à escola, e quando está vai surgindo [...] emergem as questões relativas à sua concepção e metodologia. [...] tão importante quanto ter escola, era fazê-la de um novo jeito. E esse novo jeito vai sendo construído na prática cotidiana e na reflexão sobre ela. [...] Se a escola é importante para o desenvolvimento dos assentamentos, para o êxito da Reforma Agrária e um espaço privilegiado da educação/formação humana, ela não é uma estrutura isolada, separada do MST [...] Ela precisa comprometer-se e contribuir, desde sua especificidade, com o projeto de ser humano e de sociedade do MST. [...] refletindo e problematizando suas concepções. Para isso é necessário que adentremos em sua estrutura, dando-lhe nova dinâmica e significado, já que foi historicamente moldada para reproduzir uma sociedade desigual. (MST, 2004, p. 35).

É certo que este posicionamento do MST para com a educação do Movimento, de trazer escolas para as crianças e famílias acampadas ou assentadas, deve levar em consideração seu modo de vida, de entender as lutas, e também apoiá-las. Não adiantaria muito ter professores/as nos acampamentos e assentamentos que não acreditassem na causa do MST. Esses profissionais em vez de contribuir para o enriquecimento e o avançar da luta, iria causar um grande retrocesso, pois, ao não compartilhar das mesmas ideias, iriam gerar conflitos internos nas crianças e jovens do Movimento. Ou seja, o/a professor/a que não compartilha da ideia de ocupação de terras improdutivas, da ideia do trabalho como também sendo formador dos sujeitos, dos momentos em que a mística se faz presente, entre tantas outras características do Movimento, geraria conflitos na compreensão das aprendizagens e desorientação educacional.

Por esse motivo é que o próprio Movimento teve o cuidado de adentrar na educação dos sujeitos Sem Terra, e criou uma pedagogia própria, que extrapola e ultrapassa a ideia de educação formal que, geralmente, se tem na sociedade, sendo uma delas é a questão de que é preciso estar na sala de aula para aprender. No entanto, o Movimento considera que o aprendizado está para além da sala de aula, uma vez que ele acontece a todo momento e em qualquer lugar dentro do Movimento. É uma pedagogia em movimento, por isso, há sujeitos que não frequentaram escolas, mas que possuem uma diversidade de conhecimentos, pois aprenderam com a vida, na luta pela terra, aprenderam assim com a realidade, com a prática refletida. Pois a luta pela terra tem esse caráter de formação humana, de formação política. Segundo Lage:

De fato, nem todos os assentados e acampados passam por um processo de formação política formal, mas o fato de se terem organizado para a ocupação, terem vivido no acampamento e participado das várias ações e mobilizações do Movimento, a aprendizagem política, torna-se uma prática, quase inesquecível para a maioria dos Sem Terra e com uma perspectiva forte de realidade. (LAGE, 2008, p. 502).

De fato, concordamos com Lage (2008), quando ressalta que todo o Movimento é espaço pedagógico, a todo momento os sujeitos Sem Terra estão aprendendo e trocando saberes. Lembro-me do período da pesquisa que fiquei observando as formações no Centro de Formação Paulo Freire, localizado no assentamento Normandia em Caruaru-PE, das inúmeras trocas de aprendizados entre os sujeitos. Era impossível não notar em suas conversas mesmo fora da sala de aula, ou seja, quando estavam em um momento de descanso (um intervalo) das formações do centro, que os sujeitos compartilhavam conhecimentos sobre colheita, como por exemplo as melhores formas de colher, a época boa e o solo para plantar, o que se consegue ser mais fácil de brotar em cada região, entre tantas outras trocas de conhecimento, aprendendo e ensinando mutuamente, confrontando teoria e prática constantemente.

Compreendendo que é necessário que os sujeitos Sem Terra se apropriem dos conhecimentos escolarizados, mas sem esquecer que, por meio de um outro tipo de educação, o Movimento cria sua pedagogia que perpassa todos os níveis escolares, da educação infantil com o destaque para a ciranda, passando pelo fundamental, médio e EJA- Educação dos Jovens e Adultos, o Movimento estabelece formas e objetivos a serem alcançados. Segundo o MST:

Um primeiro e importante aspecto de nossas idéias sobre a escola de educação fundamental, refere-se à estrutura orgânica escolar. Buscamos exercitar a gestão coletiva, isto é, a participação organizada, da comunidade assentada ou acampada, dos educadores- entendendo estes como todos os sujeitos que trabalham na escola, e dos educandos, nos rumos de seu processo educativo. Buscamos romper com aquela visão hierárquica que determina o diretor como sujeito central, seguido pelos professores e alunos. [...] Os assentamentos e acampamentos devem participar ativamente desde a elaboração do projeto escolar, seus desdobramentos até as atividades concretas. Entre comunidade e escola é importante que exista um diálogo profundo. A escola deve auxiliar no desenvolvimento local, refletindo suas questões, ao mesmo tempo em que busca alternativas concretas. [...] A comunidade tem o direito e o dever de participar permanentemente da construção escolar, desde seus aspectos pedagógicos, econômicos, culturais e políticos. Os educandos estão no centro do processo educativo, e é para eles que nossas ações precisam voltar-se. Não os considerando seres passivos, mas participantes tanto no sentido da construção do conhecimento, quanto da dinâmica escolar. [...] O segundo aspecto que orienta o modo de fazer escola tem como base as várias dimensões do ser humano. [...] a escola tradicional sempre considerou o saber científico como o mais importante, se não seu único foco de trabalho. A escola que necessitamos considera este saber fundamental, mas atua também em outras dimensões como a convivência, a arte, o trabalho, o lúdico, a estética, a política. A isto chamamos de ambiente educativo, [...] O terceiro eixo articulador de nossas escolas refere-se ao

trabalho, dado seu grande potencial educativo. [...] é importante que a escola reserve tempo para que os educandos possam desenvolver atividades práticas, conforme a realidade da escola permitir, que podem variar desde a limpeza até as práticas agrícolas, administrativas e políticas. [...] O quarto e último aspecto [...] diz respeito ao estudo. É fundamental que a classe trabalhadora se aproprie do conhecimento. Cada vez mais ele se faz fundamental na luta de classes, podendo servir como instrumento de opressão ou de libertação. Por isso, nossas escolas não podem abrir mão dos saberes e de desenvolver o gosto pelo estudo. (MST, 2004, p. 35-37).

O MST preocupa-se com o tipo de escola e de formação dos sujeitos do Movimento. Para o Movimento, a educação escolar tem que estar atrelada à realidade vivida, partindo dela e exercitando a interdisciplinaridade entre os conhecimentos existentes. É uma troca mútua de saber entre os educandos e os educadores, que trabalham os conhecimentos tradicionais e populares sem uma verticalização, sempre em uma perspectiva horizontal, respeitosa, articulada, prática e que traga significado para a vida desses sujeitos.

Nesta perspectiva de uma educação outra, que leva em conta o diálogo entre comunidade-escola, que promova a auto-organização dos educandos, levando em consideração a relação vivida de cada um, trabalhando teoria e também prática, uma vez que o trabalho também é formativo, consegue-se chegar aos aspectos fundamentais da escola do Movimento, tratando os aspectos fundamentais para a formação humana. Assim, a escola do assentamento e acampamento deve desenvolver a mística, destacar os valores, as habilidades práticas e artísticas, voltar também seu olhar para o trabalho, o lazer, a ecologia, o planejamento, a cooperação, a dimensão humana, e a autonomia dos sujeitos, para assim, a escola contribuir de fato na vida desses militantes, na medida em que estes possam articular teoria e prática, saber científico e saber popular, possibilitando assim, o enfrentamento da luta e das problemáticas do cotidiano.

A pedagogia do Movimento é uma pedagogia contra hegemônica, uma pedagogia que está voltada para a formação humana. O MST atualmente, segundo dados do próprio movimento, possui um total de mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes e jovens e adultos com acesso à educação, 50 mil adultos alfabetizados, 2 mil estudantes em curso técnicos e superiores, e mais de 100 mil cursos superiores em parceria com Universidades Públicas por todo o Brasil¹⁴. No entanto, toda esta organização e construção de pensamento dessa escola, se deu por meio de muita luta e resistência. Segundo Caldart:

¹⁴ Informações retiradas do site do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/educacao/> acesso em: março de 2019.

[...] as primeiras preocupações e iniciativas educacionais realizada nas ocupações e acampamentos já do começo da década de 80 no centro-sul do país, [...] Trata-se do *Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento*, que aconteceu em julho de 1987 no município de São Mateus, Espírito Santo, organizado pelo MST para começar a discutir uma articulação nacional do trabalho que já se desenvolvia, de forma mais ou menos espontânea, em vários Estados. Participaram professores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Para entender melhor o sentido dessa trajetória, é necessário também aqui identificar algumas marcas principais [...] A primeira marca é a da própria decisão do MST de lutar por escola. [...] A segunda marca [...] diz respeito ao jeito de fazer essa luta. [...] O nascimento do MST traz a marca de um outro jeito: ocupar a terra, criar o fato político e então fazer audiências, negociar, prosseguir a luta. Em relação à escola, o processo não foi diferente. [...] ocupar escola significava primeiro organizá-la por conta própria, começar o trabalho e os registros formais já sabidos como obrigatórios, mesmo que em condições materiais precárias, e então iniciar as negociações com os órgãos públicos para sua legalização. [...] A terceira marca é a da constituição dos coletivos de educação. Desde o início, o jeito de organizar o trabalho de mobilização e de reflexão sobre a escola [...] foi através da organização das chamadas equipes de educação, geralmente compostas pelas professoras e outras pessoas da comunidade [...] que tivessem sensibilidade para a questão. Em alguns casos, logo foram envolvidas também as crianças e jovens; em outros, isso foi fruto do amadurecimento da própria proposta de educação do Movimento. [...] Não demorou muito para que as equipes de educação locais fossem transformadas em uma articulação dos acampamentos e assentamentos entre si, ampliando-se depois para regiões e chegando então à constituição do chamado coletivo estadual de educação. [...] ter um coletivo de educação ajudaria a conquistar outras escolas. [...] a ideia de que a questão da educação é algo a ser pensado e implementado através de coletivos tornou-se prática comum e depois princípio organizativo que permanece até hoje. E a quarta marca é a do início da discussão sobre o que escola interessa aos sem-terra. (CALDART, 2012, p. 242-248).

Como podemos notar no estudo de Caldart (2012), o nascimento da discussão pela escola do Movimento foi repleta da utilização de várias estratégias, entre elas a pressão perante o Estado por meio de ocupações e marchas, por exemplo, uma vez que sabiam que a luta pela terra iria demorar, era urgente a presença das escolas para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as rurais Sem Terra. A história nos mostra que foi longo o percurso, cansativo e também inspirador e motivador, pois a luta por essa outra escola era preciso, e de fato se deveria fazer por todos e todas que compõem e participam dessa luta.

Nesta direção, percebemos que a realidade vivida dos sujeitos Sem Terra é o ponto de partida para construção dessa escola, um outro tipo de escola, que procura envolver os sujeitos e valorizar os mesmos, dentro do processo educativo. A realidade dos acampamentos e assentamentos são matéria prima para o trabalho pedagógico, que procura desenvolver o sujeito autônomo, capaz de pensar resoluções dos problemas que os envolvem, capazes de fazer a relação teoria e prática, procurando dialogar e refletir

sobre as questões que os envolvem. O MST inspirou-se nas teorias da Educação Popular que nutriram as bases epistemológicas da educação do próprio Movimento.

4.4 EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular surge no Brasil a partir de projetos e interesses do governo de alfabetização dos jovens e adultos, com o objetivo de instruir a população, uma vez que a chegada de indústrias estrangeiras e vários investimentos internacionais exigia uma nova reorganização na população do país. A expansão das políticas neoliberais necessitava de que a população brasileira tivesse um mínimo de instrução escolar, para trabalhar e conseguir efetuar suas atividades no emprego de maneira satisfatória para seus patrões, e favorecer o sistema financeiro. Nessa direção aparece diversos projetos de educação para o povo brasileiro no intuito de instruir para o mercado de trabalho.

O Movimento de Educação de Base (MEB) de 1961, pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) foi um movimento que contribuiu de forma significativa para as primeiras instruções para população brasileira. O objetivo central do Estado na época, manter um o sistema educacional brasileiro, para construir mão de obra barata, especializada e alienada para o mercado de trabalho, favorecendo o crescimento econômico do país e o sistema neoliberal. Neste sentido, foi sendo implementado na consciência das pessoas que estudar e passar pela escola era preciso, mas o que realmente estava escondido, nas intenções do Estado era formar mão obra para geração do capital. Assim, por meio de ideologia (entendida aqui, como uma falsa visão da realidade, como mostrou Karl Marx, Luís Althusser e outros pensadores), através de um dos principais Aparelhos Ideológicos do Estado, a escola, foi sendo repassado que todos deveriam procurar se escolarizar, com isso, formava assim, a sociedade que os dominantes desejavam ter: força produtiva barata para o mercado. Segundo Linhares, Mesquida e Souza:

Ocorre que: o aparelho escolar contribui, com a parte que lhe cabe, para reproduzir as relações sociais de produção capitalista na medida em que: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa, além de ensinar a diferentes crianças, diferentes padrões de comportamento, dependendo da classe que ela pertença e do trabalho que

ela realizará. (Esse raciocínio, da escola como aparelho que forma, que molda o sujeito e lhe inculca pensamentos de submissão ao sistema vigente, será importante para justificar a manutenção da classe burguesa como classe dominante, material, política e ideológica). (LINHARES, MESQUIDA, SOUZA, 2007, p. 1497).

Nesta direção, buscando uma formação frágil de trabalhadores para o subemprego e fortalecimento do mercado capitalista, estavam inseridos nas intencionalidades dos projetos de alfabetização da época aqui mencionada, no período da industrialização brasileira.

Entretanto, em meio a todo este contexto de efervescência social, advindo das transformações da industrialização no país e as exigências do mercado para a redução do analfabetismo, os sujeitos mais instruídos para o trabalho foram-se necessários politicamente. Emergiu uma Educação Popular diferente daquela que os governantes pensavam: uma educação do povo e com o povo, seguindo princípios humanísticos, liderada aqui no Brasil, pelo professor Paulo Freire. Este vai além, e não pensa em apenas alfabetizar a população apenas por alfabetizar; ele pensa em formar os homens e mulheres pensantes, críticos e reflexivos capazes de ler o mundo, captarem as mensagens implícitas e não só decodificar as palavras escritas, mas como também perceber a opressão que sofrem e tentam se libertar a si e aos outros. Segundo Freire:

A violência dos opressores que os faz também desumanos, não instauram uma outra vocação- a de ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos- libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, este poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. (FREIRE, 1987, p. 16-17).

Visando a emancipação e conscientização dos sujeitos colocados à margem social, sua libertação e a libertação do opressor nessa estrutura social de cunho mercadológico, o professor Paulo Freire se destaca em sua concepção e prática de alfabetizar jovens e adultos no Nordeste. Sua pedagogia dissemina esperança de igualdade e a luta em busca de justiça social para todos. Seus pensamentos e seu trabalho pedagógico lhe custaram o exílio, pois suas propostas educacionais eram consideradas subversivas e perigosas para a época em que o país estava, período de ditadura militar.

Sua educação e método propostos eram pensantes, utilizando a criticidade e reflexão para a leitura de mundo e, por isso, era considerado um ato de rebeldia contra o modelo de governo ditatorial da época, que a qualquer custo queria impossibilitar passos para libertação de homens e mulheres, utilizando-se assim, de repressões e controle do Estado, por meio da polícia, exército e atos institucionais criados.

Após fim da ditadura militar, o professor Paulo Freire e outros presos políticos, autores, artistas, entre outras pessoas influentes da época, que estavam exilados nos países vizinhos, retornam ao Brasil, em busca de fazer junto com o povo brasileiro a redemocratização, em busca de direitos e justiça, lutando em coletividade e com os movimentos sociais.

A Educação Popular é construída a partir das realidades populares (contexto, cultura, e lutas), a qual busca conscientizar as pessoas a participação social, posicionamento político, desenvolvendo um pensamento ainda mais crítico e reflexivo sobre a leitura de mundo e o contexto social em que o sujeito está inserido. É uma educação pouco valorizada no meio científico, pela educação escolar que, em geral, privilegia uma educação tecnicista e funcional. Pois, a educação popular tem como princípio um conhecimento contextualizado que valoriza a reflexão, cujos conteúdos emergem dos problemas do cotidiano das pessoas, do lugar em que elas estão inseridas, suas experiências e conhecimentos prévios. O diálogo constitui-se fundante, estabelecendo assim, por meio do educador popular, uma aproximação entre os saberes populares e os saberes científicos. Segundo Brandão:

[...], a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a educação popular não se propõe originalmente com a forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. (BRANDÃO, 2006, p. 75).

Nesta direção, Coelho e Nunes compreendem: “[...] a educação popular como aquela prática pedagógica que trabalha com as necessidades e saberes das classes populares”. (COELHO e NUNES, 2005, p. 1). E, por pressão e lutas dos Movimentos Populares que fazem surgir a educação popular, essa educação valoriza a cultura e as condições de vida desses sujeitos da classe trabalhadora. Segundo Coelho e Nunes:

A educação popular nasce nos movimentos populares, e atualmente tem como principal objetivo fortalecer tais movimentos. [...] A Educação Popular surge de

movimentos experiências vivenciadas em movimentos populares; sendo uma forma de educar diferenciada porque é uma educação que vem das camadas desfavorecidas, ou seja é pelo povo que ao realizá-la se educa. [...] Então podemos dizer que a prática em educação popular acontece quando educandos e educadores se assumem como sujeitos transformadores agindo sobre a realidade a qual estão inseridos. Essa orientação escolar é ainda um desafio quando pensamos a escola pública. (COELHO e NUNES, 2005, p. 2-3).

Acreditamos que um dos principais desafios encontrados na educação popular é ser reconhecida na sociedade como um saber que tem validade, pois o saber popular quanto o científico ambos têm importância, são diferentes, contudo não podem ser vistos dentro de uma relação de hierarquização. Ou seja, percebemos uma resistência da sociedade para com a educação popular, de forma que o sistema escolar não aceita, ou pelo menos aceita mas não valida esses saberes nas instituições escolares (pois como sabemos o Estado tem como seu objetivo maior, o controle e formação da sociedade que se deseja ter, ou seja, uma sociedade obediente, alienada e acomodada).

Ainda compartilhando das ideias de Coelho e Nunes sobre as instituições escolares que se tem: “a visão trabalhada na escola não é a dos educandos, mas sim a visão que os educadores tem sobre as questões da realidade. Não existe troca de conhecimentos, ou vivências compartilhadas, é imposto um ensino que nada tem haver com a vida dos alunos”. (COELHO e NUNES, 2005, p. 3). O que acaba deixando a escola desinteressante, levando também ao abandono dela por parte de muitos sujeitos, que não se reconhecem ali, não se veem, não conseguem entender e fazer relação alguma com sua realidade de vida.

A educação popular proporciona a libertação dos empobrecidos e um importante crescimento humano dos indivíduos que vivenciam essa prática pedagógica de forma que estes passam a lutar por seus direitos, contra as injustiças sociais e refletindo sobre o meio que está inserido e todas as questões e problemas sociais encontrados em sua localidade e no mundo. Segundo Gohn:

A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social. Nesse cenário, observa-se uma ampliação do conceito de educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc. Com isto um novo campo da Educação se estrutura: o da educação não formal. Ela aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das

escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc. (GOHN, 2011, p. 17-18).

Nesse sentido, a Educação Popular é uma prática libertadora, um ato político que proporciona uma visão crítica da vida. Ela parte da realidade concreta dos sujeitos, por meio de um processo coletivo e planejado, levando em consideração a visão de mundo dos educandos como ponto de partida, articulando saber popular e científico. É uma educação que busca uma alternativa solidária, que suas ideias são contra o capital, e que por meio do diálogo compartilha de um sonho de uma sociedade mais justa, sendo ela assim, teoria e também prática. Para Hurtado:

[...] A educação popular, constitui uma corrente de pensamento e ação dentro do campo das ciências sociais, particularmente da pedagogia, que trabalha [...] como o campo “do popular”, e como tal, não pode ser reduzido a meras modalidades, aspectos parciais, métodos, etc. A educação popular, então, é uma proposta teórica e prática, sempre em construção [...]. Sua visão é integral, comprometida social e politicamente. [...] de uma posição ética humanista. [...] uma posição epistemológica de caráter dialético, rejeitando, [...] o velho, tradicional, [...] marco positivista. [...], desenvolve uma proposta metodológica, pedagógica e didática baseada na participação, no diálogo, na complementação de diversos saberes. [...] uma opção política que vê o mundo a partir da ótica dos marginalizados e excluídos, e que trabalha em função de sua libertação. (HURTADO, 2009, p. 94).

De fato, como explicita Hurtado, a Educação Popular possui uma visão de mundo crítica, integral, reflexiva, comprometida com a transformação sociopolítica, que possui uma metodologia com base na prática-dialógica que parte da realidade vivida, problematiza e não hierarquiza os conhecimentos. O MST assume esse caminho em sua pedagogia, comprometido com uma educação que ajude a pensar criticamente a sociedade existente, possibilitando uma leitura de mundo reflexiva que contribui com a formação dos sujeitos do Movimento, para que estes se reconheçam no mundo e se percebam como sujeitos históricos de direitos adquiridos e ainda a serem conquistados, tornando-se protagonistas socioculturais.

4.5 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: INSPIRAÇÃO BASILAR DA MÍSTICA DO MOVIMENTO

A década de 50 e 60 é marcada por grandes modificações na sociedade, a grande ênfase no desenvolvimento industrial beneficia a burguesia e promove a exclusão das massas na América Latina, ocasionando assim, na população mais carente, sentimento de revolta e busca por justiça, uma vez que a população necessitava de uma modificação na estrutura social e econômica. Configurava-se assim a teologia desenvolvimentista, reforçada e apoiada pelas ditaduras militares, também como forma de controlar a população. Nesse sentido, em busca de uma modificação do cenário que se encontravam, as populações apoiadas por membros da Igreja Católica, que buscavam uma mudança de consciência mais crítica para a população pobre e marginalizada, acabavam ajudando no fortalecimento de percepção das causas estruturais do subdesenvolvimento e no despertar dessas pessoas para a existência de classes, classes essas divididas entre opressores e oprimidos. Segundo Westphal:

A teologia do progresso acreditava no desenvolvimento dos povos subdesenvolvidos através da aplicação de tecnologia e dos favores dos países ricos. Inclusive, o Concílio Vaticano II estaria inserido no pensamento da teologia desenvolvimentista. Essa teologia não considera a conflitividade do mundo, pois assume uma atitude apriorística positiva para com o mundo, por ser fruto da educação de um ambiente eclesial burguês. A consciência sociológica, que o Primeiro Mundo é rico em função da pobreza do Terceiro Mundo, exigia uma ruptura e libertação a esse esquema de dependência. Assim, a teologia desenvolvimentista foi superada em favor dos fundamentos da teologia da libertação. [...] em um congresso no México, em setembro de 1969, quando reuniu-se sob o tema “Fé e Desenvolvimento”. A teologia latino-americana conquistou sua autonomia, passando a articular um discurso voltado à questão da injustiça no continente. [...], não pode ser desconsiderado que toda a sociedade, incluindo a igreja, vivia um período de ebulição social, e que o momento histórico favorecia as primeiras reflexões no sentido libertador. O Concílio Vaticano II, (1962-1965), que transcorreu num clima de liberdade, favoreceu os teólogos latino-americanos a uma articulação teológica autônoma. (WESTPHAL, 2011. p.72-73).

Em meio à ebulição social da época emergiu a teologia da libertação para ajudar a entender e interferir nesse momento histórico. Os teólogos da libertação tais como: Gustavo Gutiérrez, Segundo Galilea, Juan Luiz Segundo, Lucio Gera, José Comblin e Leonardo Boff. Como protestantes destacaram-se: Emílio Castro, Júlio de Santa Ana, Rubem Alves e José Miuez Bonino, todos buscavam essa reflexão crítica da realidade.

A crescente desigualdade social, gerando a exclusão dos mais pobres, a dominação que se encontrava o Brasil no regime militar, impulsionou essa tomada de consciência da massa, forçando o surgimento dessa nova teologia. Rubem Azevedo Alves (1933-2014) importante educador, escritor, teólogo e ex-pastor presbiteriano brasileiro, afirma em uma de suas entrevistas, que ainda quando pregava, e em meio à situação emergencial que se encontravam na época, passou a ver como missão transformar o Brasil. Antes ele e muitos outros teólogos da libertação queriam salvar as almas do inferno, para ir para o céu, mas diante da realidade da época passou a não acreditar no céu ou no inferno, transformando sua fé em política, afim de salvar os pobres. Para Leonardo Boff:

A teologia da libertação não nasceu voluntaristicamente. Constitui-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característica dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irrompeu agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica. [...] A teologia da libertação nasceu com o propósito de respostas aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que articula em outros campos da vida do povo. (BOFF, 1980, p. 29-30).

De fato, como explicita Leonardo Boff, o surgimento da teologia da libertação teve como propósito principal contribuir para o despertar de uma maior criticidade sobre a realidade, através da experiência vivenciada, como também defender os desprotegidos contra o aparelho militar de dominação e repressão. Segundo Camilo:

[...] foi a partir da década de 1960 que dois acontecimentos importantes influíram para um maior envolvimento de uma parte do clero católico com a questão social no Brasil: o Concílio Vaticano II e o Golpe Militar de 1964. Esse segmento dentro da igreja Católica brasileira passou a se posicionar mais firmemente contra os problemas econômicos e sociais que estavam atingindo o país e, quando os militares tomaram o poder e implementaram um regime autoritário dentro do país, passaram a ser duramente perseguidos. [...] O envolvimento pastoral com a questão social já vinha se organizando em boa parte do mundo católico mesmo dentro da doutrina social da Igreja, mas em 1968 durante a Conferência de Medellín (II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano) esse envolvimento ficou mais sistematizado com uma diretriz básica: a opção preferencial pelos pobres. (CAMILO, 2011, p. 2).

Definido assim, que a preferência da Igreja seria ficar do lado daqueles/as que mais precisam, os pobres. Mesmo que isso coloque em risco a segurança dos teólogos, agentes de pastoral em seus múltiplos ministérios em algumas situações. Pois o amor e a sensibilidade pela causa dos mais necessitados devem manter-se vivos, levando esperança e dando força para os pobres, na medida em que vão refletindo sobre as novas urgências. Segundo Boff:

Deverá o teólogo assumir decididamente sua dimensão profética e viver um compromisso com a libertação que pode significar perigo pessoal, mas também o preço de sua fidelidade à voz de Deus e dos oprimidos. [...] A teologia da libertação nasceu de uma profunda experiência espiritual: a sensibilidade e o amor pelos pobres que compõem a enorme maioria de nosso continente. [...] o amor é a práxis, não teoria. [...] Na tentativa de uma descrição da teologia a partir do cativo e a libertação, poderíamos dizer: é refletir criticamente à luz da experiência cristã de fé sobre a práxis dos homens, principalmente dos cristãos, em vistas da libertação integral dos homens. (BOFF, 1980, p. 44-45).

Como afirma Boff, essa libertação integral é resultado da reflexão feita criticamente, sob à luz de um horizonte, de uma determinada experiência. “A teologia da libertação deve considerar a racionalidade própria de cada passo, fazer juízos prudenciais sobre a viabilidade de seus projetos e levar em conta o regime geral de cativo”. (BOFF, 1980, p.47).

Neste sentido, a teologia da libertação nos mostra que é necessário perceber as opressões que se encontram os sujeitos, naquele determinado contexto, para que se possa ter uma visibilidade mais completa e clara dos projetos de dominação da população pobre de quase todos os países latinos.

Mas como surgiu o interesse para a formação de uma outra teologia, que estivesse mais voltada para o cuidado dos sujeitos pobres e os problemas sociais na América Latina? Em sua obra intitulada: “O povo de Deus”, José Comblin (2002) também mostra como essa teologia, surgida e voltada para o povo na América Latina, foi ganhando força e se estruturando. Segundo Comblin:

[...] A razão social foi o despertar do próprio povo latino-americano, mantido em silêncio durante 400 anos. No início do século XX começaram a aparecer movimentos sociais muitas vezes liderados por uma nova classe intelectual-ainda minúscula mas consciente-, que formulou o projeto de conscientizar as massas populares e fazer delas agentes da própria libertação. [...]depois de 1950 começaram a crescer muito- a ponto de chamar a atenção dentro dos recintos da igreja tão bem protegidos. Foi então que apareceu uma nova geração de sacerdotes e religiosos e, do meio deles, uma geração de bispos proféticos. Eram poucos, mas dotados de força espiritual incomum. Quiseram primeiro conhecer a realidade humana das suas paróquias e dioceses. [...]indo para a realidade, descobriram que essa realidade era a pobreza. Na América Latina a pobreza era realidade escandalosa. [...] Muitos dos bispos que tomaram consciência disso registraram sua preocupação em Medellín e Puebla. (COMBLIN, 2002, p. 88-89).

A busca por conscientização e a procura pela realização de ações para com o problema da pobreza na América Latina, podia ser expressa na palavra povo, que procurava recuperar sua dignidade, como também, era uma palavra muito usada para

facilitar as relações entre os teólogos militantes e massa religiosa da época. Segundo Comblin, o termo povo:

evocava a multidão oprimida por uma classe dominadora e exploradora. Povo era também o mundo da pobreza. Povo era a verdadeira Igreja porque a massas pobres eram as mais apegadas à Igreja. Povo era a solidariedade e a unidade na conquista de um mundo diferente. Povo era essa energia latente que já despertava. Povo também era emancipação da colonização, independência da colônia ou situação colonial. Povo era o novo sujeito da história, era a humanidade libertada. Tudo isso ao mesmo tempo. [...] A palavra povo era também a palavra central do programa de todos os movimentos populistas. [...] O conceito de povo de Deus facilitava o entrosamento dos teólogos, dos militantes católicos e da massa religiosa nos movimentos sociais, populistas ou socialistas. (COMBLIN, 2002, p. 94).

Na Teologia está presente a ideia de que não é preciso esperar a morte para ganhar uma vida de bonança e felicidade no céu. O céu, segundo a Teologia da Libertação, começa aqui na terra e, por isso, todos têm direito a uma vida digna com direito à terra, saúde e educação.

A teologia de libertação finca suas pilastras epistemológicas a partir: 1) da compreensão da presença ofuscada de Deus na pessoa do empobrecido que clama por justiça e dignidade; 2) da leitura bíblico-teológica pela mediação marxista e não pela teoria da dependência e pela estrita exegese sob os ditames canônicos do magistério eclesiástico; 3) da vivência da fé transcendendo os muros religiosos, cujo penhor é a transformação da sociedade, a emancipação dos sujeitos e os cuidados criteriosos com a criação.

Sob este diapasão compreensivo, as ações das igrejas cristãs na América Latina são revestidas de uma racionalidade da fé abrangendo: um agir ético seguido de um agir técnico e político transformador. Tudo isto forjado pela leitura teológica do Jesus histórico, enviado pelo Pai para anunciar que o Reino de Deus já está no meio de nós; que Ele veio prioritariamente libertar os que estão à margem das reais condições de uma vida digna.

Enfim, trata-se de uma teologia que privilegia o entendimento de que “... o único lugar em que podemos encontrar o Deus vivo e experimentar a presença de Deus é aqui e agora. É por isso que todos os autores espirituais dão especial destaque à vivência do momento presente” (NOLAN, 2008, p. 149). Desse modo, potencializando novos aprendizados, leituras de mundo contextualizadas e impulsionando comprometimentos efetivos e transformadores por parte dos seus crentes e dos ativistas dos movimentos sociais. Segundo Libanio, a teologia da libertação tem como categorias centrais:

A leitura sociopolítica da revelação, sem esquecer naturalmente a dimensão teológica. Tenta mostrar como já na própria revelação o fato político aparece e seu

mais amplo conhecimento possibilita um captar melhor o sentido da palavra de Deus. [...] Em outros termos, a teologia da América Latina introduz três categorias fundamentais para ler a revelação: a *contextualização sociopolítica*, a *práxis* e as *mediações socioanalíticas*. É a entrada de tais categorias na compreensão da revelação que caracteriza a originalidade e peculiaridade dessa teologia. A contextualização sociopolítica permite, como se viu acima, conhecer os condicionantes sociais da palavra de Deus, enquanto palavra humana. Eles mostram limites e possibilidades de tal palavra. [...] A práxis desvela outra faceta do pensamento. A filosofia da práxis tem demonstrado sobrejamente a profunda relação entre pensamento e práxis. Um estudo da revelação que prescindisse da práxis que subjaz às ideias desconheceria elementos importantes da própria revelação. E, por sua vez, a práxis vem carregada de subjetividade, valores, ideias, que necessitam ser desvelados. Tais reflexões sobre a contextualização e a práxis pedem mediações socioanalíticas coerentes que permitam fazer tal operação de maneira correta e pertinente. Por isso, tais mediações interferem no estudo da revelação. (LIBANIO, 1992, p. 445).

Como nos mostra Libanio (1992), tendo a teologia da libertação essas três categorias centrais: a contextualização sociopolítica, a práxis e as mediações socioanalíticas, não poderia deixar de causar maior desconcerto entre as elites da América Latina, compactuantes do sistema neoliberal.

Não é à toa que o MST tem como inspiração a teologia da libertação, pois esta contribui de forma direta para o questionar das desigualdades sociais existentes, bem como auxilia a manter vivo os seus propósitos enquanto Movimento. Fazer análise da situação real vivida do momento e contexto, colocando em prática seus valores e ideias, provoca desconforto naqueles que têm privilégios e, ao mesmo tempo, que provoca contentamento nos oprimidos. Segundo Gustavo Gutiérrez:

[...] Refletir a partir da práxis histórica libertadora é refletir à luz do futuro em que se crê e se espera é refletir com vistas a uma ação transformadora do presente. E fazê-lo, porém, não a partir de um gabinete mas deitando raízes lá onde lateja neste momento o pulso da história, e iluminando-o com Palavra do Senhor da história que se comprometeu irreversivelmente com o hoje do devir da humanidade para levá-lo à sua plena realização. [...] a teologia da libertação nos propõe talvez não tanto novo tema para reflexão quanto novo modo de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da práxis histórica é assim uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto também da porção dela- reunida em eclesia- que confessa abertamente Cristo. Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se – no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de uma nova sociedade, justa e fraterna- ao dom do reino de Deus. (GUTIÉRREZ, 1986, p. 27).

De fato, como afirma Gustavo Gutiérrez (1986) o homem contemporâneo tem percebido o processo de transformação social desigual que vem ocorrendo, e refletir sobre estas diferentes realidades postas, ajuda a pensar em modificações. Por esse caminho que o MST seguiu, na busca por justiça social, refletindo as realidades vividas

das classes sociais, com o apoio e influência da Teologia da Libertação, tem consigo elementos da Igreja Católica que os fazem avançar na luta, pois este Movimento preserva: o “espírito missionário” cuidando e semeando suas ideias de justiça social, com grande comprometimento com os menos favorecidos, utilizando-se também dos símbolos nas místicas como modo de se pensar estratégias anunciando sonhos e horizontes utópicos. Assim, a dimensão da mística no Movimento deve-se por causa da grande influência da igreja na construção e apoio ao MST, bem como este movimento social na luta pela terra serviu-se dessa ancoragem e ressignificou, traduzindo-a, mediante, as tensões e especificidades de cada contexto que impele de justiça social, pertencimento de grupo e ressignificação individual e coletiva perante as lutas. Segundo Nadir Lara Junior:

Outro elemento que também contribuiu para o surgimento da TdL foram os religiosos (jesuítas, dominicanos, franciscanos, capuchinhos), religiosas (de várias ordens femininas) e o clero regular que estava sensível às questões sociais, pois estavam em contato com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Muitos desses religiosos eram missionários europeus (destaque aos espanhóis e franceses) e norte-americanos que ajudaram a refletir e a construir a teologia da libertação. Outros dados que marcam a origem da teologia da libertação (TdL) são as propostas de mudanças internas na Igreja Católica propostas no concílio Vaticano II (realizado de 1962 a 1965), os documentos dos Conselhos Episcopais Latino Americanos (CELAM), realizado em Medellin- Colômbia (1986) e em Puebla- México (1979) nos quais os bispos, já influenciados pela TdL, assumem uma opção preferencial pelos pobres em suas ações pastorais. Essa opção, a princípio religiosa, também se torna uma opção claramente política, pois eles não se propõem mais a estar somente ao lado das elites. [...] A partir do conceito de libertação, os teólogos latino-americanos ganham mais força para refletir sobre as noções centrais do cristianismo como, por exemplo, a salvação. Esse elemento doutrinal foi compreendido à luz do contexto social da América Latina. Eles propõem não mais uma salvação etérea e desvinculada da realidade como a Igreja conservadora propunha até então, mas, pelo contrário, afirmam que a salvação acontece dentro da história, do cotidiano do povo que luta por sua libertação. (JUNIOR, 2010, p. 25-26).

Como percebemos na escrita de Nadir Lara Junior (2010), em seu estudo de doutorado, a Teologia da Libertação surgiu por meio de várias influências e acontecimentos da época, tomando como base e ponto de partida essa libertação dos oprimidos das forças opressoras do sistema desigual. As diversas reuniões acontecidas apontavam para a urgência de se tomar partido para com aqueles mais necessitados, e assim, fazendo uso dessa corrente teológica, os teólogos da libertação pregavam por meio da palavra a necessidade de acabar com a exploração dos pobres. Para eles, os cristãos deveriam lutar por sua libertação, lutar contra as amarras do sistema capitalista

que produz desigualdade, pois a sua salvação acontece aqui e agora, dentro da história, e não quando morressem.

Nesta direção, os teólogos da libertação partia do pressuposto que, se Cristo veio ao mundo para libertar os pobres, a Igreja deveria fazer o mesmo agora, iniciar sua luta para libertação dos mais carentes. E por meio da politização das relações sociais, com a pregação do Evangelho, numa perspectiva libertadora, ajudaria o povo a refletir a realidade vivida e auxiliar na organização destes, para que assim assumissem um posicionamento político na sociedade. Segundo Nadir Lara Junior:

Para que essa mobilização popular ocorresse, criaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como um ponto de referência para o povo pobre se organizar e refletir sobre sua realidade. [...] As CEBs se organizam em pastorais que são trabalhos de organização popular e religiosa de acordo prioritárias da comunidade, por exemplo: saúde (pastoral da saúde); jovens (pastoral da juventude); criança (pastoral da criança) etc. Nessas pastorais, as pessoas que querem realizar algum tipo de trabalho político-religioso irão se filiar para militar de acordo com cada necessidade. A partir da ação dessas pastorais das CEBs inauguram-se importantes organizações sociais no Brasil, a saber: o MST surge a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Partido dos Trabalhadores (PT) da ação pastoral de várias pastorais da Igreja Católica; A Central Única dos Trabalhadores (CUT) da ação da Pastoral Operária. No caso específico do MST essa influência das CEBs se deu obviamente, por meio da CPT que influenciou diretamente na constituição do movimento. Mesmo depois que o movimento se tornou autônomo da Igreja, certos elementos permaneceram no movimento, como a mística, o projeto político que mantém traços desse modelo cristão. (JUNIOR, 2010, p. 28-29).

Como vimos na fala de Nadir Lara Junior (2010) a opção política comprometida para com os pobres é visível. Todos esses encontros realizados pela Igreja Católica, serviam para além de traçar estratégias e não perder os fiéis, eram também mostrando e denunciando as injustiças sociais ocorridas na América Latina. Assim, via-se uma Igreja mais próxima dos fiéis e do que ela pregava, o amor ao próximo, a solidariedade, a compaixão e fraternidade.

Assim, temos com a Teologia da Libertação a reflexão crítica e libertadora, que propõe aos sujeitos o comprometimento político cristão, que busca traçar caminhos objetivando seus sonhos, sua dignidade e liberdade. Nessa perspectiva teológica o empobrecido ao se enxergar dono de sua própria história, passa de ser um sujeito conformado de suas condições e vira um sujeito que busca suas condições, dono do seu próprio destino.

Para os teólogos da libertação, como o Gustavo Gutiérrez (1975) por exemplo, essa perspectiva teológica tem uma estreita relação entre fé e vida. Para ele, deve existir uma relação estrita entre fé e existência humana, fé e realidade social.

5 LINGUAGEM SIMBÓLICA: EXPRESSÃO DA CONDIÇÃO HUMANA E DAS LUTAS DO MST

5.1 SÍMBOLOS

A vida humana é constituída de vários fatores, alimentação, utilização da linguagem, relações sociais e com a natureza, entre tantos outros fatores, formam e contribuem para a permanência e continuação da vida humana. Por meio da curiosidade e movidos pelo desejo, entendido como a falta de algo, esses são os principais caminhos que mantiveram a preservação da vida humana no planeta. A curiosidade em procurar alimentos e depois cultivá-los, movidos pela falta de alimentos e a necessidade de alimentar o corpo, acaba proporcionando ao homem e à mulher a atitude de pensar, sobre como e o que fazer para manterem-se vivos. Com isso, acabam por observar com cuidado questões de tempo, tipos de solo, dias de chuvas entre tantos outros fatores que proporcionam um bom momento para plantação de seus alimentos.

O pensar sobre como poder modificar determinada situação, como plantar e conseguir que a vontade de comer acabe e pare de mandar avisos ao cérebro de que você precisa reabastecer suas energias com alimento, por exemplo, ativa o imaginário, em que, por meio dele procuramos imaginar possibilidades de soluções para o problema que está ocorrendo, como a falta de alimento no organismo, ou qualquer outro. Nesta direção, ao pensar, imaginamos inúmeras possibilidades de resolução de problemas, de metas para o futuro e/ ou como teria ocorrido se tivéssemos realizado determinada ação de forma diferente do que ocorreu com algo do passado. É curioso como diversos objetos materiais, por exemplo, leva-nos a refletir sobre experiências já passadas ou ainda presentes, criando assim sentidos diferentes sobre um mesmo objeto. O imaginário, é assim expresso por meio de símbolos, como é colocado por Danielle Pitta em sua obra, intitulada: “Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand”. Nesta obra, Pitta mostra que, para Gilbert Durand, os sistemas simbólicos que se produzem são consequências de uma visão de mundo, imaginados e moldados pela própria cultura. Segundo Pitta:

[...]Gilbert Durand vai falar em imaginário e não em simbolismo, pois o símbolo seria a maneira de expressar o imaginário. Frequentemente, para se falar de simbolismo faz-se referência a “sistemas simbólicos”: aborda-se então o simbolismo religioso, político etc. Mas para Durand, esses sistemas simbólicos não são independentes, pois decorrem de uma visão de mundo específica, imaginária, que é a própria cultura. (PITTA, 2005, p. 17).

Nesta direção, como aponta Pitta (2005) seguindo a perspectiva das ideias de Gilbert Durand, o imaginário cria símbolos de diversos significados, ele é então, interno e externo aos sujeitos, pois as ideias criadas e imaginadas são decorrentes de fatores externos do meio social em que vive, sendo a cultura produtora do imaginário. O imaginário é um campo em que se representa experiências vividas presentes e passadas, que fixamos em nossas mentes por meio do coletivo. Como explicar ainda hoje, os olhares por vezes duvidosos sobre a produção do conhecimento que temos nos países da América central e do Sul? Devido à racionalidade do mundo moderno, por ideias excludentes e perversas, se propagou que apenas o velho mundo é o lugar que se deve admirar e ter como inspiração. Aprende-se desde sempre nas escolas, na família e com os ideais, como a valorizar padrões hegemônicos, que são inculcados em nossas mentes como bons, como referências coletivas. Cria-se no imaginário social o que é considerado bom e ruim, belo e feio, o comportamento a ser seguido e o que não seguir, e quando se pensa diferente do que se espera a sociedade, é estranho e não deve ser valorizado, pelo contrário, deve ser combatido, castigado, isolado e silenciado.

Os símbolos têm uma parte visível que representa sentidos, histórias, sonhos e objetivos. Mas existe um conteúdo também implícito em cada simbologia representada, nem tudo em determinado símbolo foi revelado, pois estão ligados também às fantasias e ao subjetivo. Segundo Bogo:

Quando tratamos da utopia, devemos dizer que ela se compõe de fantasias que formulamos e corremos atrás para alcançá-las. Os símbolos estão intimamente ligados às fantasias porque eles “dão formas aos desejos, incitam empreendimentos, modelam comportamentos, provocam êxitos e derrotas”. Os símbolos fazem parte da mística porque eles materializam os sentimentos, as vontades, os sonhos e criam sua própria linguagem, ultrapassando a realidade do visível. (BOGO, 2002, p. 109).

O símbolo faz refletir a realidade por meio da imaginação. Os símbolos despertam sentimentos, vontades, paixões, crenças, valores, mostra um outro plano de consciência que também não é todo desvelado. Entretanto, é significativo atentar para diferenciar o que é símbolo, pois algumas coisas que emitem significados podem não ser símbolos. Como afirma Bogo:

Mas nem tudo o que emite significados pode ser considerado como símbolo. Trata-se, às vezes, de outra coisa que se aproxima do símbolo, mas não é. No Dicionário dos Símbolos, encontramos várias diferenciações de situações que estão muito próximas umas das outras, que às vezes se confundem no seu significado. A) Emblema- “É uma figura visível, adotada [...] para representar uma ideia...” Então, quando falamos e não conseguimos explicar com palavras o que dizemos e fazemos, desenhamos em um papel; estamos fazendo um emblema da ideia que queremos dizer. [...] a marca da empresa pintada no macacão do operário não é símbolo da empresa, mas emblema que a representa. B) Atributo- É uma imagem que dá um significado para uma coisa que existe. “As asas são o atributo de uma empresa aérea; a roda, de uma companhia ferroviária...a balança, da Justiça”. Ou seja, é um acessório que representa a instituição ou sociedade. Então, quando vemos uma balança, vemos também a Justiça, mas somente isso. C) Alegoria- [...] é uma representação, no mesmo nível de consciência, de algo existente, entendível; apenas representado de outra forma. No carnaval, aparecem muitas alegorias para formar as imagens que explicam os temas em desenvolvimento. [...] E) Parábola- “É um relato que possui sentido próprio, destinado, porém, a sugerir, além desse sentido imediato, uma lição moral”. [...] O símbolo anuncia um outro plano de consciência, que não o da evidência racional; é a chave de um mistério, o único meio de se dizer aquilo que não pode ser apreendido de outra forma; ele jamais é explicado de modo definitivo e deve sempre ser decifrado de novo. (BOGO, 2002, p. 109-126).

Cada símbolo tem detalhes que soltam aos olhos das pessoas e com estas estabelecem uma determinada comunicação, de forma que cada sujeito irá procurar o que tem implícito em cada símbolo e, nessa procura, cada vez mais que olhar para este símbolo mais significados irão surgir. Ele reflete a realidade formada pela imaginação.

A bandeira do MST é um símbolo para o Movimento, desde 1987 durante o 4º Encontro Nacional, tornou-se um símbolo que se encontra presente em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Mas não só apenas nos acampamentos e assentamentos, ela está também presente e com grande destaque nas mobilizações e lutas, comemorações e festas, nas casas dos sujeitos, nas escolas de acampamento e assentamento, entre outros lugares, pois esta, carrega diversos significados, que despertam a imaginação e sentimentos a todos os seus membros. Suas cores e desenhos mostram bastante da origem, sentidos e valores do Movimento e dos sujeitos Sem Terra.

Imagem 1. Bandeira do MST.



Fonte: Imagem retirada do site do MST. 2018.

Neste sentido, a bandeira do MST é o símbolo do Movimento e possui significados que são vistos, mas também tem significados que não são totalmente vistos de forma igual por todos. Segundo o Movimento:

Cor vermelha: Representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade.

Cor Branca: Representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos.

Cor verde: Representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos.

Cor preta: Representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade.

Mapa do Brasil: Representa que o MST está organizado a nível nacional e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país.

Trabalhador/Trabalhadora: Representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras.

Facão: Representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência. (SITE do MST, disponível em: <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/> acesso: em 02/2018).

Os sentidos atribuídos a este símbolo, a bandeira do MST, passam entre cada desenho e cor, muitos sentimentos envolvidos que permitem refletir a realidade por meio da imaginação. Nela são mostradas as experiências individuais e também coletivas dos trabalhadores vividas com o movimento. Assim como também os sonhos que

buscam para si e para o coletivo, firmando seus ideais de uma igualdade entre homem e mulher, a conquista de terra para sobreviver, tudo isso, se remetendo às lembranças do passado, mas sem se prender a ele, reconhecendo o quanto foi caminhado e o quanto ainda precisa ser avançado.

Nessa perspectiva, “quanto mais se desenvolve a imaginação, mais o objeto se aproxima da condição de símbolo. Quanto menos imaginação, mais o objeto se aproxima de signo”. (BOGO, 2002, p. 128). Podemos perceber isso quando no livro intitulado “Arquitetos de sonhos” Bogo (2003) destaca em uma conversa entre duas mulheres do Movimento, sobre o que elas percebiam ao olhar para a bandeira do MST, e elas mostram diferentes perspectivas em relação as cores da bandeira.

[...] Então vamos ver desafia Miriam- digam o que vocês enxergam na bandeira. Rapidamente destacam: um círculo branco, com o mapa do Brasil verde, dentro dele um casal, o homem com um facão na mão, o letreiro preto, tudo sobre um pano vermelho. –Agora vejam que esta é a parte visível do símbolo. Como se fosse o embrulho do presente. Mas existe um conteúdo escondido em cada elemento que somente o símbolo pode conter e revelar. O que cada parte citada representa, ninguém sabe na totalidade- declara Mirim. – Vamos ver quem explica porque as cores das letras são pretas e não coloridas. – Assim como o branco simboliza a paz, o preto simboliza o luto pelos companheiros e companheiras que morreram nessa luta- responde Joelma. – E o que mais? Ninguém encontrou outra explicação. –Pois bem. Letras pretas enxergamos em todos os lugares sem terem conteúdo simbólico. Já ouvi uma senhora dizer que a cor preta simboliza para ela a morte do latifúndio. Mas pode representar a noite, quando milhares de famílias partem em busca da terra prometida. [...] – Eis o mistério dos símbolos- retoma Miriam. – Cada um procura o que há escondido neles e, quanto mais procura, mais significado encontra. (BOGO, 2003, p. 333-334).

De fato, como explicitado nesta conversa citada acima, não se tem uma totalidade sobre o conteúdo existente em cada elemento do símbolo, pois esse faz parte do mistério do símbolo. Os diversos detalhes de um símbolo são percebidos diferentes por cada sujeito, uma vez que a simbologia precisa de imaginação, criação e explicação sobre os elementos que compõe o símbolo.

Ao lembrar do passado, das conquistas e das ocupações, emergem também os momentos de dor e da saudade dos/as companheiros/as que se foram, lutando por um futuro melhor, cheios de esperança da vitória contra o latifúndio, e por uma transformação social, se encontram na luta e na caminhada ao contemplarem os símbolos, e fazemos (re)viver momentos de experiências marcantes. Segundo Mette:

[...]há campos de experiência não acessíveis racional(objetiva)mente, mas que encontram expressão adequada através de imagens e símbolos, e que portanto o processo de formação simbólica é constitutiva à subjetificação.

[...] 1. Ontologicamente falando, os símbolos resultam do processamento de experiências e conflitos elementares ocorridos na primeira infância. A formação simbólica precede o desenvolvimento da linguagem. Ao contrário da fala, expressão de um acesso racional à realidade e do trato com ela, os símbolos são expressão restante do inconsciente e portanto nunca podem ser completamente recuperados de maneira racional. Os símbolos possuem uma intrínseca ambivalência característica. Dependendo de como os conflitos mais remotos tenham sido simbolicamente processados, os símbolos adquiridos poderão estimular ou impedir o desenvolvimento posterior. (METTE, 1997, p. 249-251).

De fato, como destaca Meete, os símbolos são expressões restante do inconsciente e por isso nunca poderão ser desvelados totalmente, uma vez que, esses significados que expressam vai sofrer variadas mudanças a depender de cada sujeito. Esses significados, sentidos, e valores muitas vezes não medidos, que se da aos símbolos são frutos do desejo, desejo este que é a falta de algo, que é construído por meio das realidades experiências externas e também internas. Pois o símbolo reflete a realidade formada por meio da imaginação, mediante os valores, sentimentos, ideias e paixões não medidas, ao ponto de chegar a morrer por uma causa. Neste sentido que os símbolos podem provocar diversas sensações, e vários sacrifícios, como uma grande marcha de quilômetros sem descanso, e até a morte nos confrontos com a polícia, são esses símbolos do Movimento que remetendo a uma experiência do passado ou um sonho de um futuro esperado, que dá força e esperança não calculada para os/as trabalhadores/as continuarem seguindo a caminhada. Para Bogo:

Os símbolos são como os presentes ainda embrulhados: por mais que saibamos o que tem dentro, queremos abri-los para tocar seu conteúdo e sufocar a curiosidade. Surpreendemos-nos porém, quando vemos o objeto já conhecido e descobrimos nele algum detalhe que não havíamos percebido. [...] Os símbolos falam com as pessoas a partir dos detalhes. Cada um encontra neles a razão e os sinais deixados pela criatividade de cada passo. [...] -Eis o mistério dos símbolos- retoma Miriam. -Cada um procura o que há escondido neles e, quanto mais procura, mais significado encontra. (BOGO, 2003, p. 333-334).

De fato, como explicitado por Bogo (2003) em um momento de conversação com algumas militantes, nesta obra, os símbolos nos chamam atenção e nos convidam a refletir e procurar o significado que existe ali. Porém, por mais que se procure é difícil acessar todo o seu conteúdo, a cada vez que se olha um símbolo, mais explicações novas vão surgir mediante o seu mistério.

5.2 A MÍSTICA DO MST

O que nos diferencia dos outros seres vivos é justamente a nossa capacidade de ter sentimentos e pensar sobre tudo e o mundo. O humano de nossa existência é apreendido por meio da cultura que estamos inseridos/as, aprendemos a sobreviver e a buscar cuidar das pessoas próximas, os laços afetivos criados e também como uma forma de sobrevivência (mesmo que estejamos inseridos em um modo de vida criado pela modernidade, por meio do capitalismo, que privilegia e incentiva o individualismo, competitividade e desigualdades), notamos que precisamos muito uns dos outros, para poder permanecer vivos e conviver em sociedade.

A coletividade permite a troca de experiências e saberes que produz aprendizagens e esses novos conhecimentos construídos são importantes para o avançar dos sujeitos na história da humanidade, e para sua sobrevivência. Segundo Bogo (2002): “Não somos somente força física e razão. Temos sentimentos que se confundem e se misturam como: paixão, alegria, tristeza, ódios, raiva, etc., que são próprios de cada indivíduo”. (p.28). E esses sentimentos desenvolvidos pelo humano foram e são fundantes para nossa existência.

Esses sentimentos de paixão, alegria, tristeza, ódio, bem como acreditar em algo que não se sabe ao certo se vai acontecer, da forma pensada, ou não, são mistérios, que nem sempre conseguimos explicar claramente, muitas vezes apenas se sente e pouco consegue dizer o porque desses sentimentos. Não é fácil explicar de forma muito precisa, quando e qual foi o momento exato que começamos a gostar de alguém.

Somos movidos por desejos e estes cheios de sentimentos, como explicar a esperança de ter aprovação em uma determinada seleção, seja de trabalho ou de estudo, entre outros. E mesmo com poucas oportunidades, e sabendo que existe uma disputa desigual para se conseguir a vaga em determinado emprego e/ou vaga de estudo, ainda assim, acreditamos que conseguiremos a vaga tão desejada. E ainda bem que conseguimos acreditar e termos um pouco de força e coragem que não se sabe ao certo de onde vem, capaz de nos fazer imaginar no alcance de algum objetivo, para isso, alguns estudiosos dão o nome de mística. “A mística é essa força companheira que nos acompanha. Ela é alimento da imaginação, sem imaginação não há futuro. Sem mística,

as pessoas secam por dentro, como árvores ocas. Perdem a consistência”. (BOGO, 2010, p. 225). Ela nos motiva, por meio da imaginação conseguimos refletir e observar algo que no dia anterior não foi possível notar.

Em muitos momentos percebemos a mística dentro de nós, pois ela é assim mesmo, ousada, que fortalece nossa autoestima, incentiva novos passos, aquece nossos corações e alimenta nossa alma e ideias, nos permitindo caminhar, e mesmo quando o caminhar possa parecer complicado, sofrido e difícil, e por vezes pensarmos em desanimar, ela acende de alguma forma nossas forças. Segundo o MST:

Poderíamos utilizar outras palavras para definir a animação, a persistência, o gosto pela luta e a permanência nela, apesar das dificuldades. Mas nenhuma delas teria a amplitude e o alcance que têm a definição da palavra mística. A mística para os Sem Terra é mais do que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das relações entre as pessoas e as coisas no mundo material. Entre ideias e utopia no mundo ideal. Nesta combinação surge o que se caracteriza como “mistério” ou “inexplicável”; porém entendível e compreensível, que se apresenta como identidade desta organização de povo também em construção. Há coisas que se explicam na medida em que são colocadas na esfera racional e há outras que mesmo querendo, não se explicam. Por exemplo, a persistência na luta por longos e longos anos. Embora se tenha alcançado o que é preciso para viver, continua-se lutando sem nunca perder a motivação. [...] Essa força que nasce traz energia. Mantém o lutador do povo ativo e entusiasmado. É o que caracterizamos como “mistério”. Mas não como algo distante; ao contrário, está presente em cada lutador, que sente esta vontade indomável de continuar andando como que ainda não vê, mas sente que existe ali mais adiante. (MST. 2002, p. 227-228).

De fato, como mostra o próprio MST, a mística não representa apenas um momento isolado, ela é mais que uma palavra ou conceito, é um modo de vida, recheado de ideias e utopias, contemplação e reflexão. Segundo Faustino Teixeira:

[...]Os místicos são aqueles que conseguem captar a dimensão de profundidade presente na vida e reconhecer o outro lado das coisas. Em razão de sua experiência de proximidade ao mistério, conseguem com facilidade mover-se e comungar para além das fronteiras de sua inserção particular. [...] Na raiz grega do termo “mística” (*mystikós*) encontra-se o verbo *myein*, que significa “fechar os lábios e os olhos”. O místico é alguém familiarizado com a visão interior, que ultrapassa a consciência ordinária, ele vive a radicalidade da presença de algo absolutamente novo e gratuito; vive uma experiência que toca a dimensão profunda e escondida da realidade. “Mística é aquela pessoa que consegue ver na história e em todas as articulações da existência humana este fio condutor divino que tudo une, tudo ordena e tudo eleva”. (TEIXEIRA, 2004, p. 27-28).

Por meio de uma música, palavras de ordem, gestos, poemas, uma representação teatral sobre a realidade vivida e o futuro que se espera, entre tantas outras formas que a mística se manifesta, por meio desses elementos e ações, nos faz refletir sobre a realidade vivida, despertando um sentimento de pertença a determinado grupo, com

também resgata e aprimora a prática do militante. Segundo Bogo: “A mística é essa energia criativa que não cansa, é uma força estranha que faz a gente andar, tornar-se grande, desejar conquistar e cuidar das conquistas”. (BOGO, 2010, p. 224).

Ainda conforme afirma Bogo, existe três maneiras diferentes para olhar o tema da mística:

a) Pela teologia a mística é compreendida como espiritualidade, dentro e fora da prática militante; b) pelas ciências políticas, é compreendida como carisma; manifestação de habilidades, dedicação etc; c) pela filosofia, onde se relaciona a cultura nos seus três aspectos: do pensar, fazer e sentir. Liga-se com os valores (solidariedade, disciplina, companheirismo etc.) a estética, a arte, o cuidado, o trabalho produtivo e voluntário, a educação e formação humana e a luta de classes. (BOGO, 2010, p. 212).

A mística pode ser também entendida pela vertente da solidariedade e do pertencimento que os fazem partilhar a mesma luta, colocando-os num novo patamar de dignidade nunca experimentado pela grande maioria dos Sem Terra; a mística é este novo que ocupa a possibilidade um futuro viável. Para Bogo, a mística precisa alguns meios para se locomover, e três são principais, a imaginação, a esperança e a paixão:

Imaginar é uma tarefa política, sem ela a história não avança com todos os sujeitos e em todas as frentes. Nem sempre a lógica tem razão ela pode ser surpreendida, [...] existem momentos em que as forças da motivação mudam as previsões feitas pela lógica; por isso, as mudanças surpreendem os próprios sujeitos. Avancamos quando imaginamos. [...] imaginar é se deixar desafiar. Desacomodar. Arrancar da ordem a desordem necessária para formar uma ordem superior que ainda imperfeita. [...] Imaginar é uma atitude de vigilância; é uma postura, um estar, uma presença atenta. A mística é a força que faz despertar a atenção, faz gostar de cuidar, não deixa abandonar o posto. [...] procura ainda o que não foi encontrado, para formar por meio de imagens aquilo que ainda não tem forma. Imaginar é querer. [...] Imaginar é futuro. A Esperança [...] Enquanto o “futuro não vem”, espera-se fazendo a sua preparação no presente; [...] Sem sonho não há esperança. Esperança que move aquele astuto cavaleiro, viajando em busca de um sonho ainda por se formar, [...] Quando aprendemos a esperar, crescemos. Tornamo-nos adultos na política. [...] A esperança não é ilusão, iludir-se é enganar-se. A esperança é preparação, é ação que prepara o vir a ser, é participação, é investimento no projeto defendido. Quem tem esperança está radiante, confiante no que virá, ainda que aquilo que se espera nunca se realize na sua totalidade. [...] A Paixão [...] Não cabe à paixão mostrar as deficiências e as fraquezas, sua função é ser a força que empurra em direção ao objetivo. [...] as paixões oscilam entre os sentimentos e a consciência. Quando ela se manifesta pelo sentimento que busca o prazer individual [...] cumpre sempre o papel de estreitar os laços afetivos. Quando a paixão se manifesta pela consciência, fundamentada em ideias, em valores e em razões, ela se torna opção de vida. [...] Nesse caso, a paixão tem o papel de estreitar a afetividade política. [...] A mística é a respiração da paixão e do prazer. [...] a paixão consciente ganha forma e conteúdo da causa política. (BOGO, 2010, p. 226-233).

De fato, a mística tão concreta entre os Sem Terra e difícil de ser traduzida para o mundo moderno, despolitizado e empobrecido de utopias e mitos revolucionários, parece ser a força propulsora que anima e gera a energia suficiente para os milhões de excluídos do

campo se organizarem e acreditarem que a utopia de uma nova sociedade é possível. Neste sentido, Bogo (2002) diz que é no entusiasmo pela busca do novo que se move e desenvolve a mística. A mística é portanto algo que se move. Nos mais sensíveis, aparece como reflexo daquilo que faz e sente. A cada passo revela pedaços da verdade que se escondem por inteiro nas dobras do desconhecido (BOGO, 2002, p. 22-23).

Se a mística é este novo que se move e nele se amplia, ela traz consigo elementos agregadores que mobiliza e apaixona todos aqueles que estão na luta pela terra, construindo uma forte vinculação e um sentimento de pertença à luta e ao Movimento, sendo muito difícil de contrapor com argumentos puramente racionais. Para Leonardo Boff,

A mística não é pois privilégio de alguns bem-aventurados, mas é uma dimensão da vida humana, à qual todos têm acesso, quando descem a um nível mais profundo de si mesmo, quando captam o outro lado das coisas e quando se sensibilizam diante da riqueza do outro e da generosidade, complexidade e harmonia do universo. Todos somos pois, num certo nível, místicos (BOFF, 1998, p. 29).

A mística, tal como o argumenta Leonardo Boff, pode ser entendido, não como um mistério externo que vem de fora e introjeta no ser humano comportamento e ideias, mas sim a busca e o conhecimento profundo de si mesmo e do encontro das possibilidades presentes na dimensão humana.

Ainda em sua obra intitulada: “Identidade e luta de classes” Bogo (2010) mostra a afetividade com um princípio revolucionário que tem consigo elementos que ajuda a fortalecer a mística do Movimento. Segundo Bogo:

A afetividade está na essência do ser humano, o seu oposto é o desprezo e a rejeição. Ela se manifesta de mil maneiras: no olhar, no calar, no ouvir, no pensar, no tocar e no fazer. A natureza humana cria formas diferentes de expressão, em que cada ser se amplia e se torna parte da consciência coletiva. Uma revolução acontece quando os diferentes tipos de forças se sintonizam e se movem de acordo com os princípios estabelecidos. Mas, acima de tudo porque quem a edifica não trai, não se corrompe e cuida de seus semelhantes que andam nas mesmas fileiras. (BOGO, 2010, p. 238).

De fato, não se pode separar a questão da afetividade de uma organização social. É preciso o cuidado com as raízes e manter a causa, o desejo de permanecer nela, mesmo que em muitos momentos devido às grandes dificuldades que se enfrenta, venha a se pensar em desistir, mas a paixão pelos seus e pelo movimento fazem os sujeitos estar teimosamente persistentes e criativos.

A mística é este encontro consigo mesmo, e com o outro, como algo concreto e presente nas vivências dos Sem Terra, quer seja num simples ato, ou numa longa marcha,

ou apenas numa reunião; a mística ora se apresenta por meio de uma poesia, de um gesto, de um grito, e contribui para estabelecer em cada passo um vínculo ideológico e reflexivo nas pessoas. Como fala Bogo, “A mística além de ajudar a perder o medo da morte, deve ajudar a perder o medo da lei e das estruturas de poder” (Bogo, 2002, p. 69).

Portanto, a mística nos convoca para aprender, por meio das marchas, poesias, músicas, encenações, desenhos, palavras, frases, danças e símbolos, nos permite refletir a vida, nos torna inquietos com as realidades, despertando a criticidade necessária para uma nova leitura de mundo. Assim, ao observar a letra de uma música pode-se extrair seu conteúdo e sentido social, discutir cada verso, fazer comparações com experiências já vividas ou apenas vistas, destacar os valores do Movimento, bem como resgatar a cultura local e a dos Movimentos de luta pela vida. A mística alimenta os sonhos e a utopia, educa e conscientiza, por meio das mensagens contidas em cada momento da mística, renova-se as esperanças, faz lembrar seus objetivos e os motiva a ir em busca.

Na mística podemos reivindicar os direitos negados para a classe trabalhadora, como o direito básico de cidadania, a educação e saúde de qualidade, a alimentação e trabalho para todos e todas, condições igualitárias entre gênero, raça e etnia na sociedade, preservar e recuperar os recursos naturais, entre outros princípios básicos do Movimento. Nesse processo, percebemos que a mística possui uma dimensão educativa significativa no MST, pois ela mobiliza, conscientiza e anima os sujeitos. Com ela, trabalham-se conceitos, reafirma os valores, e ativa a memória, os motivos por manterem-se ali, lutando em e pela coletividade. Está presente também nos vários tipos de manifestações culturais, sociais e políticas. Segundo Caldart:

A mística é exatamente a capacidade de produzir significados para dimensões da realidade que estão presentes, e que geralmente remetem as pessoas ao futuro, à utopia do que ainda não é mas que pode vir a ser, com a perseverança e o sacrifício de cada um. É uma experiência pessoal, mas necessariamente produzida em uma coletividade, porque o sentimento que lhe gera é fruto de convicções e valores construídos no convívio em torno de causas comuns. Neste sentido, se pode dizer que o MST re-significou a própria experiência da mística, ainda que mantenha sua raiz cultural e utilize símbolos muito semelhantes aos dos grupos que lhe deram origem. (CALDART, 2000, p. 134-135).

Compartilhamos dessa ideia apresentada por Caldart (2000) para com a mística do Movimento, uma vez que, a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra são postas e vivenciadas em seu trabalho e vivências. O que se mostra nas celebrações com a mística, é os seus sacrifícios e perseverança para com sua realidade

no cotidiano. As relações com o outro mostra que a mística é uma experiência pessoal e coletiva, uma vez que, é produzida por meio da coletividade.

A mística dentro do Movimento Sem Terra foi passando por modificações com o tempo, vivida no início por meio das celebrações religiosas dos membros da Igreja que simpatizavam e participavam da luta do Movimento, ela foi deixando de ser um momento de celebração religiosa e assumindo cada vez mais seu caráter político. A obra intitulada “Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil”, de João Pedro Stedile afirma que:

[...] Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo- tudo é um processo de construção- fomos nos dando conta de que, se tu deixas a mística se tornar formal, ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa. Também não é uma distração metafísica ou idealista, em que todos iremos juntos para o paraíso. Se for assim, então vamos chorar, como se faz em muitas seitas religiosas. Já os carismáticos, estes usam a mística para um ideal inalcançável. No caso, ela não se sustenta, da mesma forma que esse movimento carismático não dura a vida inteira. As pessoas se darão conta do engodo, que pode até durar 20 anos ou 30 anos, mas não sobrevive na história da humanidade. Diferentemente, fomos construindo maneiras de fazer mística a partir de uma maior compreensão. Antes só imitávamos: “A Igreja usa determinada liturgia mística para manter a unidade em torno do projeto do Evangelho”. Quando forçávamos a cópia, não dava certo, porque as pessoas têm de ter o sentimento voltado para algum projeto. A partir dessa compreensão, em cada momento, em cada atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas. [...] É um aspecto interessante que deve chamar a atenção da sociedade. [...] a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta, que é uma luta de esquerda, que é uma luta contra o Estado e contra o capital. A mística faz com que as pessoas se sintam bem. (STEDILE, 2012, p. 132-133).

João Pedro Stedile (2012) nos apresenta de forma explícita a origem e o caminho que foi percorrido da mística no Movimento. De fato, a Igreja levou para o MST muitas contribuições, e a partir das celebrações religiosas, leituras do Evangelho na perspectiva de uma leitura crítica a respeito da realidade, foi tornando cada vez mais próximo dos sujeitos o chamado para participar da luta, despertando uma consciência crítica e reflexiva para com a realidade vivida por meio da leitura do Evangelho e das celebrações que os membros da Igreja organizavam.

Com o apoio de alguns membros da Igreja que simpatizavam e/ou participavam da luta desses sujeitos que tinham seus direitos negados e silenciados, foram percebendo o quanto era necessário para além do estudo, compreender a realidade, para que assim pudessem transforma-la. Nessa direção, segundo o MST, a mística dentro do Movimento surgiu de três vertentes:

1ª Da natureza contemplativa da vida camponesa. Pelo convívio com a natureza, as relações sociais desenvolvidas e as formas de produção, mais o aprendizado histórico basicamente oral, através de contos e fábulas, a relação com as estações do ano e suas respectivas épocas de plantio e colheita, [...] O ato de contemplar leva a compreender o mistério escondido dentro do movimento interno da matéria, aqui representada pela plantação, pela relação da água com a semente, [...] Há contemplação nas reuniões de base quando as pessoas se encontram e como que obcecadas por um mapa invisível, olham todos para o mesmo objetivo, enquanto observam a força que possuem. Há contemplação na espera dos despejos, quando revisa-se as táticas de defesa, enquanto espera a força do latifúndio aparecer. Há contemplação no ouvir atentamente o resultado de uma negociação, onde a praça do acampamento fica em silêncio e a liderança consegue ver apenas as cabeças com os olhos brilhando de tanta avidez por ouvir algo que possa destrancar o grito que quer sair, basta apenas um sinal. [...] 2ª A música e a poesia- A música para os camponeses (embora tenha havido mudanças), na origem está ligada a alguma coisa que tenha relação íntima com sua vida ou o trabalho, a religião, à festa etc. [...] As letras são descritas geralmente na seguinte lógica. Sujeitos, tempo e espaço. Ou seja, a música localiza onde, quando e por que aconteceu determinado fato. Destaca quem é o sujeito, protagonista da história, localiza este sujeito no tempo e no espaço onde se dá o acontecimento. Podemos ver isto claramente nas músicas cantadas por Tonico e Tinoco “Chico Mineiro” e o “Menino da Porteira”. Ou a “Triste Partida” de Patativa do Assaré, cantada por Gonzagão. Assim pode se tomar como referência todas as músicas regionais cuja raízes estão no campo, que se manifestará está lógica. [...] Ao mesmo tempo em que a música leva alegria, também cria a unidade política porque as pessoas se identificam com as mensagens. Há momentos e tensão que são acompanhados de músicas. Para enfrentar a repressão, canta-se muito, para festejar as vitórias, canta-se e dança-se por horas e horas. Há um cerimonial adotado nos funerais de trabalhadores Sem Terra que morrem ou são assassinados. Costumeiramente no momento do Sepultamento lêem-se poesias inéditas feitas para cada ocasião e planta-se na cabeceira da sepultura uma árvore como sinal de renascimento. [...] 3ª A vertentes da devoção- Além da existência da religião, há uma prática religiosa no campo. Esta prática religiosa é cheia de ritos e símbolos; dão unidade às pessoas que se identificam com determinada religião ou devoção mantida viva pela tradição. Estas práticas se transformam em parte da consciência dos indivíduos, que mesmo mudando de organização, carregam consigo ensinamentos e conteúdos que se manifestam sempre que haja oportunidade. [...] Há um tempo para cantar, outro para rezar, outro para estudar e outro para lutar. As cerimônias embora tenham elementos comuns, se diferenciam da abertura de um encontro com uma celebração religiosa especificamente. [...] Esta mistura de natureza contemplativa, tradição musical e prática religiosa são vertentes diferentes, mas jorram água que corre na mesma direção e se mistura dentro do MST, agora para regar uma causa comum, entre todos os participantes, compondo este mosaico da consciência social. A causa é, portanto, a razão que move as pessoas a participarem e se manterem firmes, mesmo que as dificuldades e os tropeços sejam quase que impossíveis de suportar. (MST, 2001, p. 231-237).

De fato, essas vertentes apresentadas pelo MST, mostra que a mística do Movimento não apareceu de forma inesperada. Vimos que ela tem uma origem e um pertencimento, uma vez que, a mística faz parte da vida de todos, e também dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A mística não é apenas um momento isolado de uma celebração, ela permeia as relações sociais desses sujeitos o tempo todo, mesmo que em alguns momentos fica mais evidente e ganha mais destaque, quando por exemplo, ao declamar uma poesia e ecoar uma palavra de ordem. Para Comerlato:

A Mística do MST nasce dentro do Movimento com forte direcionamento para a transformação social. Suas raízes estão nas celebrações e manifestações religiosas cristãs, pois as simbologias da cruz e da terra prometida marcaram profundamente os membros do Movimento nas suas origens, [...] Eram comuns no início do Movimento celebrações litúrgicas dentro dos acampamentos. [...] A mística assume um caráter laico dentro do Movimento e substituem as “engessadas” celebrações eucarísticas ou ecumênicas. Isso não significa que não ocorreriam mais celebrações religiosas e que os integrantes do MST deixassem de ter sua fé religiosa. O que se deixa claro é que com autonomia do Movimento, a Mística assume um outro caráter que outrora era preenchido pelas celebrações eucarísticas ou cultos. Mesmo assim, essa concepção está alicerçada nas contribuições da Teologia da Libertação, a partir das teorizações sobre a espiritualidade, por exemplo, de Casalgálda Vigil e Boff. Esses autores vinham trabalhando desde a época de 1970 a questão do humanismo na Espiritualidade, das relações entre Fé e a Política e, finalmente, a partir da década de 1990, o desenvolvimento teórico da Mística sociopolítica e do sentido antropológico e existencial da Mística. [...] Frei Betto, [...] já alertava que o desafio era saber encaixar na labuta diária a questão da oração, a espiritualidade. [...] Assim, da espiritualidade cristã vem a necessidade do compromisso diário do cultivo dos valores e práticas espirituais, que influenciará decisivamente o MST na elaboração de sua própria Mística. (COMERLATO, 2010, p. 149-151).

Neste sentido, por se tratar de algo mais vivido do que realmente falado, percebeu-se a necessidade de teorizar e falar sobre a mística do MST. Assim, começam surgir documentos e materiais dentro do Movimento a respeito da temática, com os cadernos de formações e livros, como forma de apresentar o que se vivia com a escrita para as pessoas dentro e fora do Movimento conhecer mais. Notava-se também a urgência de organizar e cultivá-la, criando alicerces nos valores do Movimento. Segundo Peloso:

1 Mística deriva de mistério. Conhecer mais e mais, entrar em comunhão cada vez mais profunda com a realidade que nos envolve, [...] É fazer a experiência do mistério. Todas as coisas têm seu outro lado. Captar o outro lado das coisas é dar-se conta de que o visível é parte do invisível: eis a obra da mística. 2. Mística é a capacidade de se comover diante do mistério presente em todas as coisas. [...] 3. A mística é a alma de um povo. A mística é a alma do sujeito coletivo, a identidade que se revela como uma paixão [...]

4. É nessa alegria que está a força dos militantes da causa social, é no sentimento da certeza de que se luta por algo justo; é na energia interior que lhes impulsiona todo vigor e coragem, que faz as pessoas suportarem tudo, mesmo a perda de companheiros; é aí que materializa a mística. 5. A mística é o momento de reafirmar o compromisso com os ideais de uma concepção, de difundi-la socialmente, de consolidá-la e legitimá-la ideologicamente, e uma forma de concretizá-la, aqui e agora. 6. A mística [...] nos impulsiona a ir além do esperado, alimenta os valores e nos faz sentir parte de uma grande família. 7. Desenvolver a mística não se pode confundir com o culto ao passado, [...] 8. É a vida que causa paixão, é pela vida que os seres humanos se movem, é ela que deve ser celebrada [...] é lembrar que o ser humano tem o direito de sorrir e ser feliz. 9. [...] Mística pode significar recitação de poesias, serenata, cantoria, reza; pode ser um olhar contemplativo à beira de um rio, um ritual festivo na aldeia e o êxtase de um monge tibetano. 10. [...] A mística é como a utopia. Ambas não se deixam aprisionar em conceitos ou definições. 11. Não podemos ter místicas como se tem uma propriedade ou um objeto. Somos místicos. A mística não pode ser funcionalizada, de modo que tudo seja avaliado por sua funcionalidade ou pela utilidade que tem. Rezar e fazer poemas não tem utilidade, não tem preço, não pode ser vendido. A mística está no meio de nós como um dom, não como posse. Mas o que não tem preço pode ter muita dignidade. 12. [...] Na mística, se vive o fim da dicotomia entre o campo espiritual e o material; não é luta e contemplação, mas luta na contemplação ou contemplação na luta. [...] 13. A mística tem dois braços. É mística da terra, da realidade material, da luta e das marchas e mística do transcendente, que se faz carne e cada dia; luta simbólica presente na transfiguração das estrelas, do céu, da poesia, das canções, dos bonés e das palavras de ordem. 14. Mística é o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e os movimentos na vontade de mudança, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentar a esperança face aos fracassos históricos. (PELOSO, 2012, p. 89-91).

Ranulfo Peloso, mostra em sua obra intitulada “Trabalho de base” de 2012, como a mística e a vida humana estabelecem conexão. Conforme explicita como a mística se encontra na alegria que temos em viver, as nossas escolhas de disposição para lutar, podemos ainda perceber-la na esperança, na música, ao cantar, nos símbolos, na beleza da natureza, na arrumação estética de um ambiente, nas celebrações, nessa força que temos em resistir e não desistir, além de estar presente também nas pequenas atitudes, na revolta, na indignação, no carinho, no prazer, no amor, na paixão, no companheirismo, nas cores, nos valores, nos princípios e na vida.

Com a mística podemos compreender melhor os princípios, os objetivos e as normas do Movimento. Mas a mística não pode ser obrigatória, ela não é um show para ser assistido, ela deve envolver pessoas, que devem se responsabilizar por determinadas tarefas para um momento de celebração, mas essas atividades a serem desenvolvidas não deve se tornar uma obrigação, mas sim um contentamento. A celebração da mística é um momento bonito, criativo, breve, porém intenso, simples e bem feita, respeitando o tema do momento. Nesse momento de celebração, envolve estudo, pesquisas, uso de

símbolos, gestos, expressões culturais, música, poema, testemunhos pessoais, encenações buscando representar a realidade, por isso não é uma peça de teatro. Palavras de ordem e até mesmo o silêncio fazem parte do momento de celebração da mística do MST.

6 METODOLOGIA

6.1 TIPO DE ESTUDO E MÉTODO DA PESQUISA

Com o intuito de compreender melhor o tema abordado, o desenvolvimento desta pesquisa estará ancorado em uma abordagem qualitativa, uma vez que está nos possibilita uma compreensão aprofundada para as interpretações das questões que este estudo aborda e por entender também que esta abordagem pode se referir à vida dos sujeitos, experiências, comportamentos, sentimentos e movimentos sociais, como afirma Strauss e Corbin:

Com o termo “pesquisa qualitativa” queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pesquisa ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p. 23).

A escolha pela abordagem qualitativa de pesquisa dá-se por alguns motivos principais, entre eles: por se tratar de uma pesquisa em movimentos sociais, aqui no caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por tratar de subjetividades coletivas, por envolver as experiências das pessoas, seus sentimentos em relação ao pertencimento provocado pela dimensão trazida da pedagogia e da mística do Movimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por usar métodos variados que são interativos e humanísticos, por ser uma pesquisa fundamentalmente interpretativa, por ser uma pesquisa que acontece em um cenário sociocultural em que o pesquisador caminha até o local a ser pesquisado, por ser usada uma ou mais estratégias de investigação como guia para o estudo, por tentarmos compreender e observar o fenômeno estudado. Segundo John W. Creswell, as características da pesquisa qualitativa são:

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural. O pesquisador qualitativo sempre vai ao local (casa, escritório) onde está o participante para conduzir a pesquisa. [...] A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. [...] Os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo. Eles não perturbam o local mais do que necessário. Além disso, os métodos reais de coleta de dados, tradicionalmente baseados em

observações abertas, entrevistas e documentos, [...] A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. [...] o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico. Não é possível evitar interpretações pessoais, na análise dos dados qualitativos. [...] o pesquisador qualitativo usa um raciocínio complexo multifacetado, interativo e simultâneo. Embora o raciocínio seja, em grande parte, indutivo, tanto os processos indutivos como os dedutivos estão funcionando. (CRESWELL, 2007, p. 186-187).

Neste sentido, percebemos que uma pesquisa de abordagem qualitativa possibilita assim uma maior aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, tendo em vista que para isso, ocorrem interações entre os sujeitos, por meio de observações, entrevistas, conversas entre outros.

Sendo o foco da nossa pesquisa procurar ter uma compreensão da pedagogia do MST e da epistemologia da mística, dentro dos processos de luta dos sujeitos Sem- Terra e os potenciais mobilizadores no assentamento. Para isso, é indispensável a participação no campo pesquisado, nos fazendo necessária a presença que, aconteceu por meio do calendário de atividades e reuniões do MST em Normandia-PE, tendo em vista que nelas pude encontrar diversos momentos em que a mística se fez presente.

6.2 O CAMPO E OS COLABORADORES DA PESQUISA

Conhecendo o campo de pesquisa...



Fonte: Entrada da fazenda Normandia. Imagem retirada do google imagens. Dezembro de 2017.

O primeiro momento da pesquisa foi desenvolvido principalmente no Centro de Formação Paulo Freire do MST, localizado no Assentamento Normandia em Caruaru-PE, onde observamos as atividades de formação do MST em que a pedagogia do Movimento e a mística se configuravam como parte dos encontros.

O Assentamento Normandia está localizado na região agreste, distante 12 quilômetros da cidade de Caruaru-PE, na BR 104. A fazenda Normandia foi ocupada no dia 02 de maio de 1993, por pouco mais de 247 famílias trabalhadoras rurais Sem Terra.

A fazenda possui cerca de 1.100 hectares de terras improdutiva, pertencente a José Carlos Tavares. A ocupação e a luta pela terra foi conflituosa, violenta e cheia de idas e vindas. Segundo Sales (2009):

As famílias construíram casas de taipa, escola para a alfabetização de crianças e adultos, onde iniciaram a primeira experiência em se tratando de educação em assentamentos da região. Na avaliação do INCRA considerou –se a área como de interesse social para fins de Reforma Agrária. O proprietário pediu a reintegração de posse e o juiz da 5ª vara cível expediu a liminar de despejo no dia 19 de outubro de 1993. O 4º BPM (quarto batalhão da polícia civil militar) de caruaru, realizou o despejo violentamente, juntamente com os capangas da fazenda, destruindo toda a produção e os pertences dos trabalhadores. Prenderam as ferramentas, destruíram por completo as casas e deixaram humilhados os trabalhadores [...] Revoltados e dispostas a lutarem pela reforma Agrária, as famílias montaram um acampamento às margens da BR 104 nas proximidades do povoado de contendas. Ficaram acampadas 04 (quatro) meses. A sociedade de

caruaru enviou apoio[...] no dia 16 de fevereiro depois de tanto esperar os trabalhadores decidiram reocupar entrando em confronto com os pistoleiros. [...] resistiram a ocupação. Em 23 de janeiro de 1997 foi emitida a posse do então Projeto de Assentamento Normandia, para fins da reforma agrária. (SALES, 2009, p. 49-51).

São 26 anos de luta, sonhos, conquistas e muita resistência no Assentamento Normandia. Desde que foi ocupada pela primeira vez em 01 de maio de 1993, as famílias que ocuparam a fazenda Normandia lutaram e vêm lutando para manter firme o sonho coletivo. Os militantes assentados relatam das inúmeras dificuldades de se manterem ali, pois foram 5 ordens de despejo, barracos e plantações destruídos, queimados, custou-lhes também greves de fome.

Atualmente, Normandia é um assentamento que possui estrutura e organização dos militantes ali assentados. Normandia possui cooperativa, associação, agroindústria, escola multisseriada (até o quinto ano do ensino fundamental), grupos de mulheres boleiras e o Centro de Formação Paulo Freire onde são realizados encontros e formações do MST em Pernambuco.



Imagem do Centro de Formação Paulo Freire. Foto do autor, 2018.

O Centro de Formação Paulo Freire é um espaço aberto e livre para a realização de atividades e formações do MST e também de outros grupos e movimentos. Partindo de um princípio de espaço popular, acolhe diversos tipos de formação, e firmam parcerias com Universidades e companheiros de luta.

Neste Centro, as formações são organizadas pelos próprios assentados que fazem parte do setor da educação, como por exemplo: a coordenação pedagógica do centro, e também as formações são organizadas por universidades com cursos. Como podemos perceber nesta reportagem do jornal Brasil de Fato em 2016:

O Centro de Formação Paulo Freire é onde são realizados encontros e formações do MST em Pernambuco. Mas o espaço é aberto e recebe cursos e atividades de outras organizações, grupos ou movimentos. Todos os meses atividades de diversas naturezas são recebidas no espaço. A Universidade Federal de Pernambuco, campus Agreste, é um dos exemplos de como a comunidade utiliza o espaço, realizando lá cursos e formações. Um espaço agregador, onde a formação popular é um princípio. “O centro de formação faz parte da estrutura do assentamento Normandia e vem funcionando desde 1998. É um espaço de formação para o movimento do campo e da cidade. Universidades, entidades parceiras e outras unidades do campo se reúnem também aqui”, explica Joelma. (BRASIL DE FATO, 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/29/lugar-de-vida-e-de-luta/>).

Nessa direção, o Assentamento Normandia vem até hoje desenvolvendo suas atividades, sediando no Centro de Formação Paulo Freire as formações, reuniões e eventos para fortalecimento da luta pela terra. Esse constituiu nosso campo de pesquisa e procuramos nele observar como acontecem as vivências educativas e a epistemologia da mística. Foi também o lugar que realizamos observações e entrevistas com alguns sujeitos participantes dos diversos momentos de reuniões e formações do referido movimento que efetivam as celebrações. Assim, tivemos como os sujeitos da pesquisa:

- 1 Educador do Centro
- 1 Coordenador do curso de formação Pé no Chão¹⁵
- 2 Assentadas e militantes

O interesse por escolher um educador do curso de formação pé no chão do próprio Movimento tem como principal motivo a curiosidade de saber como este sujeito consegue

¹⁵ O Movimento Sem Terra no estado de Pernambuco organizou em 2002, o Curso de Formação Política “Pé no Chão”. [...] O curso Pé no Chão nasce em 2002 como um Curso Técnico em Prática Agropecuária (Pé no Chão) tentando buscar suprir as necessidades que os assentamentos tinham com o acompanhamento de uma equipe de assistência técnica para transformar o modelo de pouca produção para uma produção onde eles pudessem ter habilidades dentro de suas áreas e melhorar a forma de produzir dentro dos seus assentamentos e acampamentos. O curso foi atualizado no mês de junho do ano de 2005 o curso logo em seguida passa a ser de cunho de formação política e deixa de dar ênfase às práticas agropecuárias. (VICENTE, 2018, p. 22-23). Curso de formação pé no chão: uma construção histórica de formação do MST no Estado de Pernambuco. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba.

ver o potencial da Pedagogia e a mística do MST nas formações. O coordenador do curso de formação pé no chão foi escolhido devido ao seu acompanhamento direto em todo o processo educativo nas formações e nas celebrações das místicas. As duas pessoas assentadas do Movimento foram escolhidas em razão de terem participado dos momentos de formações, além de estarem no Movimento a muitos anos, e assim são imersas dentro da pedagogia do MST a bastante tempo, como também por terem participação nos atos celebrantes, desde sua preparação até suas vivências.

Assim, tivemos como primeiro colaborador da pesquisa, o educador Greisson Izidoro da Silva, 39 anos, solteiro, tem dois filhos, é acampado no acampamento Pereira Grande no município de Gamileira. Atualmente está concluindo o nível superior, curso de sociologia pelo programa PRONERA. Greisson relata que conheceu o movimento por meio de uma colega que fez o convite pra acampar em Ribeirão; ele aceitou e depois não se viu mais distante do movimento.

O nosso segundo colaborador foi o coordenador Diego Vicente de Moura, de 26 anos de idade, solteiro, sem filhos, acampado no acampamento Irmã Dorothy em Ibimirim- no Sertão de Pernambuco. Mas, atualmente, está desenvolvendo a função de coordenador no Centro de Formação Paulo Freire e, por este motivo está morando em Normandia. Diego Vicente relatou que conheceu o Movimento por causa das suas irmãs que eram acampadas no acampamento Maria Paraíba em Ibimirim. E que ele passou também para ocupação do assentamento Irmã Dorothy em 2011. Diego falou que participou em 2011 de seu primeiro do curso de formação política do MST, o curso pé no chão, trabalhado no Centro de Formação Paulo Freire em Normandia, e que a partir daquele ano depois de concluído o curso de militante pé-no-chão não se conseguia ver fora da luta, fixando morada em Caruaru, em 2013, quando assumiu a tarefa de ser coordenador das novas turmas do curso pé no chão.

A terceira colaboradora da pesquisa é a companheira Rubneuz Leandro de Souza, tem 50 anos, assentada no assentamento Normandia, é casada, tem quatro filhos, graduada em Pedagogia, possui especialização em educação do campo e território, e também em trabalho educação e movimentos sociais. É mestre em Educação Contemporânea pela UPFE- Campus Agreste; é da coordenação nacional do setor de educação do MST e membro do Comitê Pernambucano de Educação do Campo. Conheceu o MST no momento que se deslocava algumas lideranças para poder organizar o Movimento no Nordeste, e começaram a organizar a partir da Bahia. Nessa

chegada desses companheiros pelo Movimento pela escola sindical que tinha na época pra fazer formação das pessoas. Como sendo da Pastoral da Juventude da Igreja, foi chamada por um companheiro trabalhador dos sindicatos rurais para participar de uma reunião (essa reunião era pra tratar do MST nessa região), e a partir desta reunião acabou se envolvendo e aceitando fazer parte do MST. Participou das formações e depois da organização dos trabalhadores na base pra poder realizar a ocupação de terra. Está no Movimento a 32 anos, entrei no Movimento em 1987, na fase de expansão do MST.

Nossa quarta colaboradora da pesquisa é a companheira Maria Joelma Martins da Silva que tem ensino superior completo em pedagogia, solteira, seus pais são assentados no assentamento Vitória em Santa Maria da Boa Vista. Joelma relata que conheceu o MST em 1997, fala ainda que sua família fez parte da primeira ocupação no Sertão do São Francisco, então ela começou frequentando o acampamento em 1999 e foi chamada para lecionar na escola do assentamento. Ela conheceu as lideranças, e ainda enquanto professora começou a participar das mobilizações, encontros e na medida que foi entendendo a luta pela terra, foi nela se enraizando como militante, porque não tinha como ignorar a opressão sofrida historicamente pelos camponeses, tendo em vista que, sua família era fruto da exclusão e sempre trabalhou nas terras dos outros, sendo explorada. Então, ao conhecer e entrar para o MST foi uma ação interligada. Joelma tem 20 anos no MST.

6.3 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE DADOS

Neste sentido, utilizamos a observação participante, “como um processo utilizado pelo pesquisador observador de uma situação da sociedade, ele tem um contato direto com os indivíduos pesquisados para coletar dados e compreender o contexto pesquisado. Afetando-o e sendo afetado”. (MINAYO, 2008, p.70).

De fato, como afirmado por Minayo (2008), estando no campo de pesquisa interferimos com nossa presença, mesmo que não façamos nada demais, mesmo que

ficando em silêncio já estamos afetando e sendo afetados pelos os sujeitos do campo de pesquisa. Tendo em vista que o observador assume um pouco o papel de integrante daquele determinado grupo, isso se deve ao fato dele estar imerso no local de pesquisa, e assim presenciar as problemáticas que envolve o campo pesquisado. Segundo Gil:

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. [...] A observação participante pode assumir duas formas distintas: a) natural, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga; e b) artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. Na observação artificial, o observador depara-se com mais problemas que na observação natural. (GIL, 2010, p. 103).

Como nos mostra GIL (2010) a presença do pesquisador ao estar fazendo uso da técnica de observação participante, ele em vários momentos ira ser também um integrante de determinado grupo no campo/local que foi pesquisado. Gil também alerta para duas formas distintas que a observação participante pode assumir, uma é a natural e a outra a artificial. A natural quando o próprio pesquisador já faz parte do campo pesquisado, e a artificial, quando o pesquisador se integra ao grupo, ou seja, quando o pesquisador/observador é um sujeito de fora, que não pertence à determinada comunidade, vila, povo.

Nesta direção, podemos pensar que o pesquisador em sua observação natural ou artificial, tem suas vantagens, mas também enfrenta problemas que não o favorecem. O observador natural tem a vantagem de pertencer a determinada comunidade, povo, local a ser pesquisado, o que o leva em muitas vezes a uma melhor situação de acolhimento e entendimento de suas perguntas e observações. Já o observador artificial, tem como vantagem não pertencer a determinada comunidade e assim ter a possibilidade de uma visão mais aguçada para os problemas vividos naquele campo pesquisado, e assim surgir determinados achados da pesquisa, que um observador natural pode não conseguir ver, por pertencer àquele campo pesquisado e por ser tão naturalizado determinado problema que, acaba passando despercebido. Entretanto, o observador artificial pode não ser bem aceito e /ou em muitos momentos da pesquisa ser negado o acesso a ele, por diversos motivos, por não ser conhecido da comunidade, por pensarem o que ele vai fazer realmente com determinados dados entre outros motivos.

Sendo o registro de campo um fator importante na pesquisa, este será feito junto com a observação participante, mediante o diário de campo. Segundo Lage

(2005): “O diário de campo além de ser um instrumento de registro, ele também é um instrumento de análise de dados, pois permite um reencontro com as descobertas quotidianas, voltando as nossas experiências vividas no campo”. (LAGE, 2005, p. 222).

Como afirma Lage (2005), o diário de campo permite além do registro dos fatos importantes observados no campo de pesquisa, proporciona também um retorno ao passado, no momento de se fazer as análises, pois muitas informações importantes podem ser vistas ao se fazer as análises das entrevistas realizadas. A tomada de notas do pesquisador ao observar facilitará o seu trabalho no momento que precisar se distanciar do campo pesquisado para analisar os dados obtidos.

As observações serão feitas em algumas atividades de importância pedagógica e dentro dos recursos da pesquisa. Em todas as místicas que fora objeto do nosso estudo, alguns participantes foram entrevistados/as. O objetivo deste procedimento foi analisar a visão que esses sujeitos têm sobre a Pedagogia do Movimento, a prática da Mística e as compreensões dessas experiências individuais e coletivas. Para isso, utilizamos as entrevistas, optando pelas entrevistas semi-estruturada, segundo Minayo:

As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização. Podem ser classificadas em: [...] b) Semi-estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. (MINAYO, 2008, p. 64).

Para a escolha dos sujeitos para as entrevistas, pensamos em levar em consideração para além da disponibilidades dos mesmos, serem indivíduos mais participativos da organização das místicas e de todo o processo de preparação das mesmas no Centro de Formação Paulo Freire, no assentamento Normandia. Assim, teremos além de entrevistas com o educador do curso de formação, o coordenador do curso e três militantes assentadas e acampadas.

Temos nas entrevistas um momento considerável de oportunidades, pois com elas podemos conseguir informações ainda não percebidas ao observar o local de pesquisa, ou que só poderíamos ter contato com estas informações, caso decidirmos investigar em outras fontes. Realizamos também uma busca nos documentos do Movimento sobre os aspectos relacionados a Pedagogia do Movimento e a mística do MST, entendendo que:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento

analítico, são ainda matéria-prima a partir do qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação. (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Esta busca foi realizada nos documentos produzidos pelo MST, encontrados na biblioteca digital do MST. Então, buscou-se por meio dos cadernos de formações, cartilhas, boletins, entre outros textos produzidos pelo Movimento, discussões que mostrassem a pedagogia do MST e a mística do Movimento. Assim, com acesso a esses documentos conseguimos uma variedade de dados de importância considerável, como: dados estatísticos, datas importantes, número de famílias em determinadas áreas, balanços de conquistas do Movimento, metas que se pretende conseguir, fatores importantes na educação do Movimento, a importância da mística para o MST, as formas de aprender, entre outras informações sobre a realidade vivenciada, as ideias, os costumes, opiniões dos sujeitos Sem Terra.

Essas informações proporcionam uma abertura para um olhar mais abrangente a respeito de determinadas falas dos sujeitos, e assim conseguir melhor ser interpretadas. Depois das observações e entrevistas realizadas, será feita a análise destes dados, articulando os autores que serviram de aporte teórico para pesquisa com o resultado das observações, das entrevistas realizadas e dos documentos disponíveis.

Dentre os documentos¹⁶ produzidos pelo MST, escolhemos 03 exemplares que sistematizam bem os conceitos e compreensões da pedagogia do Movimento, e para as

¹⁶ Boletim da Educação N° 01- Ocupar, resistir e produzir também na educação. 1992.
 Boletim da Educação N° 03- Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos. 1993.
 Boletim da Educação N° 04- Escola, trabalho e cooperação. 1994.
 Boletim da Educação N° 05- O trabalho e a coletividade na educação. 1995.
 Boletim da Educação N° 06- O desenvolvimento da educação em Cuba. 1995.
 Boletim da Educação N° 07- Educação infantil: construindo uma nova criança. 1997.
 Boletim da Educação N° 10- Poética brasileira- coleção de poetas e poesias do Brasil. 2005.
 Boletim da Educação N° 11- Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária. 2006.
 Boletim da Educação N° 12- II encontro nacional de educadoras e educadores da reforma agrária (ENERA)- textos para estudo e debate. 2014.
 Caderno da Educação N° 01- Como fazer a escola que queremos. 1992.
 Caderno da Educação N° 02- Alfabetização. 1993.
 Caderno da Educação N° 03- Alfabetização de jovens e adultos- como organizar. 1994.
 Caderno da Educação N° 04- Alfabetização de jovens e adultos- didática e linguagem. 1994.
 Caderno da Educação N° 05- Alfabetização de Jovens e adultos- educação matemática. 1995.
 Caderno da Educação N° 06- Como fazer a escola que queremos: o planejamento. 1995.
 Caderno da Educação N° 07- Jogos e brincadeiras infantis. 1996.
 Caderno da Educação N° 09- Como fazemos a escola de educação fundamental. 1999.
 Caderno da Educação N° 10- Ocupando a Bíblia. 2000.
 Caderno da Educação N° 11- Educação de jovens e adultos- sempre é tempo de aprender. 2003.
 Caderno da Educação N° 12- Educação infantil- movimento da vida, dança do aprender. 2004.
 Caderno da Infância N° 01- Educação da Infância Sem Terra- orientações para o trabalho de base. 2001.
 Caderno da Educação EJA- Agroecologia, soberania alimentar e cooperação. 2010.
 Caderno da Educação EJA- Questão Agrária no Brasil. 2008.

questões específicas da mística, foram encontradas 02 produções no acervo de documentos do MST.

Assim, nessa direção, escolhemos os seguintes documentos como norteadores de compreensões e também análises: O boletim da educação N° 09, intitulado: “Educação no MST. Balanço 20 anos”, do ano de 2004; O caderno da educação de n° 08, “Princípios da educação no MST”, do ano de 1996; e o caderno de educação de N° 14, “Educação no MST- Memória. Documentos 1987-2005”, do ano de 2017. Foram estas produções documentais em que pude encontrar um considerável apanhado sobre a educação do Movimento. Os documentos nos mostraram os caminhos, as discussões e como acontecem todo o processo na área da educação dentro do MST.

A escolha por essas produções se deve principalmente ao fato temporal, construção histórica e documentações de registros do MST que são representativos em termos de compreensão e análise da pedagogia do Movimento.

Em relação à questão da mística do Movimento, foram encontradas 02 produções escritas a saber: O boletim da educação de n° 02, publicado em 1993, que tem como título: “como trabalhar a mística do MST com as crianças”. Que mostrou o que era mística do MST e como se trabalhar com as crianças em escolas de assentamentos e acampamentos. E, por fim, vimos o caderno de formação de n° 27, publicado no ano de 1998, que tem como título: “Mística- uma necessidade no trabalho popular organizativo”. Nesta produção, os autores abordam a questão desta força que anima os militantes, como o despertar e alimentar a mística. As produções destacadas foram de importante valor, pois contribuiu para fornecer ainda mais informações e assim conseguimos, junto com as observações e as entrevistas compreender a pedagogia do MST e a epistemologia da mística.

Caderno de textos do Seminário Trabalhadores do Campo e a Educação no Brasil. 2001

Caderno dos núcleos base- VI Concurso Nacional de Arte- educação do MST- Como fazer a escola transformando a história? 2006.

Cadernos da escola itinerante. N° 01- Escola itinerante do MST: História, projetos e experiencias. 2008.

Estes são alguns de muitos outros documentos que o MST produz como cadernos, boletins, relatórios, livros e cartilhas, para registrar as experiências do Movimento e também servir para estudo dos militantes e de interessados na luta. Estes documentos aqui apresentados e muitos outros sobre educação, sobre reforma agrária e o próprio Movimento podem ser encontrados no site do MST, no acervo da biblioteca digital deles. Acessando o seguinte endereço eletrônico: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos> encontrará toda documentação produzida pelo MST. Acesso em: 10/05/2019.

6.4 ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Para se fazer a análise dos dados coletados nesta pesquisa, servimo-nos da técnica de Análise de Conteúdo, com o recorte temático. Segundo Bardin: “[...]a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. (BARDIN, 1977, p. 31).

Esse conjunto de técnicas da análise de conteúdo permite um tratamento de informações contidas nas mensagens transmitidas. Conforme mostra Bardin, a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases conhecidas como: 1) a pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos dados:

- 1) A pré-análise, é a fase da organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. [...] Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetido à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. [...] a escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente [...] A pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, <<abertas>>, por oposição à exploração sistemática dos documentos. [...] A leitura <<flutuante>> [...] consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. [...] A escolha dos documentos. [...] A formulação das hipóteses e dos objetivos. [...] A preparação do material. [...] 2) A exploração do material. [...] fase longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, [...] 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significados (<<falantes>>) e validos. [...] O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fieis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. (BARDIN, 1977, p. 95-101).

De fato, a análise de conteúdo é técnica de leituras de dados, que é voltada para a descrição de comportamentos. Ela tem como principais etapas a categorização, descrição e interpretação dos dados. Para isso como mostra Bardin (1977) é preciso seguir um caminho que leva à sistematização e revela o conteúdo das mensagens transmitidas. A análise de conteúdo centra na dinâmica interpretativa segundo as lentes das categorias elegidas, extraídas do arcabouço teórico e dos dados coletados no campo, e seus documentos pesquisados.

Segundo explicita Bardin, podemos então iniciar a análise de conteúdo partindo de um momento que ela chama de pré-análise, que é por meio de uma leitura flutuante, mais geral e rápida, escolher os documentos a serem analisados, explorando assim o material, que é outra denominação usada pela autora. Para assim conseguir tratar os dados, fazendo interpretações, inferências. Segundo Bardin:

[...]o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma a outra. (BARDIN, 1977, p. 39).

De fato, como podemos perceber na afirmação de Bardin (1977) a inferência é o procedimento que se encontra no meio do processo de descrição e interpretação do texto, por meio das falas, dos documentos e demais fontes da pesquisa. A inferência recorre a indicadores quantitativos ou não, e permite deduzir de maneira lógica o conteúdo das mensagens que são reveladas por meio de tentativas de saber quais as intenções que se têm nas falas e o que está por trás dos discursos emitidos.

7 EDUCAÇÃO DO MST E A MÍSTICA DO MOVIMENTO: UMA EPISTEMOLOGIA DE SUBJETIVIDADES COLETIVAS

A educação e a mística são elementos presentes e constantes dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Desde o início do Movimento se fizeram presentes e permeiam as relações sociais dos militantes. A educação emerge como uma necessidade a ser conquistada e a mística como alimento e combustível para fornecer forças para esses sujeitos militantes que resistem às mais diversas dificuldades, tensões e desafios em suas lutas pela ocupação da terra e por cidadania.

Nesta direção, percebemos nos militantes do MST a vontade de aprender e a procura de manterem vivos seus sonhos, seus desejos e seus objetivos. A educação e a mística são importantes caminhos a serem traçados, cultivados e preservados dentro do Movimento, uma vez que, com a educação os sujeitos conseguem ler palavras dando-lhes significados de luta e de sentido e não apenas soletrar palavras. Eles/as buscam ler o mundo, por isso o MST assume um outro tipo de educação, com outras práticas, uma outra pedagogia. É uma escola diferenciada, essa escola diferente, assim como foi chamada no seu início, foi como se apresentou a escola Itinerante¹⁷ que agrega conhecimento científico à realidade concreta, uma escola de tempo integral, pois a educação no Movimento acontece em todo momento, desde uma marcha, uma reunião, ou o compartilhamento de experiências vividas dos sujeitos. A Pedagogia do Movimento é isto, é esse movimento que acompanha a todos e todas militantes Sem Terra.

A mística também faz crer, faz os sujeitos terem esperança. Compreendendo não a esperança no sentido de esperar, mas a esperança de acreditar que o esperado vai chegar se os sujeitos se mobilizarem para isso. Pois, segundo Teixeira,

¹⁷ “Escola Itinerante foi o nome escolhido, por significar que esta escola acompanha o itinerário do acampamento até o momento em que as famílias acampadas chegam à conquista da terra, ao assentamento. O nome “Itinerante” significa também uma postura pedagógica de caminhar junto com os Sem Terra, o que sinaliza um grande avanço no sentido de afinidade entre os processos formais de escolarização e as vivências e práticas educativas de um movimento social organizado, como o MST. Hoje, quando se fala em “Itinerante” entre os Sem Terra, sejam adultos ou crianças, todos já sabem do que se trata. É a nossa escola. É a escola do acampamento, pensada e organizada, em seguida a cada nova ocupação de terra”. (MST, 2004, p. 43).

A espiritualidade não é algo que ocorre para além da esfera do humano, mas algo que toca em profundidade sua vida e experiência. A espiritualidade traduz a força de uma presença que escapa à percepção do humano, mas ao mesmo tempo provoca no sujeito o exercício de percorrer e captar esse sentido omnipresente. Daí se pode falar em experiência espiritual enquanto movimento e busca de sentido radical que habita a realidade. (TEIXEIRA, 2005, p. 15).

Tendo presente estes aspectos e dimensões desenvolvidos, partiremos, agora, para o que foi observado, falado e registrado nos documentos do MST, nas cartilhas, nos boletins, nos cadernos de formação, e nas falas dos sujeitos por meio das entrevistas, além do caderno de campo. Construímos três categorias temáticas: a primeira categoria trata sobre as práticas de uma educação libertadora; a segunda categoria são as vivências e significados da mística segundo os seus celebrantes; e a terceira vem tratar as características e sentidos da epistemologia da mística.

7.1 PRÁTICAS DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

O que se segue é resultado das anotações do campo por meio das observações e das anotações do diário, enquanto realizava a pesquisa no Centro de Formação Paulo Freire. Além das leituras realizadas nas produções do MST, e do que ouvi e enxerguei, e como o próprio subtítulo mostra e consegue expressar, a educação dentro do Movimento Sem Terra, é de fato uma educação para liberdade de pensar, de agir, de conhecer, de colocar em questão verdades tidas como absolutas, inverter a ordem das coisas, fazer parte e ser um sujeito com autonomia e identidade reconhecida e firmada. A educação libertadora é o caminho do qual esses sujeitos se utilizam para resistir às atrocidades, às perdas, à negação de direitos, e às injustiças sociais sofridas.

Pois, não é fácil suas vidas, a decisão de ocupar, acampar e trabalhar uma terra que ainda não se sabe se será sua ou não, é um momento difícil e que exige coragem, força e esperança. Ser Sem Terra para além de muita força de vontade, exige também ter disciplina e muita resistência física e psicológica para enfrentar as grandes e consolidadas barreiras existentes na sociedade. Observamos que todos e todas militantes

enfrentam várias lutas diárias e, constantemente, é a procura por desnaturalizar as injustiças sociais, o racismo, a desigualdade de gênero, desigualdade de renda, entre outros, que mobiliza, inquieta e os fazem aprender dentro do Movimento que, por sua vez alimenta e os chamam para a luta, o que acaba fazendo-os permanecer e não desistir, pois os sonhos de seus companheiros se misturam com os seus sonhos e utopias.

Percebemos que as horas e mais horas de viagens, cidades distantes e longe muitas vezes de sua família, não são motivos para desistir de buscar se fortalecer na luta e, por isso, para conseguir adquirir mais conhecimentos e com o desejo de depois retornar para suas comunidades e repassar tudo que aprendeu, na tentativa de mudar e possibilitar mais dignidade para as famílias assentadas e acampadas, muitos e muitas Sem Terras se dispõem a viagens e dias distantes de sua comunidade.

Neste contexto, percebemos que os sujeitos Sem Terra enfrentam muitos desafios para permanecer firmes na luta e em busca de sua sobrevivência. Como podemos perceber na fala da militante Rubneuza ao relatar sobre a questão de uma expulsão dos militantes de terras ocupadas:

O despejo é muito forte. A destruição ao redor de tudo que foi construído e cuidado em pouco tempo é desmanchado. O trator passando por cima das barracas, das plantações e tudo que se tinha, e ainda conseguirmos notar que se tem gente ainda acorada na sombra de um pé de árvore e com um monte de muda na mão, enquanto a destruição acontece ali. Isso, isso é resistência, é dizer que o sonho ainda não acabou, que não importa se destruiu, mas a semente está ali. (Rubneuza, 2018).

De fato, a vida do militante Sem Terra é recheada de desafios e surpresas, que até mesmo eles próprios, se admiram por vezes, com o que se passam em suas vidas. É notado na fala da militante, que muitas vezes tentam interromper os seus sonhos, como a destruição de um acampamento e expulsão dos sujeitos. Mas, isso apesar de toda angústia que causa, não os fazem parar, pelo contrário ao observar a luta conseguem resistir e querer continuar na causa. Isso se deve principalmente ao fato de seus ideais serem bastantes fortalecidos, e sendo diferentes dos ideais das demais pessoas da sociedade que não estão no Movimento, conseguem seguir, sem aderirem e compartilharem totalmente das características da sociedade atual, possuindo características bastantes distintas do modelo desigual. Os ideais da sociedade desejada pelos Sem Terra é querer o bem coletivo, dividir e ser prestativos para com os outros, configurando assim, em algo não muito apreciado na sociedade em que prevalece a lógica do mercado.

É preciso desentranhar essas amarras sociais colocadas em nossos pensamentos, que nos prendem e sufocam, nos adoecem e matam. É necessário observar os fatos por todos os ângulos, colocar em questão tudo que se tem dito, feito e (im)posto para a sociedade. É preciso entender as diferenças existentes dos vários projetos de sociedade e de sonhos que se formulam. Para isso, nada mais direto do que o conhecimento, a troca de ideias e informações, ou seja, o aprendizado, a educação.

É preciso entender que existe diversos tipos de educação, formas e maneiras de construir conhecimentos. E foi nessa perspectiva, partindo do pressuposto que existem tipos de educação e que eles têm o poder de libertar ou aprisionar, é que o Movimento Sem Terra inicia seus pensamentos, inspirados na Educação Popular, procuram observar a existência na diferença de uma educação que aprisiona o ser ao sistema capitalista e uma outra que o permitem enxergar as injustiças sofridas, ou seja, que os libertas e tiram suas fendas dos olhos. O educador Paulo Freire, um dos percursores da Educação Popular no Brasil com uma visão de libertação, e também inspirador ao tocar no processo de alfabetização para o despertar da leitura de mundo e criticidade dos sujeitos, por meio de sua pedagogia humanizadora, acaba por ser um dos principais teóricos aderidos pelo Movimento ao se tratar de educação para formação humana.

Neste sentido, inspirados pela Teologia da Libertação e por essa educação para liberdade, o MST ao se deparar com a necessidade de adentrar no campo da educação, procurou lutar por uma educação dentro do Movimento que levasse em consideração seus objetivos de luta, modo de vida, sua identidade. E se precisavam de uma escola que levasse em conta tudo isso, era preciso que as professoras e os sujeitos entrem nessa realidade vivida, acreditem nesses sonhos e nesse projeto de sociedade desejado.

A educação para libertação do oprimido pressupõe que devemos entender a realidade social dos sujeitos que estão inseridos, o processo de ensino-aprendizagem está presente todo momento, pois em todo momento ensinamos e aprendemos. A educação para a libertação pressupõe também que a problemática que estamos inseridos é um excelente caminho para se tomar, pois na busca da resolução desse problema conseguiríamos extrair reflexões sobre o problema vivido e assim avançar, enquanto sujeitos, avançar nas discussões e assim procurar traças estratégias para resolução desse e de outros problemas.

A educação para liberdade implica também o dialogo horizontal, entre educador e educando, em uma perspectiva sempre de ensinante-aprendente. Esta educação busca

traçar relações entre os conhecimentos científicos com os conhecimentos populares, sem hierarquizar os saberes. Esta é a compreensão de educação feita pelos militantes do MST. Observe quando perguntado aos colaboradores da pesquisa como se aprende no MST? A militante Rubneuzza diz:

[...] Os princípios que fomos construindo, têm os fundamentos na educação popular como uma teoria pensada desde da nossa realidade, uma realidade que precisa ser transformada, por isso, a realidade como base da produção do conhecimento, e também na pedagogia socialista que pra nós não basta emancipação política, ela tem que tá casada com a emancipação humana. Então, a emancipação humana ela só é possível se fizermos a emancipação do trabalho. (Rubneuzza, 2018).

De fato, como nos mostra a fala da militante Rubneuzza (2018) a relação entre o que se vive e o que se estuda no Movimento tem relação direta e constante. A teoria auxilia nas reflexões acerca da realidade e esta realidade, por sua vez, mobiliza e também produz reflexões. Essas reflexões e aprendizagens podem ocorrer em qualquer lugar e momento de vida dos militantes, seja no intervalo da realização de uma tarefa ou outra, seja no intervalo dos estudos, e ou na sala de aula, a dimensão educativa se faz presente em diversos espaços e momentos da vida do Sem Terra. Para o educador Greisson:

Aprendemos no MST de várias formas. Na simbologia do MST, na bandeira, no facão, na inchada, nas ferramentas de trabalho, nas músicas do MST, na convivência das pessoas do MST, na militância. Aprendemos de diversas formas: num debate político, nas formações realizadas em sala de aula, no centro de formação, na escola ou fora dela. Em todo canto do movimento estamos aprendendo. (Greisson, 2018).

Como percebemos na fala do educador popular Greisson (2018), a formação e acesso ao conhecimento dos sujeitos Sem Terra acontecem por várias vias, desde do seu próprio trabalho desenvolvendo alguma tarefa no seu acampamento ou assentamento, até às reuniões e momentos de celebração, como as músicas por exemplo. É perceptível também na fala de Greisson a amplitude que ele mostra sobre a questão da aprendizagem dos militantes. Essa aprendizagem ultrapassa os muros escolares: ela é solta e livre, mas, nem por isso deixa de ser intencional e condizente com o espaço do conhecimento. Esta fala de Greisson ainda lembra trechos do Caderno de educação de nº 8, intitulado: “Princípios da educação do MST”. Neste caderno, que foi material também utilizado para análise, nos mostram os princípios filosóficos e pedagógicos do MST e logo nas suas primeiras páginas destaca a questão da dificuldade de se entender que a educação é algo mais amplo e que está também para além da escola. O caderno ainda aponta para a questão dos diferentes tipos de educação que temos e que a

educação sempre está ligada a um projeto político e que ela possui uma visão de mundo. Em sendo assim, entendemos que a visão de mundo do educador popular Greisson está de acordo com o Projeto Político do qual ele faz parte e deseja estar contribuindo para efetivar uma educação libertadora.

As falas dos sujeitos do campo nos revela a educação que o Movimento busca e efetiva, a educação que procura justamente a valorização do ser humano, uma educação voltada para formação humana, crítica e reflexiva. Neste caminho, a Educação Popular é uma excelente inspiração e meio para se conquistar essa educação. Pois, ela é uma prática política e pedagógica emancipadora como bem explicita Alfonso Torres Carrillo:

[...]quando, no âmbito da educação popular, falamos de paradigmas emancipadores, estamos simultaneamente fazendo menção a uma dimensão gnosiológica (interpretação crítica da realidade), a uma dimensão política (posicionamento e opção alternativos frente a essa realidade) e uma dimensão prática (que orienta as ações individuais e coletivas voltadas à transformação da realidade). [...] não se deve buscar a dimensão emancipadora fora do campo político-pedagógico no qual a educação popular vem atuando nas últimas décadas. [...]A EP se inscreve no amplo campo do pensamento crítico, sendo “herdeira de uma velha tradição: a de transformar o conjunto social, privilegiando a educação como ferramenta fundamental. [...] a educação popular possui uma acumulação própria de pensamento, que remonta a Simón Rodríguez, passando por José Martí e Paulo Freire, até chegar aos educadores atuais. (CARRILLO, 2013, p. 16).

De fato, como explicitado na citação de Carrillo (2013) e também evidenciado nas falas dos sujeitos pesquisados, a Educação Popular tem esse poder de transformar o ser humano, de potencializar esses sujeitos para se perceberem como donos de sua própria história e destino. Para Joelma:

O MST educa seus sujeitos. Quando entramos na luta é como se tivéssemos uma venda e à medida que vamos estudando vamos aprendendo dentro das próprias vivências das mobilizações, vamos nos reeducando pra coletividade, porque vamos formando o Movimento e o Movimento vai nos formando. Então, tem essa dinâmica dentro do Movimento. Então a pessoa que era tímida no início e que não falava, vai quebrando essa timidez e vai assumir um papel de militante de liderança, ela vai aprendendo a ter vez e voz. E vamos descobrindo que quanto mais aprendemos, mas temos que aprender, descobrimos por exemplo, que as coisas não são tão naturais quanto imaginávamos que fossem. (Joelma, 2018).

A educação no MST é libertadora, pois só quando ela é capaz de mostrar a realidade e fazer com que o sujeito se perceba na situação que está em sua volta e na sua condição e/ou estado atual de provações de direitos básicos por exemplo, é que esta se mostra de fato, uma educação para liberdade, como nos mostra a militante Joelma, que relatou sua experiência com a educação dentro do Movimento, destacando que foi quando entrou nele, que começou a perceber que essa ordem social e dos

acontecimentos não são tão naturais assim, mas sim, criados e produzidos pelos mais variados motivos, entre eles, a permanência de privilégios de poucos. Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” falava desse despertar dos sujeitos para com a dimensão política da educação. Segundo Freire:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. [...] os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser homem. Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. [...] Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação- ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feitos por outros. [...] Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização. (FREIRE, 1987, p. 29-30).

De fato, como abordado por Freire (1987), ninguém consegue libertar ninguém, e, tampouco, consegue se libertar sozinho, é preciso o contato com o coletivo, com várias experiências e histórias; é preciso a coparticipação de muitas mãos e pensamentos para que o processo de conscientização vá acontecendo e demonstrando as situações de opressões que se vive. A fala da militante Maria Joelma nos aponta para esta perspectiva de libertação advinda do coletivo, quando ela exemplifica o caso de um sujeito recém chegado ao Movimento, e que tem todas essas amarras ainda presas em si. Ela destaca o papel educativo do MST, ao desenvolver suas atividades, que inicia a busca pela tomada de consciência do sujeito, para que este se reconheça como sujeito histórico e de direitos. Assim, se o sujeito entra no Movimento, ainda tímido e sem muita atitude para tomar decisões, a própria pedagogia em movimento, junto aos companheiros de lutas vai conseguindo desamarar essas correntes impostas pelo sistema capitalista, que deseja sujeitos silenciosos, parados e sem opinião, e acaba por ir transformando esse sujeito em sujeito proprietário de sua própria história de vida.

Maria Joelma em entrevista relatou um pouco de sua história e nos apontou que a tomada de consciência é algo gradativo: primeiro o sujeito é inserido no Movimento, seja porque precisa de uma terra para plantar e sobreviver, seja por curiosidade e ou convite de outros militantes. E, assim que inseridos, começam a perceber as injustiças

sofridas ao decorrer de suas vidas, que por muitas vezes passam veladas, ao ponto que, o sistema passa uma visão tão naturalizada de toda exclusão social que a população acaba se acostumando com aquilo e deixa passar, silenciando e/ou fingindo não ver a desigualdade e toda violência sofrida. Existem diversas formas para se aprender e conseguir chegar a essa tomada de consciência dentro do MST, e uma das principais formas são as metodologias diversificadas e utilizadas na Pedagogia do Movimento. Para o coordenador do curso pé no chão, Diego, pronuncia-se, dizendo que:

[...] na metodologia que utilizamos, as pessoas podem aprender desde uma brincadeira com algo que traga ilustrações, uma brincadeira ou uma dinâmica que traga uma reflexão sobre a vida dela ou de outra pessoa, sobre as relações sociais de uma comunidade bairro ou cidade, pode aprender com a leitura de uma imagem também. Por exemplo, as crianças na ciranda infantil, as crianças aprendem com a história que fala de um acampamento por exemplo. E as educadoras fazem com que as crianças reflitam sobre a vida daquelas pessoas. (Diego, 2018).

Conforme ele, a aprendizagem acontece por meio da interação entre educador-educando das formas mais simples, como é o caso que nos relata. É possível por meio da brincadeira pedagogicamente intencional, aprender algo novo, ou reconhecer o já visto. A aprendizagem torna-se mais significativa partindo da realidade local, contextual com vistas à construção do conhecimento e, como mencionado por Diego, em outros momentos, a relação que se tem dentro do Movimento é de muito respeito para com o outro.

Para Freire, o momento em que educador-educando e educando-educador conseguem fazer relações entre sua experiência de vida e o poder existente, por meio da problematização dos temas geradores, estes conseguem enxergar o que acontece com eles como seres, e ao perceberem as questões em sua volta e o porquê determinados fatos ocorrem; desse modo, conseguem então se chegar à conscientização e passam a ter a consciência de sua condição social. Por isso, que a educação dentro do Movimento preza muito pela teoria e prática, pela horizontalidade nas relações entre os saberes e as relações sociais. Como nos mostra esta fala da militante Rubneuza, quando perguntamos o que era mais significativo na Pedagogia do Movimento? Ela afirma que:

A educação no Movimento é uma educação que, se formou de forma ascendente. Ela se forma da base para ir se constituindo num projeto educativo. O que costumamos dizer que é da necessidade da escola. A escola é necessária à luta, acho que isso que é a sacada que o movimento tem de pensar uma educação vinculada a um projeto político de sociedade. [...] Então num primeiro momento, havia ali a necessidade da escola como um direito. Só que, ao mesmo tempo, as famílias começam a perceber que essa educação que estava sendo ofertada pelo Estado não correspondia ao projeto que as famílias estavam defendendo porque os professores eram contrários à

luta, chagavam a dizer que os pais eram ladrões. Então as famílias passam a ter a necessidade da escola. A escola é necessária para luta por libertação. Qual é a escola que iria dar conta de se pensar seu projeto educativo de tanto formar os construtores do futuro, dessas crianças que é fruto dessa luta e que se compreendessem dentro dessa luta? [...] Então as famílias falavam que queremos escola, mas que escola queremos? A escola que está aí não nos serve. Como fazer a escola que queremos? E, é nesse processo então que passamos a estudar a educação popular e a pedagogia socialista, buscando fundamentos para o que chamávamos de escola diferente, que escola queremos construir. [...] Então é isso que tínhamos que pensar, tínhamos que pensar como base, um projeto educativo que respondesse a essa base que estávamos construindo. E aí fomos construindo os princípios filosóficos e pedagógicos que pudessem ajudar na orientação de um país continental como nosso e assim fôssemos orientados por princípios e aí esses princípios filosóficos que concebem essa educação e, ao mesmo tempo, colocá-los nas práticas a partir dos princípios pedagógicos. (Rubneuz, 2018).

Então, como mostra a fala de Rubneuz e as produções do MST, a educação do Movimento foi sendo construída aos poucos, por meio das experiências dos próprios sujeitos Sem Terra e inspirada na Teologia da Libertação e na Educação Popular. Desse modo, foi acontecendo a luta pedagógica por uma escola pertinente ao Movimento e uma educação que não estivessem distantes de seus ideais e princípios. A fala de Rubneuz aponta para o que a história do Movimento e muitos autores relataram, como Caldart (2012), em seu livro, resultado de sua tese de doutoramento, que o Movimento possui de fato, uma pedagogia própria, isto é, “trata-se aqui, pois, de compreender uma pedagogia do Movimento e não para o Movimento, no duplo sentido de ter o Movimento como sujeito educativo e como sujeito de reflexão (intencionalidade pedagógica)”. (CALDART, 2012, p. 321). É neste sentido, que a busca pela educação acontece dentro do movimento. É uma procura não apenas dos militantes lerem os códigos linguísticos, mas, sobretudo, cimentar uma formação com a intencionalidade pedagógica focada na humanização desses sujeitos sociais, com vistas à formação humana. Como é ressaltado na fala de Rubneuz, trata-se ainda de uma educação de ação e reflexão, construída através da experiência humana de ser sujeito do MST. Como também nos mostra Diego:

Não sou muito estudioso nas questões da pedagogia do MST, mas, o pouco de conhecimento que tenho é que o ser humano e as relações sociais são o que é há de mais significativo na Pedagogia do Movimento. Porque a nossa pedagogia parte da pedagogia freireana que trabalha o ser humano, que faça com que ele pense, com que ele seja crítico, que analise o mundo e que veja o mundo. Então, o que mais significa na pedagogia do MST é o ser humano e as relações sociais. Com que faça com que ele pense seja crítico e que possa analisar o mundo. Então a forma do aprender e ensinar, e ensinar e aprender é o que faz que educador e educando possam aprender juntos. E, para mim, pessoalmente é essa relação social por meio do convívio que traz as pessoas ao relacionamento, à aproximação e à afinidade, pois, a amizade também nos faz aprender. Então, a aproximação das pessoas é essencial para a aprendizagem e para manter uma relação de trocas de conhecimentos. Um

educador não sabe tudo e o educando não sabe nada, todos sabem de alguma coisa. (Diego, 2018).

Observando a fala de Diego Vicente, e ao lembrar do caderno de educação nº 14, de junho de 2017, que tem como título “Educação no MST- memória. Documentos 1987-2015”. Neste caderno, temos o documento para discussão de outubro de 1990, que trata das linhas básicas da proposta de educação do MST para escolas de acampamentos e assentamentos, e podemos notar que tanto na fala de Diego, quanto no documento que trata das linhas básicas da proposta de educação, fica evidente a importância que se tem e se dá à educação dentro do MST. Seja porque esta é concebida como um grande instrumento de defesa na luta de classes, uma vez que contribuem para despertar e desvelar as estruturas sociais consolidadas e (im)postas socialmente, seja porque também é preciso se apropriar desses códigos do conhecimento por meio da leitura e escrita para melhor traçar estratégias e caminhos para com os seus objetivos emancipatórios.

Este documento: “Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos. Documento para discussão de outubro de 1990” que foi resultado da sistematização feita de discussões numa reunião nacional do Setor de Educação de 8 e 9 de outubro de 1990, depois discutido no coletivo nacional e ajustado para dar continuidade às discussões nas escolas em 1991, trata da preocupação do MST com a Educação que deseja, destacando o perfil formativo e militante que querem formar. Referimo-nos aos objetivos de uma escola de assentamento, os seus princípios pedagógicos, as orientações metodológicas, o perfil docente para esta escola entre outros pontos. É encontrado neste documento, assim como se encontra presentes também nas cartilhas e cadernos de formações o modelo de educação que o Movimento advoga.

E como vimos nas falas dos militantes acima, o Movimento possui uma pedagogia que leva em conta a realidade dos militantes, ou seja, buscando sempre partir da realidade vivida dos sujeitos Sem Terra, observado as problemáticas que os rodeiam e buscando alternativas de enfrentar e os problemas de diversas ordens e naturezas.

Sendo fundamental também incluir no conjunto de disciplinas as questões relacionadas ao trabalho, além de estimular auto-organização dos educandos, promover a discussão permanente no desenvolvimento das aulas, e desenvolver um tipo de avaliação que não estimule a competição, mas sim o desenvolvimento dos educandos. Para Greisson:

O mais significativo na pedagogia do MST é essa questão da práxis. É do estudo à prática. Juntar a teoria com a prática. A **pedagogia do exemplo**, eu sou coordenador de um acampamento ou assentamento, mas eu sou o primeiro a participar de uma tarefa, das atividades de meu coletivo. Essa pedagogia do MST, essa pedagogia do exemplo, pra mim é muito significativa, nesse âmbito de nós sermos o primeiro, de estarmos puxando o que foi delegado, enquanto tarefa para o coletivo. (Greisson, 2018).

A fala deste educador revela muito sobre os princípios pedagógicos do MST, pois, como ele mesmo destaca o processo educativo dentro do Movimento é baseado nessa relação dinâmica entre teoria e prática, que auxilia no desenvolvimento da consciência organizativa dos sujeitos. Ainda neste recorte de fala do educador, percebermos a estrita relação existente entre a valorização do trabalho como também sendo formador dos sujeitos, que desenvolve aspectos físicos, efetivos, intelectuais, motores, estéticos, morais e políticos, e desenvolvem também valores como cooperação, solidariedade, justiça, iniciativa, disciplina, persistência, coragem, criticidade, entre outros, que podem serem desenvolvidos na realização dessas atividades do trabalho.

O educador destaca a Pedagogia do exemplo como sendo também um caminho a ser visto e seguido. Com isso, defende-se que exista dentro de cada um a convicção da luta coletiva, para que não se fale algo e se vivencie práticas distanciadas. Ou seja, é necessário que se faça o que se pensa, para assim não se perder no horizonte de luta pela terra. A prática mostra as convicções que se tem. Essa pedagogia revela o ser humano, mostra os seus valores e limites. Então, não adianta o educador falar sobre humildade, respeito ao próximo e ao coletivo, ter um olhar atencioso para os estudos, ser participativo, ser rebelde, ter o espírito de superação, entre outros, se o próprio educador não pratica e faz uso do que ele mesmo fala.

A fala de Greisson ainda mostra que o educador não pode ser um sujeito isolado e independente, pelo contrário, ele deve ser um sujeito que assuma responsabilidade, como mostra o 6º princípio pedagógico do MST:

6º) O professor não pode ser visto neste processo como um indivíduo, independente e isolado. Ele deve ser um sujeito participante do conjunto do assentamento, com a responsabilidade e autonomia crítica necessária para que assuma a coordenação do processo pedagógico que se realiza na escola ou através dela. O compromisso maior de seu trabalho de professor é ajudar na organização coletiva a atingir seus objetivos mais amplos. (MST, 2017, p. 27).

Pois, a educação dentro do Movimento visa transformar esses sujeitos que possam transformar suas realidades, não por meio da imposição de ideias, mas sim pelo despertar da criticidade dos mesmos. A educação que o MST preconiza é uma educação

que faz parte de uma luta maior, de um sonho maior, ou seja, de uma transformação social.

É nesta perspectiva que a Educação Popular tem contribuído para com o trabalho educativo dos sujeitos Sem Terra. Essa prática social, imbricada de teoria e prática, traça caminhos e torna-se indispensável no processo pedagógico para o despertar da criticidade dos militantes. Segundo Silva:

A educação popular tem como intencionalidade básica de aprendizagem a projeção de transformação da existência humana em suas múltiplas dimensões, tendo como base e conteúdo as contextualidades, que constituem matéria-prima, processo e instrumentos de mobilização de troca de saberes. Tudo isto tendo em vista a criticidade, a cidadania, a formação cultural e política em seu sentido mais amplo. [...] A Educação Popular, acontece no desenvolvimento das relações em quaisquer lugares sociais e situações humanas em que as pessoas reflitam e discutam sobre suas questões sociais, existenciais e de relações de poder. Ela se dá entre as pessoas, portanto, em relação, quando elas pronunciam suas insatisfações em termos de qualidade de vida, trocando ideias e buscando alternativas face às adversidades enfrentadas nos diferentes campos da existência. Então, os espaços cotidianos, também podem ser lugares de aprendizagens, tais como: rodas de conversa nas calçadas, nas igrejas, no interior das casas, nos ambientes de trabalho e nas feiras livres, etc. Contudo, um aspecto mostra-se constante e transversal: a presença das trocas de experiências, dos saberes acumulados, os quais iluminam os contextos vivenciados, desafiadores e possibilitadores. (SILVA, 2011, p. 37-38).

É neste sentido, que é construída e trabalhada a Pedagogia do Movimento, uma educação para a formação humana, respeito ao ser humano, ao sujeito, à sua identidade e suas experiências. É uma formação para a transformação social, com valores humanistas e emancipatórios. Sustentada na relação teoria e prática, de combinação metodológica com os sujeitos, tomando a realidade como base da produção do conhecimento, com conteúdos formativos socialmente úteis e significativos para a vida dos sujeitos. É ainda uma pedagogia com a visão de uma educação para o trabalho e pelo trabalho, mantendo um vínculo orgânico entre processos educativos e políticos, e entre educação, cultura e gestão democrática.

7.2 VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS DA MÍSTICA SEGUNDO OS SEUS CELEBRANTES

Observando o campo de pesquisa, ao mesmo tempo, que de certa forma participava do momento de formação dos sujeitos do curso Pé no Chão, no final do ano de 2018, conseguimos ter a oportunidade de ver vários momentos desses sujeitos, desde sua organização para irem às aulas do curso, também as conversas nos intervalos das aulas, o momento do lanche e de algumas refeições. E “uma coisa fica evidente que chega a pular nos nossos olhos. O Comprometimento e a vontade de estarem ali. É impossível não perceber a atmosfera de energia e força que carregam os militantes do MST”. (Diário de Campo: 01/11/18).

De fato, como destacamos no caderno de campo, a atmosfera de energia forte e motivadora é algo que os militantes do MTS carregam consigo o tempo inteiro. Obviamente há dias que, alguns por motivos diversos, se sentem mais para baixo, meio quietos, mas ao começarem uma conversa, participarem de alguma atividade dentro do Movimento, logo se contagiam e “esquecem” ou deixam de pensar no que estava entristecendo-os anteriormente.

A mística provoca nos militantes este compromisso com a luta, com o Movimento e consigo mesmo. Pois, não conseguem avançar na luta e nos objetivos que desejam se não se comprometerem, se entregarem à prática constante, indo buscar o que precisam, como bem aprendeu o Movimento com as influências da Teologia da Libertação que, por meio da Pastoral da Terra, destacava que o céu já é aqui e agora, e não ser necessário esperar a morte para ter uma vida digna. Segundo Stedile:

Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo- tudo é um processo de construção- fomos nos dando conta que, se tu deixas a mística se tornar muito formal, ela morre. A mística só tem sentido se faz parte de tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos que praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. [...] fomos construindo maneiras de fazer a mística a partir de uma maior compreensão. Antes só imitávamos: ‘A Igreja usa determinada liturgia mística para manter a unidade em torno do Evangelho’. Quando forçávamos a cópia, não dava certo, porque as pessoas têm de ter o sentimento voltado para algum projeto. A partir dessa compreensão, em cada momento, em cada

atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas. (STEDILE, 2012, p. 132-133).

De fato, como explicitada na fala de Stedile (2012), a mística do Movimento recebe influências da Igreja, e como mostra a própria história do MST, a partir das primeiras ocupações, a Cruz carregada e posta frente aos acampamentos era um símbolo de luta e resistência, como também simbolizava a morte dos que tinham sido mortos, representados com alguns panos brancos colocados e amarrados na cruz. O Movimento não nega e não tem vergonha alguma de falar que a Teologia da Libertação e uma parte da Igreja influenciaram e contribuíram para a construção da mística do Movimento. “Eles se orgulham de toda a história do Movimento”. (Diário de Campo: 10/10/18). Sabem que sua formação se dá a partir de muitas outras lutas anteriores e com muitas forças juntas que buscam em coletividade mudanças estruturais. Encontramos também na fala de Joelma o destaque que ela faz para a questão da influência de parte da Igreja com a Teologia da Libertação sobre a mística:

Por causa dessa Ala mais da Teologia da Libertação, por meio das celebrações religiosas... Então essa celebração eucarística, os símbolos, essa forma mais de contato com o povo fez com que o MST herdasse essa mística, essa coisa do mistério, da palavra, da celebração eucarística, e isso dentro do movimento foi se transformando porque a gente, no início, o nosso símbolo era uma cruz, com faixas pretas e brancas, e fomos modificando esses símbolos, de modo que hoje ainda temos relação com a Igreja. Com a Ala mais progressista, mas que fomos tomando essa independência e fomos trazendo pra nossa luta os herdeiros de outras lutas. Usamos os símbolos na mística porque eles fazem parte dos elementos místicos. O MST desde sua origem que ele vem cultivando a mística, a mística na verdade ela é uma herança da forma como fomos nos formando, enquanto movimento. Então, tivemos a contribuição das Igrejas mais progressistas, principalmente da Igreja Católica, dessa Ala mais da Teologia da Libertação. (Joelma, 2018).

O Movimento não podia continuar imitando as celebrações da Igreja, pois se tinha a necessidade de reconfigurar as celebrações, uma vez que, apesar de serem bastante religiosos, a luta necessitava de novas caminhos, novas celebrações que reafirmassem seus objetivos, como foi destacado por Joelma. A necessidade de mudar as celebrações, de fato, era preciso, tinha que ser algo mais próximo deles, sem ignorar e/ou esquecer as contribuições da Teologia da Libertação, com essa nova perspectiva de leitura do mundo e do Evangelho.

Nessa direção, a imitação foi se percebendo fraca e dando lugar para uma nova perspectiva de celebração, agora uma celebração ainda mais próxima às realidades dos sujeitos que deveriam ser colocadas em questão nas celebrações, isto é, algo que conseguisse tocar nas pessoas, algo ainda mais representativo, que conseguisse aflorar sentimentos, contemplar e, ao mesmo tempo, produzir reflexão e alcançar as

subjetividades dos participantes. Para tanto, percebe-se que nada melhor conseguiria representar os ideais e os empenhos da luta por terra e dignidade do que os seus próprios instrumentos de trabalho, seus cânticos, palavras de ordem e poesias que retratassem seus modos de vida, configurando assim, as vivências da mística do MST.

Movidos por um projeto em comum: uma sociedade justa e igualitária, a mística vem alimentando os sonhos, objetivos e também embelezando o MST. Pois, a mística é também embelezamento do local, dos sujeitos, tendo em vista que ela é cuidada e valorizada pelos sujeitos. Ao falar da beleza que se tem com a mística, é quase impossível não lembrar dos dias em que estávamos em campo, observando as formações dos militantes no curso Pé no Chão em Normandia. Os militantes procuravam com os seus símbolos embelezar sempre o lugar das celebrações. A relação com a simbologia do MST é algo histórico e muito forte, pois os símbolos os fazem sentirem-se representados e pertencentes àquele lugar, àquela causa de penhor coletivo. Segundo Diego:

O MST usa símbolos pra uma identificação, criar uma identidade. Imagine um movimento que não tivesse uma simbologia que o representasse. Nós seríamos como agricultores, vamos dizer agricultores normais, que trabalham na agricultura familiar e que não tem uma pertença que trabalha com agricultura familiar, ser um camponês só porque estaria organizado, mas não teria uma identidade. Então, quando nós usamos nossos símbolos, a nossa bandeira, o nosso chapéu, é algo que identifica você como Sem Terra, então, isso nos cria uma identidade. Não somos diferentes (querendo dizer que os agricultores organizados não se sentem melhores que os agricultores não organizados), mas, nós criamos uma diferenciação quando usamos nossos símbolos, porque aí colocamos nos agricultores, como agricultores Sem Terra. Nós criamos essa identidade, camponês Sem Terra. E nossos símbolos são pra nos representar, pra saber quem somos, quais são as nossas lutas, qual projeto de sociedade que nos queremos. Então, a simbologia é pra identificar, somos Sem Terra, quando você ver alguém com o boné, ou camisa do Sem Terra, você logo vai saber que aquele ali é Sem Terra, ou parceiro dos Sem Terra, ou que tem um amigo Sem Terra, que tem alguma vinculação com o Sem Terra. Então ali, tá caracterizado uma identidade. (Diego, 2018).

De fato, como indica Diego, militante e coordenador do curso de formação, os símbolos presentes nas celebrações reafirmam suas identidades uma vez que, conseguem se ver nas celebrações, representados, por meio de passagens de suas lutas, da vida no campo, das dificuldades encontradas no cotidiano, dos entraves com o poder público e com os latifundiários quando estão ocupando a terra, seja por meio das cores da bandeira, da representação de um momento triste como o despejo do lugar onde estão, das músicas e cânticos que relatam as barreiras encontradas na sociedade, entre tantas outras formas de se encontrar mostrados em um momento celebrativo da mística.

O compromisso e o respeito também fazem parte da mística como algo levado a sério por todos e todas. As equipes que ficam responsáveis pela vivência da mística, engajavam-se bastante na confecção da celebração através da estética do cenário, da escolha dos símbolos, da seleção dos textos e da participação dos celebrantes. Era uma procura por panos, cadeiras, mesas, objetos decorativos, ferramentas de trabalho, pinturas, folhas, plantas, som, luzes, bandeira, bonés, chapéus, ente outros elementos que achavam necessários para o momento. “Nesses momentos de cuidado intenso, compromisso e a busca para deixar o ambiente bonito e organizado, não conseguia parar de pensar nas palavras do Professor Paulo Freire sobre ensinar e aprender dentro da boniteza”. (Diário de Campo: 21/09/18). Segundo Freire: “A alegria não se chega apenas no encontro do achado. Mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. (FREIRE, 1996, p. 16).

E como Freire (1996) já sinalizava, realmente conseguimos perceber dentro do Movimento, enquanto estavam preparando o espaço para a mística, os militantes mostravam em seus rostos bastante contentamento, entusiasmo e vontade de conhecer mais, aprender mais e conseguir que o espaço e a celebração estivessem bonitos e organizados. Todas as formações são iniciadas com um momento de mística antes das aulas, antes das palestras e estudos; isso acontece porque a mística já faz parte da organização do Movimento. Segundo a militante Joelma:

Usamos a mística nas formações porque ela já é um elemento da nossa organização, e porque temos que sempre aprender com ela, por meio dela. Não podemos perder o viés da mística dentro de nossas formações, porque ela é **motivação**, ela é aquilo que **anima**, dá **unidade**. Então, como falei que ela é um elemento educativo, ela tem que estar presente nas nossas formações, lutas, nos nossos encontros. Pra nos motivar, pra nos animar, nos **incentivar**, mas também pra **denunciar**, pra **fortalecer as nossas lutas e nosso espírito de militante**. (Joelma, 2018). [grifo nosso]

É notável também a estratégia utilizada pelos militantes para iniciar os seus encontros com a mística, uma vez que ela, consegue mobilizar o estado de ânimo dos militantes. “Percebemos que alguns militantes às vezes acordam cansados, meio indispostos, talvez por não terem conseguido dormir direito, talvez por está longe de sua casa, de alguns familiares e pessoas especiais”. (Diário de Campo: 23/09/18). Essa anotação nos faz lembrar que em algumas vezes, nem o café da manhã suculento, com grande variedade de alimentos nutritivos e saborosos, conseguia animar alguns dos militantes que estavam ali. Mas, ao terminarem o café e se reunirem para às oito horas da manhã iniciarem a mística, alguma coisa mudava, a atmosfera proporcionada pela

mística do MST era a responsável em açular os ânimos individuais e coletivos. Os cânticos do Movimento, o hino do MST, as representações, as recitações dos poemas, as danças, todos esses elementos carregados de simbolismo, por meio da arte, das influências religiosas, especialmente, ao cantarem todos juntos, ao darem as mãos, ao ficarem comovidos com a notícia da morte de algum companheiro, essas celebrações internalizam e corporificam marcas de solidariedade, de compaixão e de pertencimento. Ademais, as palavras de ordem, os gritos de denúncias e de busca de liberdade e do futuro desejado... tudo isto, anima, incentiva e dá unidade a esses sujeitos camponeses.

Na fala de Joelma e também nas observações realizadas em campo de pesquisa, podemos notar que a mística tem também o significado de indignação: as pessoas demonstram por meio de textos lidos, poemas recitados (criados ou não) por eles, músicas e representações corporais e verbais as suas indignações frente aos massacres das políticas públicas contra os mais pobres, os desvios de dinheiro para servir a desejos pessoais de políticos, as injustiças sociais cometidas, a violência contra o pobre, o negro, as comunidades, entre outros casos de conhecimento deles que causam revolta e não aceitação. Ela é emoção e também reflexão. Para Diego:

Ela (a mística) causa em mim emoção, reflexão. Esse momento da mística, ele não traz só apenas um tema, aquele negocinho fechado, ele traz os elementos da vida, da vida das pessoas. Então esse momento da mística é também um momento de nós conseguirmos nos conhecer, saber quem somos. Os temas trazidos nas místicas também nos possibilitam conhecer o outro, saber pelo menos um pouco do que se passou já na vida do outro, por exemplo, teve uma mística que fizemos aqui no centro de formação, com os meninos do curso do pé-no-chão, em que todos estavam com os olhos vendados e não poderiam tirar as vendas dos olhos, e começamos a jogar panelas no chão e uma menina começou a gritar alto, começamos a bater na mão como se estivesse batendo nela, e ela gritava chorava, o barulho das panelas no chão, dos golpes na mesa, o grito dela, acabam por mostrar o quanto a mulher brasileira ainda sofre violência doméstica. Ninguém tirou a venda, mas teve um menino que não aguentou, ele não conseguiu ficar dentro da sala e saiu, foi aí que percebemos e depois ele falou que, a mãe dele, quando ele era pequeno, sofria muito com o padrasto dele, ela apanhava muito do companheiro dela e esse menino reviveu tudo aquilo nessa apresentação, nesse momento de mística. Então algumas místicas mexem muito com nosso emocional, que nos fazem chorar, sentir raiva, indignação. Então eu acho que a mística traz esse montão de sentimentos. (Diego, 2018).

De fato, como dito por Diego, as místicas do MST nos provocam, nos chamam atenção, mostram-nos muitas vezes de forma direta e objetiva a realidade da vida, da vida deles; por esse motivo, muitas vezes ao se deparar com aquela realidade já vivida, principalmente, quando se trata de algo bom ou ruim, é quase que inevitável o choro de alegria e/ou de tristeza. Os sentimentos são aflorados e assim, nessa mistura de sentimentos, alegria, satisfação, raiva, dor, indignação os sujeitos Sem Terra conseguem

refletir e entender mais rápido do que através de uma literatura específica sobre a violência doméstica. Estamos querendo evidenciar que o conhecimento também é adquirido por meio da participação das místicas, pois, os sujeitos conseguem refletir e compreender o que se passa, mediante a dinâmica e processos dessas vivências simbólicas de natureza grupal, interpessoal, política e fomentadora de energias de lutas emancipatórias. As vivências místicas funcionam também como instrumento pedagógico, pois vários conteúdos que se mostram complexos, apresentam-se acessíveis à compreensão um determinado assunto, por meio de símbolos e gestos, pois, há sujeitos Sem Terra que não são alfabetizados e/ou frequentaram pouco a escola e não conseguem compreender textos e palavras que demandam um certo grau de escolaridade. Assim, como fala a militante Joelma: “Às vezes, temos dificuldades de compreender algumas temáticas, e quando essas temáticas são apresentadas em forma de mística, elas ficam mais claras: ela (a mística) tem mais elementos para nos fazer refletir”. (Joelma, 2018). Isto porque as vivências místicas ultrapassam as fronteiras da racionalidade cognitiva; elas estão grávidas de expressões artísticas e, assim, possibilitam uma metodologia diversificada, usando os símbolos do Movimento, tais como: encenação, música, danças, poemas, palavras de ordem, entre outros elementos que as constituem para conseguir alcançar a inteligência e as subjetividades dos sujeitos celebrantes.

Esse alcance da mística nos sujeitos militantes e/ou nos parceiros do Movimento (como algumas pessoas que não são do MST, mas acabam participando de algumas celebrações em eventos, congressos, palestras do MST) é percebido e atestado, de algum modo, pelos seus participantes. A mística toca diferentemente a cada um dos sujeitos envolvidos. Por se tratar de temas e fatos ocorridos com o Movimento, e dependendo da concentração e do quanto aquele/a militante participou da mística, ela vai lhe tocar com diferentes intensidades. Conversando com Diego, a respeito do tocar da mística nos sujeitos, ele falou: “vai depender do dia, de como estamos envolvidos, da atenção que devotamos àquele momento da mística, do tema também: há dias que a gente não presta atenção, então ela não nos toca tanto, às vezes, ela nos faz desmoronar de chorar, de alegria ou indignação”. (Diário de Campo: 10/11/18).

A forma de celebração da mística é influenciada pela região geográfica em que ela está acontecendo, uma vez que a mística leva em consideração a cultura local desses sujeitos. Então, um momento de mística no Nordeste possui elementos diferentes de um

momento de mística no Sul do Brasil. “As diferentes regiões devem incorporar seus costumes, sua culinária, suas danças e suas sadias tradições”. (PELUSO, 1998, p. 11). O autor ainda destaca que mesmo que se tenha essa distinção na mística de uma região para outra, é preciso que a mística apresente as histórias dos sujeitos que lutaram pelo povo, sem jamais esquecer de mostrar as lutas de resistência de sujeitos históricos que doaram suas vidas em defesa da vida, da terra e dignidade do seu povo. Assim, para o autor, a mística deve assumir esse compromisso também de fazer memória das lutas, portanto, das histórias coletivas a partir das realidades regionais, sem perder de vista as lutas nacionais e até de mais longe.

É nesse caminho que aconteceram parte das místicas no Centro de Formação Paulo Freire, em Normandia-PE, no período de outubro-dezembro de 2018. Especialmente nessas celebrações, pudemos perceber esse compromisso com os militantes e lutadores que morreram defendendo seus ideais. Nesta perspectiva, os militantes propuseram uma representação mística dos sujeitos desaparecidos e mortos da época de Ditadura Militar no Brasil.

A mística sobre os sujeitos desaparecidos e mortos na ditadura militar aconteceu por meio de algumas linguagens artísticas, como a representação teatral, a música, as expressões corpóreas e de falas. Os militantes caminhavam em círculos, insinuando estarem perdidos e com muita emoção gritavam os nomes dos sujeitos mortos e desaparecidos da ditadura militar. Como podemos perceber na foto abaixo:

Mística sobre os desaparecidos da ditadura militar no Brasil



Fonte: Foto do autor. Local: Centro de Formação Paulo Freire. Novembro de 2018.

Os militantes andavam e gritavam os nomes dos mortos e desaparecidos, fazendo movimentos de desespero e tensão, medo, dor e raiva, esperança na procura e no desejo de que aqueles pudessem responder algo. A mística vai avançando e os militantes vão mostrando que estão ficando fracos e cansados (passando a ideia de que não estavam mais conseguindo forças para continuar a procura pelos desaparecidos) até que chegam no momento da desistência por causa do cansaço (na representação). Até surgir outros militantes e os levantam, os acolhem e os convidam a continuar na procura.

Percebemos que é um momento de muita emoção, de atenção direcionada e envolvente e de expectativas, tanto para os militantes que assistem, quanto para os militantes que participam na representação. Então, como mostra o MST, a mística assume esse caráter de recordar a história. É um momento celebrativo de pertencimento: eles se percebem ali representados, pois, assim como esses desaparecidos e mortos da ditadura militar, eles, como Sem Terra, também tem muitos companheiros da luta que foram mortos, por reivindicar seus direitos pelo coletivo. Os sentimentos são aflorados, junto com a atenção para a sociedade que se tem e o que os governantes e instituições do Estado podem produzir sofrimentos, destruições e mortes das populações urbanas ou camponesas sem valoração econômico-financeira. Nessa hora em que os militantes gritavam os nomes dos mortos e desaparecidos percebia-se a emoção nos rostos de todos; foi algo que mexeu muito com as intimidades individuais e com a subjetividade coletiva.

Uma outra mística observada que tivemos a oportunidade de presenciar, foi a mística que mostrava uma ocupação de terras pelos sujeitos do MST. Os militantes cuidaram para embelezar o lugar, conseguiram utilizar de vários símbolos, como o boné, instrumentos de trabalho, como foices, falcão, arames, alicates para cortar a cerca entre outros: conseguiram simular uma barraca com lona e se empenharam muito na representação da mística. As falas, os gestos corpóreos, os diálogos na representação, o entrosamento e a expectativa de todos para o desenrolar da história era algo que estava evidente.

Mística sobre a ocupação de terra



Fonte: Foto do autor. Local: Centro de Formação Paulo Freire. Novembro de 2018.

Nesta mística, os militantes estão em volta da representação de um barraco, dialogando e procurando estratégias para se defender dos jagunços do fazendeiro das terras. É um momento de tensão e, ao mesmo tempo, de calma, silêncio total, de todos ali presentes, pois percebem a extrema dificuldade que encontram neste momento que já foi ou irá ser vivido por muitos dali. Após romperem as cercas, ocuparem as terras, plantar, trabalhar a terra, os militantes estão em um momento de organização, traçando caminhos para ver como conseguem negociar com o fazendeiro.

A chegada dos jagunços na terra é algo intimidador, derrubam tudo, queimam, quebram, atiram e matam vários dos ocupantes. Nessa hora, todos se calam, diante da morte representada pelos seus companheiros de luta. É um momento de reflexão de conhecimento, de autoavaliação. Mas porque morreram? Mas porque se nega um pouco mesmo tendo muito? Porque a justiça não colabora com o povo? Essas e muitas outras perguntas surgiam em torno. Muitos não conseguiam enganar o quanto estavam tocados com a cena dos companheiros mortos. E o silenciamento de todos nesta hora mostra a respiração alterada e apenas o barulho das árvores ao serem tocadas pelo vento, os cânticos dos pássaros. Após essa representação, todos se levantam e iniciam o hino do Movimento. A mística é preocupação e coerência. Ela representa a realidade vivida e o

que está por ser vivido ainda: ela move e ela toca, desperta sentimentos e isso envolve o coração, com as paixões, com os medos, entre outros. Segundo a militante Rubneuz:

A mística tem várias formas de se manifestar, inclusive no silêncio, aquele silêncio ensurdecedor, a gente tem por exemplo, uma Mística que é ritualística, que é a motivação do dia, portanto, nossos encontros todos têm temática, você desenvolve essa temática, a forma de celebrar o dia, de trazer presente o dia, os desafios do estudo durante o dia, seja ela numa formação, numa escola ou num grande evento, é a forma de você passar uma linguagem daquilo que você está fazendo, uso de recursos inclusive teatral, arte cênica, para transmitir essa mensagem. Mas a mística não é teatro; ela é sentimento, ela tem um, um, um, e ela tem as formas diversas de se manifestar, [...] a destruição acontecendo ao representar o despejo ali. Aquilo é místico, aquilo é assim: não vão nos derrotar, porque a semente está preservada e a terra vai ser conquistada. Então, isso é místico, um momento dramático e você encontra forças para seguir. Então assim, ela(mística) é interna, ela está presente em cada um e ela se manifesta de diversas formas e inclusive no silêncio. (Rubneuz, 2018).

De fato, como destaca a militante Rubneuz, a mística é também silêncio, ela é contemplação, ela é sentimentos de esperança e por vezes indignação. A mística perpassa todas as atividades dos Sem Terra; ela se preocupa com a coerência da organização, e essa coerência política de pensar é o alimento da mística, se não tiver coerência na Mística ela acaba sendo destruída.

Percebemos também que, o momento de celebração da mística é o lugar onde as utopias, a ética, e os valores são postos de modo evidente. Ela é o alimento dos sonhos, do desejo de se conseguir os objetivos, uma forma de antecipar algo que esteja previsto, mesmo que no momento atual pareça distante como é o caso da transformação social.

A mística é um tema amplo e entendido de várias maneiras como nos mostra as falas dos sujeitos da pesquisa e de Bogo (2010) que destaca três diferentes maneiras de se entender a mística. A primeira é que ela é compreendida como espiritualidade, pela teologia. A segunda maneira é compreendida como carisma, manifestação de habilidades, dedicação, pelas ciências sociais. E a Terceira compreensão pode ser feita por meio da filosofia, que relaciona a cultura em três aspectos: o pensar, fazer e sentir. Tudo isto ligado aos valores como solidariedade, disciplina, companheirismo. Ela é ligada também à estética, à arte, ao cuidado, ao trabalho e à educação.

Por isso, quando perguntamos aos militantes do Movimento: o que a mística do MST? Em geral, apresentam diferentes definições. Para alguns a mística é espiritualidade, que por meio de uma realização de gestos e rituais se consegue uma compreensão de algo. Ela permeia as relações sociais e está dentro de cada um. Para outros, a mística é algo que tem um sentido político, é uma capacidade de projetar sonhos. A mística ela pode ser ainda individual e coletiva, individual quando consegue

despertar naquele sujeito o desejo por ser responsável por sua própria história; coletiva, na medida, que este sujeito não esquece os objetivos da causa que une o sonho dele aos sonhos dos outros militantes. E para outros ainda: a mística está muito presente no trabalho, na educação, nas linguagens artísticas, no cuidado com o outro, consigo e com o lugar.

A partir das observações e das falas dos sujeitos colaboradores da pesquisa, percebemos que a prática da mística exerce uma função fundamental no Movimento, uma vez que, ela anima e revigora as forças dos militantes para continuar na luta, e de fato cumpre esse papel, como podemos perceber na fala de Diego:

A mística é importante, eu vou tirar por mim, tem dias que eu penso de voltar para casa, de cuidar de meus animais, de meus bichos, e tomar conta de minha vida, meio que longe do movimento. Mas, quando eu participo de uma mística ou vou algum encontro a nível nacional ou estadual, eu percebo que tem muitas pessoas preocupadas com a causa, não só do MST, mas de uma sociedade. Então eu me vejo muito ainda nessa luta. Então a mística é o que faz. Essa mística de ver as pessoas lutando e você ver senhores de idade saindo para as mobilizações e, eu enquanto jovem que sou, fico colocando coisa na cabeça de voltar pra casa. Essa mística que me faz a continuar no movimento e a continuar lutando. Não sabemos o que nos espera na frente, mas a mística é o que nos faz segurar assim no movimento. (Diego, 2018).

Essa fala de Diego evidencia o valor e a responsabilidade dos militantes para com a luta teimosa do MST. E que a mística tem uma papel fecundador e refundador das forças individuais e coletivas de continuar nessa peleja política arriscando as suas próprias vidas. Por isso, Ademar Bogo, Leonardo Boff, e Ranulffo Peloso destacam em suas contribuições em relação à mística do MST, que ela é a força motriz que move, é cimento e unidade do Movimento que chama para a luta. Diego em sua fala apresenta uma questão relevante para a mística do MST: o pertencimento. Ele não consegue se distanciar da luta porque a luta dele também é a luta de seus/as companheiros/as; ele se enxerga nessa caminhada da vida através dos outros militantes. Ele é também Sem Terra e a sua identidade o convida diuturnamente para a luta por terra, vida e dignidade.

O pertencimento à determinada causa, se dá por meio de um processo de conhecimento que, por vezes, é longo e, por vezes pode ser curto. Os ensinamentos do Movimento acontecem na escola, sala de aula e também além dela. A mística por meio de sua metodologia também produz conhecimentos, que permitem aos militantes avançar em busca de seus ideais. A mística pode ser vivenciada de diversas maneiras, seja por meio de uma música, de uma palavra de ordem, de uma ocupação, a mística sempre está presente, ensinando e encorajando, motivando e animando.

7.3 CARACTERÍSTICAS E SENTIDOS DA EPISTEMOLOGIA DA MÍSTICA

Ser do MST é compartilhar das ideias e dos sonhos em comum, tendo como esteio a luta pela terra e por dignidade na aposta de que *outro mundo é possível*. Os sujeitos Sem Terra percebem isso desde dos primeiros dias, ou até mesmo antes de entrar no Movimento, já percebem que possuem algo em comum com os outros sujeitos do MST, seja por dividirem praticamente a mesma forma de viver, sonhos e os objetivos que desejam alcançar.

O povo pobre, circunstancialmente, tem uma característica muito forte e presente: ser solidário. Isso deve-se ao fato de saber o quanto é difícil conseguir sobreviver em meio à desigualdade social latente. E no Movimento não é diferente, uma vez que os agricultores/as constituem expressão significativa dessa população empobrecida, conhecendo de perto as dificuldades para manutenção da vida, ela sabe o quanto precisa ajudar e ser ajudada.

Esse cuidado com o outro e a procura por algo maior para o coletivo são vistos, frequentemente, dentro do Movimento. Esses sentimentos são causados principalmente pelo percurso que o MST foi traçando e pelas influências que foi recebendo e ressignificando. A paixão, a esperança e a imaginação são frutos e meios da mística se locomover. Esses e outros sentimentos tem raízes na mística cristã, que mostra a figura de Jesus histórico, sofrido e comprometido com os pobres. Como nos mostra Leonardo Boff, no caderno de formação de nº 27 do MST:

A mística cristã, porque é histórica, orientar-se-á pelo seguimento de Jesus. Tal propósito implica um compromisso de solidariedade para com os pobres, pois Jesus se contou entre eles e pessoalmente optou pelos marginalizados das estradas, do campo e das praças das cidades, implica um compromisso de transformação pessoal e social, presente na utopia pregada por Jesus, do Reino de Deus, que começa a realizar-se na justiça dos pobres e a partir daí para todos e para toda a criação. (BOFF, 1993, p. 33).

Como percebemos neste recorte e em muitos documentos do MST que afirmam as influências oriundas das Comunidades Eclesiais de Base, que serviram de inspiração no modo de vida e surgimento do Movimento que recebeu e com o tempo foi modificando essas influências de natureza eclesial-religiosa. Estas influências e marcas espirituais consubstanciaram o entendimento identitário das suas lutas coletivas demarcando um diferencial do MST entre muitos outros movimentos sociais rurais e

urbanos, a saber: as vivências da mística, a entronização das unidades, da articulação e da força do simbólico como elementos sedimentadores dos ideais, das lutas e da renovada coragem dos seus militantes.

A solidariedade é algo presente nos militantes, “a busca por ajudar o companheiro na realização da atividade em sala de aula é algo que nos chama a atenção. Pois, costumeiramente, não percebemos em salas de aula tradicionais essas atitudes de entreatajuda, de cuidados recíprocos”. (Diário de Campo, 10/10/18). Este trecho do diário de campo foi umas das observações que não poderíamos deixar passar, este momento em sala de aula, a procura por não deixar o companheiro sozinho na atividade que tinha dificuldade, é mobilizador. A atividade se tratava de fazer uma leitura de texto e tomar nota dos principais pontos do texto. Como alguns militantes do curso de formação *Pé no Chão* tinham dificuldades de sistematizar as ideias na escrita e também pelo fato de alguns serem iniciantes no Movimento, estes últimos superavam esses obstáculos, mediante a contribuição dos companheiros mais experientes na articulação das ideias e da escrita. A solidariedade também é algo destacado na fala da militante Rubneuz, em entrevista, quando relata sobre a perda de companheiros: “[...] morre um companheiro, ou é assassinado um companheiro, todos se solidarizam no Brasil todo.” (Rubneuz, 2018). De fato, como destacou na entrevista, a ligação de sentimentos para com o próximo dentro do coletivo é algo visível. Seja pelo motivo triste como a morte de um/a companheiro/a que se foi ou pela vontade proativa de fazer algo em prol dos pares da luta. Nota-se que essas características que tecem o coletivo marcam significativamente a rotina destes sujeitos militantes.

A solidariedade, o cuidado e o amor pela causa são manifestações de resistência, uma vez que estes sentimentos os fazem manter-se firmes na luta. Mas para se manterem firmes em seus objetivos, percebem que é preciso não perde-los, é necessário a vivência das experiências e dar significados ao que se vive. Nesta direção, a mística do Movimento possui essa capacidade de centrar a atenção dos militantes, incluindo suas subjetividades, nos objetivos da luta, ao mesmo tempo que possibilita encontros formativos com tonificação e leveza, de encorajamento das forças motrizes que os nutrem.

A mística possibilita conhecer vários assuntos, conteúdos e acontecimentos sejam eles recentes ou não, utilizando de uma forma leve e diversificada, uma maneira de mostrar um tema para a reflexão dos sujeitos. A mística é sentida, vivida,

experienciada e se encontra dentro dos militantes, alcançando um nível mais profundo das suas intimidades, como diz Boff: “quando captam o outro lado das coisas e quando se sensibilizam diante da riqueza do outro e da grandiosidade, complexidade e harmonia do universo. Todos, pois, somos num certo nível místicos”. (BOFF, 1993, p. 29). A experiência de sentir e viver algo como a conquista de um lugar para trabalhar, e/ou ver seu filho nascer, presenciar uma cena triste de morte e tudo isto lhe tocar, comover, chamar sua atenção e produzir revisitação das memórias individuais e coletivas e, por conseguinte, ressignificações de reinvenção de si mesmo e das lutas que prosseguem.

Aprendemos com os mistérios que cercam nossas vidas, mesmo que de certo, por ser um mistério e não poder ser totalmente decifrável, este mesmo assim, passa a ser razoável, provocador de reflexões e fornecedor de lampejos de sentidos. Conseguimos entender o momento de parar, recuar e/ ou prosseguir em determinado caminho, mesmo que por vezes nada se pareça muito claro. Na mística do MST, podemos encontrar esses acontecimentos do passado, presente, e com antecipação de um futuro. Por vezes ela pode não ser compreendida em boa parte, mas ainda assim, quando experienciada é sentida, e mesmo que deixando algo escondido, que não foi apresentado e/ou identificável (o mistério), ela potencializa novas forças mobilizadoras.

Aprender com a mística é algo que faz parte do engajamento da luta do MST, pois, na mística estão os grandes sonhos, as visões de mundo, o que ainda está por vir, os desejos, as energias, os sentimentos e aspirações comuns. É por meio da mística da ação-reflexão-mobilização que cimenta e renova o pertencimento ao movimento e o compromisso ético e político que os militantes do MST assumem intensamente em suas vidas.

Acompanhando os militantes no Centro de Formação Paulo Freire, percebemos que a mística, para além de ser vivida pela espiritualidade de emolduramento religioso, envolve e demanda um sentimento de devoção ao sagrado que influencia o comportamento das pessoas, com as práticas dos valores da solidariedade, justiça, companheirismo, entre outros. Verificamos também que marca presença a mística no sentido das ciências políticas, compreendida como carisma, manifestação de habilidades e dedicação. Juntando-se ainda a concepção da mística no sentido mais filosófico da valorização cultural. Sendo esta mística entendida como a própria existência, a forma de trabalhar e organizar a luta, conviver, cantar, encenar dando-lhe sentidos.

Partindo desse sentido mais filosófico da mística, que mostra ela fazendo parte da própria vida do Sem Terra, percebemos mediante as leituras realizadas nos documentos do MST, e nas observações realizadas em campo, que ela possui um vasto caminho de possibilidades para construção de conhecimento, uma vez que, para experienciar um momento de celebração entre os sujeitos, os responsáveis pela organização da mística devem procurar traçar caminhos, planejando, o que envolve também pesquisar a respeito do tema referenciado, como será o encontro, a musicalidade, a ornamentação do espaço de celebração, entre outros. Exige um estudo prévio, de determinado assunto/tema a ser tratado no encontro, precisa da organização do espaço, dos próprios militantes, e dedicação para que na celebração a mística possa provocar reflexões nas pessoas. Segundo Rubneuz:

[...] você desenvolve uma temática, a forma de celebrar o dia, de trazer presente o dia, os desafios do estudo durante o dia, seja ela numa formação, numa escola ou num grande evento. É a forma de você passar uma linguagem daquilo que você está fazendo, uso de recursos inclusive teatral, arte cênica, para transmitir essa mensagem. Mas a mística não teatro, ela é sentimento, ela tem umas formas diversas de se manifestar. [...] Em um momento dramático e você encontrar forças para seguir em frente, isso é místico. Ela (a mística) é interna, ela está presente em cada um. (Rubneuz, 2018).

De fato, como falou a militante Rubneuz, os momentos de celebrações do movimento são preparados, pensados e organizados. Esses momentos são vividos antes, durante e até mesmo depois da celebração, momento em que a mística é experienciada por meio de linguagens artísticas, nas suas mais diversas formas, seja por meio de um poema, uma música, uma encenação da realidade, algumas palavras de ordem ecoadas, entre outras formas de manifestação que o grupo encontra para expressar o tema proposto para refletirem e internalizarem.

Esta prática simbólico-pedagógica mostra que o Movimento se constrói por meio da valorização do sujeito coletivo, e isso é visto com clareza que em cada sujeito Sem Terra, o aspecto implicativo da militância, da responsabilidade que cada um/a tem dentro do Movimento tem notoriedade. Por isso, não é *teatro*; constitui-se em rebatimentos na rotina e nas lutas do referido movimento. Espelha-se também nas vivências celebrativas em que cada indivíduo tem uma tarefa específica a desenvolver dentro do grupo que está responsável pelo acontecimento da mística de cada encontro.

A divisão dos grupos para a mística acontece mediante a escolha coletiva e na presença de todos/as. As brigadas são divididas e cada grupo fica responsável por desenvolver determinada tarefa no espaço que estão. Mas essa divisão e tarefas não são

estáticas, têm-se uma modificação delas ao passar dos dias. Ou seja, cada dia uma brigada (denominação usada pelo Movimento para falar sobre a divisão de grupos para realização das atividades a serem desenvolvidas) fica responsável por determinada atividade e, conseqüentemente, cada momento do encontro celebrativo, uma brigada (grupo) fica responsável por pensar e organizar a mística.

Assim é a organização como um todo do Movimento, em que os cargos/funções são rotativos, na mística também isso acontece. Então, em cada encontro um grupo diferente fica responsável por este momento de celebração.

Pudemos observar que durante as formações das brigadas para a realização do momento da mística, sempre ficava um militante com mais experiência no Movimento. Ou seja, um sujeito que está há mais tempo na luta, que contribuía muito para ajudar aos demais com pouco tempo dentro do Movimento. Essa estratégia facilitava bastante no pensar a organização e o desenvolvimento da mística.

À medida que os grupos vão se organizando e buscando pensar em como desenvolver essa mística, vão se criando espaços educativos, uma vez que, para desenvolver um tema, é preciso conhecer mais sobre ele, então torna-se necessário a procura, a sistematização e a discussão do tema. Esse processo de pesquisar a temática, ler, sistematizar, estudar e transformar o entendimento do assunto, para um momento celebrativo, caracteriza esforço e disciplina por parte dos militantes. Então ao passar por todo esse processo, é explícita a aprendizagem do/a militante, uma vez que, se com o conteúdo se aprende, e quando um sujeito revela, socializa aquilo que se apropriou na vivência celebrativa, obteve-se, sem dúvida, uma situação aprendente e ensinante. Neste sentido, podemos dizer que a preparação, organização e vivência da mística constituem aprendizagens e produzem conhecimentos para todos/as, como afirma Rubneuz:

A mística do ponto de vista pedagógico e até metodológico, ela é exatamente educativa, porque quando você toma para si uma temática, você vai desenvolver essa temática, isso requer investigação. Primeiro, você vai ter que pesquisar a respeito daquela temática, depois você tem que buscar formas corpóreas, para representar essa temática, seguindo de elemento cênico para você apresentar. Então, as escolas que adotam a mística como elemento de motivação do dia, ela por si só é um processo educativo. Porque envolve vários elementos que colocam em movimento várias dimensões da aprendizagem, o cognitivo, o corpóreo, o lúdico, o afetivo, o emotivo, então ela é permeada por esses elementos. (Rubneuz, 2018).

Como destacou Rubneuz e observado em campo: de fato, os militantes do MST participam de um grande momento educativo, que se inicia muito antes da celebração da mística, quando é decidido em conjunto o tema a ser desenvolvido para reflexão dos

sujeitos, a busca por conhecer mais a temática de perto, utilizando-se da pesquisa em livros, revistas, cartilhas, internet, vídeos, entre outros recursos, afim de conhecer mais sobre o conteúdo e conseguir elaborar a mística de forma que os seus companheiros/as consigam entendê-la. A mística tem esse viés pedagógico, o que possibilita uma melhor compreensão dos princípios do Movimento, também dos assuntos e acontecimentos do mundo e dos problemas que estão em volta. Segundo afirma Joelma:

A mística pra mim é um elemento educativo. Aprendemos porque ela traz ensinamentos. Às vezes, temos dificuldades de compreender algumas temáticas, e quando essas temáticas são apresentadas em formas de místicas ficam mais claras. Ela tem mais elementos para nos fazer refletir. Então, a mística está sempre nos **ensinando valores, temáticas, a viver em coletivo**. Então a mística tem uma dimensão educativa para os militantes e também para quem não é militante; as pessoas engajadas na luta e pessoas que simplesmente assistem e conseguem entender com ela. Então ela é um elemento educativo dentro do MST e dentro das lutas sociais. (Joelma, 2018). [grifo nosso].

Como foi explicitado nas falas acima e também observado em campo, a mística possui um conteúdo, que se expressa de diversas maneiras, muito embora este conteúdo não seja totalmente mostrado, é o que se chama de mistério; mesmo assim, a mística é entendida, mesmo que não em sua totalidade, uma vez que sempre vai haver algo novo a se desvelar na mística, pois, existe algo que não fica igual para todo/as, que não é acessado e atingido de forma igual para todos/as. Compreendendo-se também que esse “mistério” perpassa os símbolos do Movimento, presentes nas marchas e nas místicas do MST, que demandam tempos diversos de alcance compreensivo em razão da sua natureza polissêmica e tendencialmente difusa. Todo e qualquer símbolo revela e esconde, amplia e direciona olhares múltiplos e leituras diversas.

Os símbolos fazem parte e estão presentes em toda organização do Movimento, pois procuram mostrar a identidade coletiva dos militantes, bem como os representa. Talvez os símbolos mais conhecidos para a sociedade em geral são a bandeira do MST, o boné e os instrumentos de trabalho na terra. A bandeira por representar todo o Movimento sempre está em todos os lugares que tem Sem Terra: nas escolas, nos alojamentos, nos assentamentos e acampamentos, nas casas dos assentados, ou seja, onde há Sem Terra a bandeira anuncia, comunica, simboliza.

Se perguntarmos para algum militante do MST o porquê da cor preta nas letras da bandeira do Movimento, alguns vão falar que essa cor representa o luto pelos que já tombaram na luta, outros vão falar que a cor preta representa as lonas pretas das barracas montadas em acampamentos; outros vão falar que é a representação da noite

escura das madrugadas, outros vão falar que é o momento de ocupação, tenso e escuro, e surgirão muitas outras explicações para o significado da cor preta na bandeira do MST. Esse é o “mistério” que se encontra na mística do Movimento por meio dos símbolos; é algo que não se esgota, não é algo pronto e definitivo, de sentido fechado e unívoco. As lutas enfrentadas vão, de forma dinâmica, ampliando os significados que os símbolos, por sua própria natureza, possibilitam à medida que traduzem as inquietações, esperanças e resistências que cada situação beligerante vai impondo, potencializando e produzindo sentidos de persistência criativa das lutas por terra, vida e dignidade.

Percebemos nas falas das militantes entrevistadas, especialmente, Rubneuz e Joelma, que a mística constitui-se de uma organização, de uma sistematização de natureza formativa para cada momento celebrativo. Os militantes utilizam-se de pesquisas para conhecer o assunto a ser desenvolvido; servem-se de discussões no coletivo para decidir o tema e como melhor trazer a temática para reflexão; acrescenta-se ainda, a seleção dos elementos a serem mostrados, os símbolos, a organização do espaço em termos estéticos e funcionais em que acontece a celebração. As vivências da mística, por meio desse itinerário metodológico, possibilita ensinar os valores, apresentar temáticas, às vezes difíceis de serem compreendidas por exposições sedimentadas, privilegiadamente, por argumentos lógicos de perfil cognitivo-explicativo. O exercício da mística vem em socorro da mobilização de outras dimensões presentes no individual e coletivo, intencionando melhor compreensibilidade e adesão aos conteúdos apresentados e desenvolvidos durante as celebrações que preparam e antecipam as sessões de estudo que, didaticamente, sistematizam os conhecimentos.

Na mística, os sujeitos conseguem se ver e por se reconhecerem representados afirmam seus laços com seus companheiros e com o Movimento. Na fala ainda das militantes, Rubneuz e Joelma, notamos que a linguagem artística é trazida como ferramenta possibilitadora do desenvolvimento dos processos sensitivos, emocionais e reflexivos das práticas celebrativas que incluem e caracterizam a inteligência simbólica. Então, a ludicidade e as linguagens dos corpos são as principais formas de se conseguir fazer uma mística que provoque e desperte nos participantes: reflexão, sentido, sonhos, imagens e coragem dos militantes sobre determinado assunto, temática, conteúdos apresentados que, em geral, solicitam posicionamentos e enfrentamentos que, não raro, expõem as próprias vidas. Ainda para Joelma:

A mística pode ser apresentada por meio de celebração coletiva nas atividades. Ela (a mística) se manifesta para nós de forma individual e coletiva, porque cada um sente algo diferente com a mística, não é o mesmo sentimento, não é como uma peça de teatro que conseguimos interpretar de forma parecida. A mística nos toca de maneiras diferentes. **Ela tanto pode ser vivenciada, nessa forma de celebração, como ela pode ser vivenciada nas práticas cotidianas, como essa energia que move a militância.** (Joelma, 2018). [grifo nosso]

De fato, como explicita Joelma a mística do MST é vivenciada de formas variadas, ela é contemplativa, política e pedagógica; é vivenciada nos momentos de celebração com apresentação de uma música, a declamação de um poema e/ou por meio de uma representação ou uma encenação, por exemplo. Mas também pode ser vivenciada de forma individual, como um momento contemplativo das árvores, das plantações e/ou da ornamentação do espaço ornado que evoca a harmonia constituída de cores contrastes e complementares. Essas são vertentes da mística que Leonardo Boff (1993) traz em seu texto “alimentar nossa mística”, no qual fala do sentido misto de mistério e mística, corpo e celebração, símbolos, gestos e realidades imediatas (cotidiano) e mais amplas e de alcance macro. Numa palavra: é realmente celebrativo tudo aquilo que reúne, condensa e exprime o sentido sócio-político e utópico que energiza as forças internas e mobilizadoras dos sujeitos coletivos.

Com essas práticas celebrativas, a mística do MST consegue aprender, apreender e desenvolver os valores específicos do Movimento, tais como: a humildade, honestidade, coerência, convicção, perseverança, paixão pela luta, espírito de sacrifícios, responsabilidades, ter disciplina, respeito, união, viver e pensar em coletividade. Como falou Joelma, ela é bastante celebrada por meio de encenações da realidade vivida, mas não nos moldes tão-somente representativos de um teatro; pois não é um faz de conta, não é ficção, e sim, é a realidade que se tem (o momento presente) e que é esperada (o futuro sonhado) por todos/as Sem Terra.

Na mística do MST, os símbolos são muitos presentes, como já havíamos dito anteriormente, a exemplo da bandeira, do hino, dos cantos da luta, das palavras de ordem, das lembranças de militantes e das figuras históricas que já morreram e que são lembradas para mostrar o quanto conseguiram avançar na luta por direitos e liberdade. Soma-se a isto outra característica da mística e que também foi vista em campo fazendo as observações: é o destaque que todas as celebrações apontam, *a utopia*. Era nítida a vontade de mostrar esse desejo de realizar o sonho, de transformar a realidade atual e evidenciar que isso só será possível por meio de muito esforço, engajamento e

sacrifícios na luta de modo consciente, planejado e eficaz, para assim, elevar o nível de consciência e de envolvimento dos sujeitos na autodeterminação individual e coletiva na modificação das estruturas sociais.

De fato, é demandado muito esforço, engajamento e sacrifícios desses sujeitos para com a luta. Percebemos que é preciso força, e só por meio dessa força, essa energia que os convidam e os movem para luta é possível sustentá-los/as por tanto tempo nesse caminho. A fala de Diego nos apresenta um pouco dessa realidade e sacrifícios que são feitos para continuar lutando em busca do sonho. Segundo Diego:

Mística é algo que me inspira a lutar pelos meus objetivos, não só pelos meus, mais que, ela é uma força que nos dar coragem para buscar nossos objetivos todos os dias. E quando fala de mística é uma vontade de lutar por uma sociedade mais justa, assim traz os elementos da mística, ou quando a mística reflete esses elementos de uma sociedade igualitária, de pensar no próximo, do convívio com o coletivo, de você não pensar só em si, mas algo em torno de você, das pessoas, do meio ambiente, de todos os elementos que possam fazer bem a você e a outros. Eu acho que mística é um sentimento de continuar lutando, ou de lutar pelos objetivos ou por algo que você pretende alcançar. [...] A mística se materializa quando ela consegue despertar sentimentos das pessoas, por uma fala, um toque, quando a pessoa toca em outra e faz sentir bem, e que isso possa trazer boas lembranças de sua vida. Ela causa também indignação. Então eu acho que **ela se materializa por sentimento.** [...] Às vezes penso em voltar pra casa, cuidar dos meus bichos e tomar conta de minha vida, meio que longe do Movimento, sabe. Mas, quando vejo e participo de uma mística, eu percebo que tem muitas outras pessoas preocupadas com a causa, não só a causa do MST, mas de uma sociedade; então eu me vejo ali, me vejo nessa luta. Então, **a mística nos faz isso, nos faz segurar no Movimento.** (Diego, 2018). [grifo nosso]

Como podemos observar na fala de Diego, a mística assume esse sentido de chamar para a luta, mostrando o significado de permanecerem na caminhada. A mística se manifesta, materializa-se de acordo com a realidade vivida, mediante as condições reais dos militantes, bem como dos lugares com seus diferentes costumes, sentidos e expressões de visão de mundo, da vida e das lutas intermitentes de viver. Ela não é igual em todo canto, mas possui alguns elementos em comum que conseguimos ver em qualquer região do Brasil. Ela assume o caráter de recordar histórias de sujeitos que lutaram por direitos e liberdade, sua ritualística não pode ser imposta; a mística é construída a partir da realidade vivida dos trabalhadores e trabalhadoras, pois, em alguns momentos ela produz sentimentos de contentamento e também de indignação, em outros aparece como perseverança e como fonte de questionamentos. A mística ainda é individual e coletiva. Está ligada diretamente à natureza da organização do MST e seus princípios, bem como à história de luta e dos tipos e formas de enfrentamento que cada região e situação imprime e impõe aos sujeitos envolvidos.

A fala de Diego também revela uma questão de identificação para com o Movimento: é explícito em suas palavras, o alcance significativo para Diego que consegue se ver representado nos outros militantes, percebe sua identidade reforçada nos momentos de celebração, quando ele menciona: “então eu me vejo ali, me vejo nessa luta”. (Diego, 2018). Podemos por em realce a sua paixão que o envolve na luta, o seu compromisso com a causa, o espírito solidário com seus companheiros/as e os seus sonhos que compartilha também dos sonhos desses outros militantes. A mística une, reúne e condensa de forma caleidoscópica: realidades adversas e utopias, projetos individuais de vida e o senso do coletivo, razão e sentimentos, corpo e símbolos, medos e processos de encorajamento, impulsos de desistência e mecanismos de perseverança.

Esta fala de Diego, se referindo à sua imagem refletida no corpo do Movimento ao participar de uma mística, mostra-nos o quanto ela é o motor e a força que os movem. A identidade de trabalhador rural Sem Terra de Diego é refletida e por ele vista na vivência da mística do MST. Como pudemos observar, os símbolos do Movimento que estão presentes nas celebrações, produzem autoconhecimento individual e coletivo, ao mesmo tempo, que despertam a busca de lucidez sociopolítica, a curiosidade em compreender as sutilezas que cada conjuntura das políticas do campo mostra-se nos emaranhados da retórica governamental e das artilhosidades das informações da imprensa. Por meio dos símbolos e celebrações, o militante se vê pertencente àquele grupo, àquela luta e sentem-se compelidos à inteligência dos sistemas manipuladores que o capitalismo em suas diferentes facetas consegue impressionar e convencer os desavisados neste contexto confuso e difuso de tantas informações e fake news.

Nessa direção, podemos afirmar que a mística possui um conhecimento que ultrapassa as barreiras lógicas da racionalidade cognitiva. Outras dimensões e inteligências são evocadas, tais como: a *razão sensível*¹⁸, a inteligência emocional, o corpo consciente e em situação que aprende e apreende a si mesmo e algo que ultrapassa a suposta engenharia cerebral apartada dos sentimentos e dos contextos em permanente ebulição. Estes conhecimentos são elaborados e se configuram por meio de uma organização, uma gramática de símbolos e de signos emblemáticos do Movimento,

¹⁸ Em sua obra “Elogio da razão sensível”, Michel Maffesoli, discute, as razões da razão abstrata, e as intuições e as pretensões da razão vital. Mostrando que as razões da razão abstrata é representada a hegemonia de um determinado grupo, que valoriza e respalda o cunho acadêmico. Enquanto, as intuições e as pretensões da razão vital, procura valorizar os saberes do cotidiano, os saberes do senso comum, como sendo algo imprevisível, trágico, não racional e imaginário. MAFFESOLI, Michel. Elogio da razão sensível. 4, ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

a saber, a bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho, os frutos do trabalho no campo, o boné, a música, a poesia, a marcha e o jornal do MST. Tudo isso numa composição e linguagem simbólicas engendra uma temporalidade em movimento (passado, presente e futuro) com uma densidade potencializadora de pertencimentos, de identidades, de energização, de valores éticos, de itinerários pedagógicos e de alcance epistemológico, produzindo novos saberes e questionando o desenho logocêntrico do ocidente inteligir, interagir e intervir na história coletiva em permanente construção.

Portanto, conforme vimos acima, assim compreendemos as características e os sentidos da epistemologia da mística que, servindo-se da pedagogia específica do Movimento, tendo por base teórica os princípios da educação popular, enquanto balizas dos entendimentos ensinantes-aprendentes adquiriu uma feitura própria com bastante clareza do perfil humano que preconiza, o projeto de sociedade que advoga e as intencionalidades pedagógicas que forjam a sua práxis pedagógica como um todo.

Somam-se a isto, as contribuições da Teologia da Libertação que, construídas e munidas da inspiração cristã de forma militante-transformadora (fé e política), plantaram e regaram a compreensão e a pertinência das práticas celebrativas que ultrapassam o modelo escolástico, marcadamente sentencial e explicativo, mirando a construção de saberes, sabores e sentidos que precisam ser alcançados com e pela subjetividade dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, as formações do Movimento Sem Terra também formatadas pela inclusão do simbólico, do místico, tornam-se singulares e anunciam para a academia, para os partidos políticos e mesmo para a intelectualidade da esquerda no Brasil que se pode formar os militantes noutros desenhos pedagógicos e com outra performance epistemológica.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesta pesquisa compreender a pedagogia do MST e a epistemologia da mística, dentro dos processos de luta dos sujeitos Sem Terra com seus potenciais mobilizadores no Centro de Formação Paulo Freire em Caruaru-PE. Para isso, procuramos identificar e caracterizar a pedagogia do Movimento Sem Terra; compreender o alcance da simbólica humana produtora de sentidos nas subjetividades dos militantes do MST e evidenciamos a relação entre a mística, o seu teor pedagógico e o seu alcance político emancipador nos sujeitos Sem Terra.

O processo educativo dentro do Movimento exige outro olhar para com os sujeitos, um olhar mais dentro da realidade, mais atento e ágil para a necessidade das problemáticas enfrentadas no dia-a-dia pelos Sem Terra. Pois, são muitas as problemáticas em volta na vida desses sujeitos, que buscam e efetivam práticas de uma educação libertadora, afim de que está libertação aconteça. Para isso, vimos que os sujeitos evidenciam a necessidade de traçar vários caminhos nos processos de ensino-aprendizagem.

O processo educativo dentro do MST é diferente do processo educativo nas escolas que não são de acampamento e assentamentos, ou seja, as escolas fora do MST assumem a postura do sistema de mercado imposto, uma vez que seguem o currículo, marcadamente, traçado a partir dos interesses latifundiários, do capitalismo especulativo, num emolduramento excludente, em especial, no tocante aos povos camponeses e ainda com características urbanocêntrica, patriarcal e misógina.

Conseguimos verificar que a educação dentro do MST possui características próprias que foi se construindo com o passar do tempo, em que os sujeitos Sem Terra percebem a importância da educação para eles, pois, é preciso se apropriar dos códigos formais, do conhecimento científico, das leis e projetos, para assim, conseguir ter conhecimento e saber porque está lutando, numa perspectiva de autonomia dos sujeitos e dos processos de emancipação preconizados pela educação popular.

Neste sentido, verificamos que nesse processo de educação do MST se evidenciam suas buscas, seus ideais, nos quais têm destaque a luta pela reforma agrária, por uma educação que atenda às demandas das populações dos acampamentos e dos

assentamentos, por dignidade, no contraponto dos seus direitos não acessados, suas identidades negadas, suas histórias e sonhos silenciados. Para isso, por meio da educação dentro do Movimento há o intento persistente e ousado de elaborar e materializar compreensões e práticas pedagógicas que ultrapassam os limites do currículo formal, oficial e funcionalista das escolas que se encontram e que atestamos fora dos movimentos sociais do campo.

É por meio da reconfiguração da compreensão de escola e educação que o MST consegue trazer uma formação humanizada, crítica, reflexiva e autônoma. Conseguimos ver que a escola dentro do Movimento, assume outra perspectiva, um posicionamento contra-hegemônico, contra o capital e voltada para formação integral do ser humano. Foi identificado também que a educação acontece também para além dos muros das escolas, e que acontece a todo momento, seja por meio de uma conversa, seja por meio da realização de um trabalho, em uma marcha, ou em uma ocupação, pois a pedagogia do Movimento advém e assume uma perspectiva de educação popular, libertadora e revolucionária.

Notamos que a educação dentro do MST remete aos princípios filosóficos do Movimento, uma vez que perpassam a visão de mundo desses sujeitos, as suas concepções em relação às pessoas e sociedade. Assim, a educação dentro do MST é: uma educação para transformação social, uma educação vinculada ao Movimento, ela é aberta para o mundo e para o qualitativamente novo; é voltada para ação, trabalho, cooperação, para as várias dimensões humana, entronizando os valores humanistas, sensíveis e socialistas.

A sua pedagogia estrutura-se numa relação constante entre prática e teoria, com metodologia diversificada, uma vez que o Movimento entende que nem tudo se consegue aprender da mesma forma, e que no processo educativo a realidade deve ser vista como base na produção do conhecimento, tornando assim, os conteúdos e as metodologias formativos marcados pela intensa participação dos sujeitos. A educação também é vista para o trabalho e pelo trabalho, estabelecendo-se também vínculos entre os processos educativos e políticos, econômicos e socioculturais, prezando por uma auto-organização dos sujeitos e por uma gestão democrática.

Todo este desenho pedagógico e epistemológico do Movimento dos Sem Terra traz em seu bojo as inspirações diretas, as contribuições basilares dos princípios da Educação Popular em que a elaboração do conhecimento dá-se de modo

contextualizado, em que suas problemáticas e inquietações são oriundas das estruturas e conjunturas que cimentam cada performance macrossocial de determinado contexto. Sob essas bases compreensivas, o desenho pedagógico erige seus conteúdos, seus métodos e destinos aprendentes-ensinantes. Neste estamento, a dimensão política tem assento privilegiado no empenho de produzir sujeitos sociais intérpretes e co-participantes da história comum de modo consciente, ativo, interativo e, ao mesmo tempo, sonhador, criativo, prenhes de utopias sociais de vida e dignidade para todos/as. Nesse seguimento pedagógico, a escola materializa-se, sobremaneira, nas lutas, no campo, nos assentamentos, recheado da dimensão dos significados que se encarregam de puxar para o interior humano dos militantes, maior penhor dos estruturantes da apropriação dos ideais e das convicção dos valores, métodos e utopias adotados e assumidos por todos/as

Em relação à compreensão do alcance da simbólica humana produtora de sentidos nas subjetividades dos militantes do MST, percebemos que a mística desenvolvida pelo Movimento desperta o que dorme em cada sujeito, pois envolve paixão e esperança, sendo a paixão o que oscila entre os sentimentos e a consciência, ancorada nas esperanças que, por sua vez, fazem recortes históricos das utopias, enquanto horizonte maior no intuito de antecipar parcialmente o que se deseja coletivamente por terra, vida e dignidade para todos/as. Para tanto, a mística reveste a imaginação, esta sendo compreendida como dimensão profundamente humana que consegue materializar-se em fatos, forjar acontecimentos e antecipar o futuro aberto, inacabado, ensaiando uma preparação contínua em criar ainda mais amplas e profundas em termos de rasgos históricos de um *outro mundo é possível*.

Nesta direção, compreendemos que toda a simbologia do MST tem um alcance direto e significativo na vida desses sujeitos. Por meio da mística, mediante gestos, cantos, danças, textos e símbolos se consegue desenvolver os valores, os princípios e sentimentos que conseguem segurar a luta, enfrentar os medos e sedimentar o pertencimento coletivo, a identidade do Movimento.

A utilização das ferramentas de trabalho, a criação da bandeira, do hino, dos cânticos, das palavras de ordem, da marcha, do jornal, entre outros, são expressões que produzem sentidos, ao mesmo tempo, que também anunciam uma identidade, a identidade Sem Terra, rebelde e subversiva. Por meio da simbologia os sujeitos

conseguem se identificar e serem representados, mostrando quem são, o que querem e o porquê ainda estão marcha de modo teimoso, perseverante e criativo.

É por meio da mística que se mantém viva a história do Sem Terra, uma vez que no momento de celebração se pode trazer os acontecimentos do passado, presente e antecipar o que se espera(futuro). Ela une e fortalece, dando consistência ideológica, solidez política e forjando esperanças e sonhos.

De fato, a mística é uma força que une e convida para entrar e permanecer na luta, pois, traz à tona um conteúdo que não se mostra por completo, daí vem o mistério, que atinge os militantes de diferentes formas. Ela se revela em todos os momentos seja no coletivo ou no particular, em uma festa e/ou em um momento individual como a contemplação da produção, das árvores, pássaros, natureza, em uma reunião, um ato, ou em um trabalho, estes momentos podem tornar presentes as razões pelas quais lutam todos os dias. Podem apresentar os motivos que os unem e fazerem-se companheiros, por laços invisíveis e garantidores, pois, tudo isso pode se exprimir os valores da luta que muitas os expõem aos riscos de morte individual, de parentes e de companheiros/as

Essa energia pode se apresentar e ser sentida de maneiras e intensidades diferentes, a depender da pessoa e do estado e o quanto ela está envolvida no momento celebrativo. Essa energia ela é vital para a manutenção da chama da luta, pois ela marca, traduz uma convicção e reforça a luta.

A mística do MST ajuda também a refletir, a desenvolver a humildade, honestidade, coerência, convicção, perseverança, responsabilidade, disciplina, paixão e amor pela causa, pois tudo isto fermenta nos sujeitos o teor da utopia, eleva a consciência dos sujeitos, apresentando os conteúdos por meio dela. Ela é vivida, experimentada, internalizada em cada celebração e mesmo no cotidiano da luta envolvendo constantemente a nervura do individual/ coletivo. Essa tessitura é distinta, porém, não é separada.

Produz um conhecimento que ultrapassa a lógica racional; é algo que vai além da explicação racionalizada, uma vez que esse processo educativo é vivido alcançando as múltiplas dimensões humanas que extrapolam o cognoscitivo e robustez da retórica.

Nesta esteira compreensiva da mística do MST, consideramos que ela firma uma epistemologia, pois, ela introduz a inteligência simbólica dos sonhos e imagens dos ideais coletivos de afirmação dos sujeitos e das suas emancipações no arcabouço

formativo dos seus militantes, mobilizando-os nos formatos aprendentes, nas lutas pela terra e dignidade, num arcabouço teórico na contramão da razão formal e instrumental, propondo a cidadania da pedagogia da razão emocional, da razão que leve em conta a subjetividade humana que impele outras lógicas, temporalidades, alcances e desdobramentos. A razão que comporta as sensibilidades, a ingerência do simbólico, não só nos afasta do logos grego e da razão cartesiana (sem satanizá-los); ela nos indica que nós, humanos, somos mamíferos emocionais, que somos compostos de pathos, de eros, da capacidade de sentir, de afetar e de sermos afetados. Isto é bastante relevante em se tratando das lutas sociais coletivas, perante a longa história de uma esquerda política marcada pela rigidez da lógica analítica, de filosofias europeias materialistas em que os corpos, as sabedorias populares, o sensitivo, as cosmovisões e as religiosidades foram expurgados da academia e dos programas, teorias e estratégias das decisões grupais dos “pretensos” intérpretes das vontades populares.

Por fim, as práticas místicas do MST inauguram uma nova sistemática político-pedagógica, outra estética curricular, outro desenho de escola, de uma formação que tem presente o ser humano pluridimensional, pluriversal; ao mesmo tempo, que introduz as diferentes racionalidades em diálogo no intento de tornar as lutas pela terra e por dignidade um amálgama em que a prosa e poesia, o uno e plural, o concreto e o imaginativo, o ético e o estético interneedecessitam-se. Numa frase curta: a mística firma o entendimento de que as lutas reúnem as entranhas, a cabeça e os contextos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, LDA. 1977.
- BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. Caderno de Cultura Nº 2. São Paulo: ANCA/MST, 2002.
- BOFF, Leonardo. Alimentar nossa mística. In: **MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (org.). Mística - uma necessidade no trabalho popular e organizativo**. (Caderno de Formação n. 27). São Paulo: MST, 1998, p.20-46.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ. 1980.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COELHO, Cristina. Bandeira. e NUNES, Ingrid Andrade. A. **Educação popular: O desafio da prática**. Revista eletrônica “Fórum Paulo freire”. 2005. Acesso em 11/07/17. Às 20:59 h. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/537.pdf>
- COMBLIN, José. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.
- COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. Editora Expressão Popular. 1 ed: Janeiro de 2003.
- FERNÁNDEZ, Heloísa. O movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra e a Educação. **Boletim Onteiken**. Nº 10- Novembre 2010.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/ 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. 6ª edição. Editora Vozes. RJ. 1986.

HURTADO, Carlos Nuñez. Contribuições para o Debate Latino-Americano sobre a Vigência e a Projeção da Educação Popular. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.

LAGE, Allene Carvalho. **Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. Xiii, 235 p. (Série Extensão).

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado**. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

LAGE, Allene Carvalho. A pedagogia que emerge da luta política do MST. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 17, n° 35, p. 487-508, Set- dez. 2008.

LINHARES, Luciano Lempek; MESQUIDA, Peri; SOUZA, Laertes L. de. **Althusser: a Escola como Aparelho Ideológico de Estado**.
<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf>

MEETE, Norbert. **Pedagogia da religião**. Tradução de Rui Rothe-Neves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria. Cecília. DE. Souza. (organizadora); DESLANDES, Suely. Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA-MST.
Construindo o caminho. Secretária nacional do MST. Edição: julho 2001.

MST. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de formação n° 30.
FERNANDES, Bernardo Mançano. Gráfica e editora Peres. 1998.

MST. Educação no MST balanço 20 anos. **Boletim da Educação**. Nº 09- Dezembro de 2004.

MST. Pedagogia do movimento sem terra acompanhamento às escolas. **Boletim da Educação**. Nº 08- Julho 2001.

MST. Programa agrário do MST. **VI Congresso Nacional do MST**. Fevereiro de 2014.

MST. O Brasil precisa de reforma agrária: as propostas dos movimentos e as “promessas e compromissos do governo Lula”. **Caderno de formação nº 36**. Março 2005.

NOLAN, Albert. **Jesus Hoje**. Trad. Paulinas – Lisboa. São Paulo: Paulinas, 2008.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. 1ª Edição. Expressão Popular. São Paulo. 2012.

SALES, Ivandro da Costa. **Assentamento Normandia: tantas idas e vindas, quantas questões**. Reforma Agrária no Brasil. Recife: Comunigraf. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. Ver e atualizada- São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Everaldo Fernandes da. **Processos aprendentes e ensinantes dos artesões/ãs do Alto do Moura: tessitura de vida e formação**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

STRAUSS, Anselm. e CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

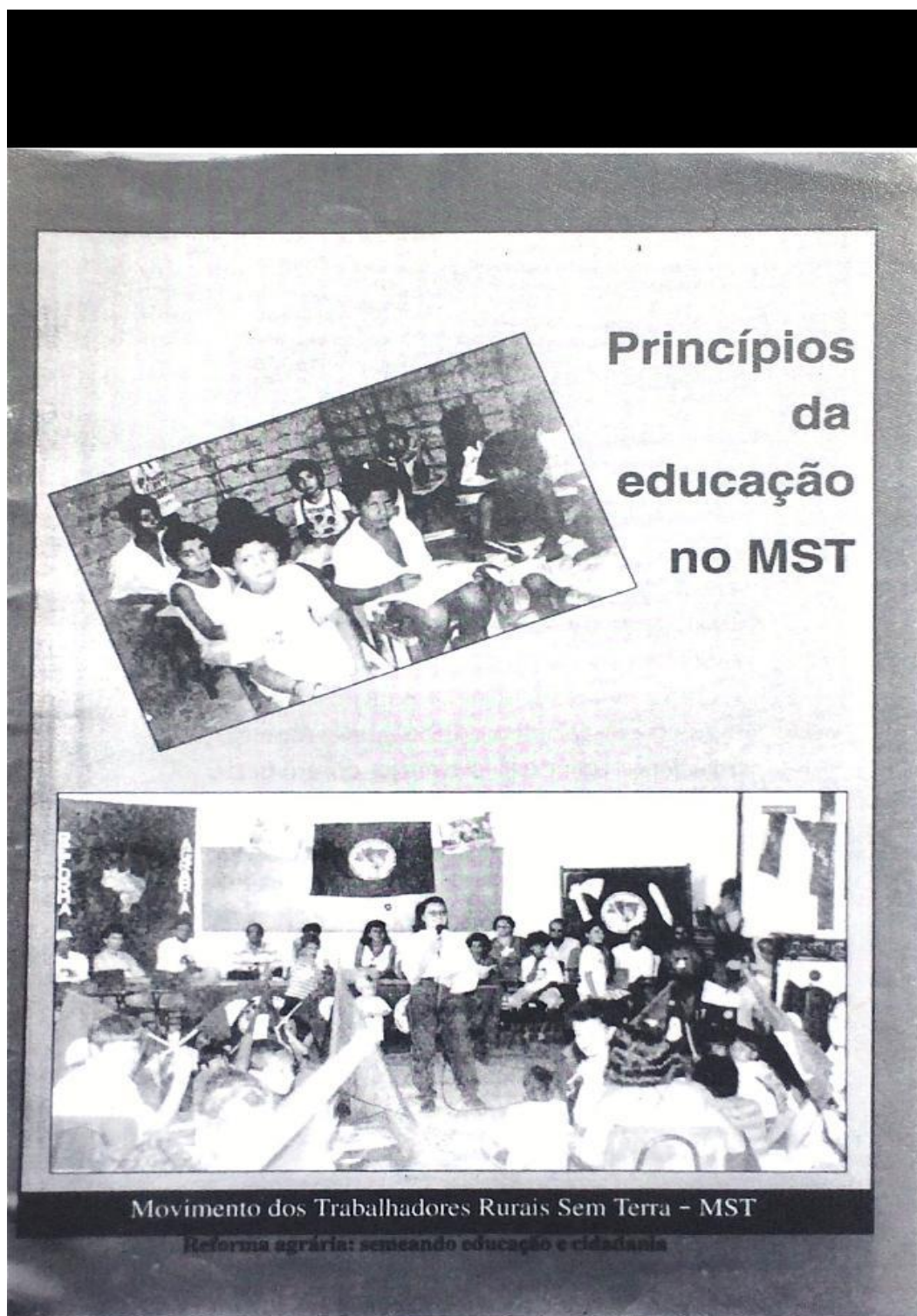
STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil. O debate na década de 1990**. 2ª ed. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2013.

STEDILE, João Pedro. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Bernardo Mançano Fernandes. -2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

ANEXO A- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Como se aprende no MST?
- 2) O que é mais significativo na pedagogia do Movimento?
- 3) O que é mística?
- 4) Como se aprende na mística?
- 5) Porque usar a mística nas formações?
- 6) O que a mística causa em você?
- 7) Como se vivência a mística nas formações?
- 8) Porque uso de símbolos na mística do MST?

ANEXO B- IMAGENS DOS DOCUMENTOS DE ANÁLISE



BOLETIM DA  EDUCAÇÃO

nº 09 - dezembro de 2004

Educação no MST Balanço 20 anos



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST
REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATINFÚDIO!



CADERNO DE EDUCAÇÃO Nº 12
Junho de 2017



EDUCAÇÃO NO MST MEMÓRIA

DOCUMENTOS 1987-2015

BOLETIM DA EDUCAÇÃO

Nº 2 Janeiro de 1993

COMO TRABALHAR A MÍSTICA DO MST COM AS CRIANÇAS



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Caderno de
Formação Nº 27

M Í S T I C A

**Uma
necessidade
no trabalho
popular e
organizativo**

Março - 1998

MST

ANEXO C- IMAGENS EM CAMPO DE PESQUISA

Dialogando sobre o impacto do agronegócio na natureza



Momento do hino do Movimento.



Momento de mística. Quebrando as barreiras das cercas.



ANEXO D- AUTORIZAÇÃO DOS COLABORADORES DA PESQUISA

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Centro Acadêmico do Agreste- CAA

Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea- PPGEduC

Pesquisador/entrevistador: Prof. Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura

Autorização de publicação de registros de gravações

Nome: Rubemys Leandro de Souza
RG: 0438843509 CPF: 542.621.605-30
End: Assentamento Normandia
Telefones para contato: 99618 7076
E-mail: rubemys.mt@hotmail.com

Declaro que fui informado(a) que esta pesquisa pretende compreender a pedagogia da mística, dentro dos processos de luta dos sujeitos Sem-Terra com os seus potenciais mobilizadores no assentamento Normandia em Caruaru-PE.

Como participei da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado(a) uma ou mais vezes pelo pesquisador e que, (☒) permitindo / () não permitindo a gravação das entrevistas e/ou conversas informais.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer pergunta em conversa informal ou entrevista.

(☒) Autorizo / () Não autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se o pesquisador, a utilizar as informações que prestei somente para os propósitos da pesquisa.

(☒) Autorizo / () Não autorizo o uso de minha imagem em fotografias registradas nas atividades do campo de pesquisa, comprometendo-se o pesquisador, a utilizar elas para pesquisa.

Caruaru, 10 de novembro de 2018.

Rubemys L. de Souza

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Centro Acadêmico do Agreste- CAA

Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea- PPGEduC

Pesquisador/entrevistador: Prof. Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura

Autorização de publicação de registros de gravações

Nome: GREISON IZIDORO DA SILVA
 RG: 64.06868 CPF: 043.053.804-98
 End: 5ª TRAVESSA DO VASSORAL
 Telefones para contato: (85) 99902-8692
 E-mail: IZIDORO2@GMAIL.COM

Declaro que fui informado(a) que esta pesquisa pretende compreender a pedagogia da mística, dentro dos processos de luta dos sujeitos Sem-Terra com os seus potenciais mobilizadores no assentamento Normandia em Caruaru-PE.

Como participei da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado(a) uma ou mais vezes pelo pesquisador e que, ☒ permitindo / () não permitindo a gravação das entrevistas e/ou conversas informais.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer pergunta em conversa informal ou entrevista.

☒ Autorizo / () Não autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se o pesquisador, a utilizar as informações que prestei somente para os propósitos da pesquisa.

☒ Autorizo / () Não autorizo o uso de minha imagem em fotografias registradas nas atividades do campo de pesquisa, comprometendo-se o pesquisador, a utilizar elas para pesquisa.

Caruaru, 02 de NOVEMBRO de 2018.

Greison Izidoro da Silva

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Centro Acadêmico do Agreste- CAA
Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea- PPGEduC

Pesquisador/entrevistador: Prof. Ricelio Regis Barbosa da Silva Moura

Autorização de publicação de registros de gravações

Nome: Diego Vicente de Moura
RG: _____ CPF: 096.628.634-36
End: Assentamento Normandia - Caruaru
Telefones para contato: 87 8856-9044
E-mail: DiegoVicente191@gmail.com

Declaro que fui informado(a) que esta pesquisa pretende compreender a pedagogia da mística, dentro dos processos de luta dos sujeitos Sem-Terra com os seus potenciais mobilizadores no assentamento Normandia em Caruaru-PE.

Como participei da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado(a) uma ou mais vezes pelo pesquisador e que, (x) permitindo / () não permitindo a gravação das entrevistas e/ou conversas informais.

Fui informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer pergunta em conversa informal ou entrevista.

(x) Autorizo / () Não autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se o pesquisador, a utilizar as informações que prestei somente para os propósitos da pesquisa.

(x) Autorizo / () Não autorizo o uso de minha imagem em fotografias registradas nas atividades do campo de pesquisa, comprometendo-se o pesquisador, a utilizar elas para pesquisa.

Caruaru, 02 de Novembro de 2018.

Diego Vicente de Moura